

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E CULTURA
LINHA DE PESQUISA: MÍDIA E MEDIAÇÕES SÓCIO-CULTURAIS

DÉRIKA CORREIA VIRGULINO DE MEDEIROS

MANDACARU: Uma experiência de comunicação comunitária

Rio de Janeiro

2014

DÉRIKA CORREIA VIRGULINO DE MEDEIROS

MANDACARU: Uma experiência de comunicação comunitária

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do título de Mestre, pelo Programa de Pós- Graduação em Comunicação e Cultura da Universidade do Federal do Rio de Janeiro - UFRJ.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Raquel Paiva

Rio de Janeiro

2014

DÉRIKA CORREIA VIRGULINO DE MEDEIROS

MANDACARU: Uma experiência de comunicação comunitária

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do título de Mestre, pelo Programa de Pós- Graduação em Comunicação e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.

APROVADA EM: _____ / _____ / _____

BANCA EXAMINADORA:

Professora Dr^a. Raquel Paiva - UFRJ (Orientadora)

Professor Dr^o Eduardo Granja Coutinho - UFRJ (Examinador)

Professora Dr^a Márcia Vidal Nunes (Examinadora – Convidada)

Professor Dr^o Muniz Sodré - UFRJ (Examinador)

Rio de Janeiro

2014

À Mocinha

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho só foi possível devido à colaboração, ensino, incentivo, carinho e compreensão de várias pessoas que estiveram comigo ou atravessaram meu caminho nesses mais de dois anos de pesquisa. Por isso, aqui vai minha mais sincera e eterna gratidão:

Aos moradores e pessoas que trabalham no Bairro de Mandacaru, lugar este que se tornou mais que um objeto de pesquisa, sendo hoje um lugar de convívio para mim. Obrigada aos comunicadores, senhor Elias Cavalcante, Paulo Sérgio e Irmão Lucas.

A Escola de Comunicação da UFRJ que tão bem me acolheu.

A minha orientadora Raquel Paiva que, com suas pesquisas e publicações, foi uma das mais importantes motivações que me fizeram mudar de Estado e enfrentar uma nova vida cheia de boas surpresas e muitos desafios. Por ter apresentado a mim os principais autores que nortearam toda a minha pesquisa, e ampliaram minha forma de enxergar a realidade e o indivíduo. E finalmente pela orientação e grande incentivo.

Ao professor Muniz Sodré por suas obras e aulas que valem por uma vida inteira de academia.

A professora Suzy Santos pelos ensinamentos, impulso e amizade.

Ao professor Eduardo Coutinho por fazer de suas aulas um grande estímulo para a luta.

Aos demais professores e funcionários.

Ao Laboratório de Estudos de Comunicação Comunitária (LECC) que me fortaleceu enquanto pesquisadora, que me estimulou ao trabalho do pensamento e do ouvir, por fazer com que eu me apaixonasse pela segunda vez pelo tema da minha pesquisa, e pelas amizades construídas.

Aos amigos cariocas e de tantos outros Estados que dividiram comigo a vivência da sala de aula, dos corredores da ECO e a cidade do Rio de Janeiro, sem barreiras de sotaque, cultura, idade e forma de pensar.

A Virgínia pela grande generosidade, encorajamento e torcida. Meu muito obrigada por ter cedido seu lar para morar por dois anos, e “por quanto tempo eu precisasse”. Sem a sua ajuda minha vida no Rio de Janeiro teria sido muito difícil.

Aos meus amados primos, Wagner, Jarbas, Thaís, Camila e Thiago, meu núcleo familiar pau-para-toda-obra no Rio de Janeiro.

A minha família, meu porto seguro e eterna saudade...

A minha mãe, pelo amor incondicional, por ter vivido intensamente junto comigo cada batalha, dificuldade e conquista, e por ser minha maior torcedora e apoiadora, mesmo com o aperto da distância.

Ao meu pai, pela grande preocupação com minha educação desde a infância, por não se negar, sob qualquer circunstância, em me ajudar nos momentos de aperto no Rio de Janeiro, e por suas demonstrações de amor, mesmo que silenciosas.

A minha irmã, que foi 'meu primeiro amor', e quem sempre esteve organicamente ligada a mim, sentindo junto comigo minhas alegrias e angústias, mesmo a quilômetros de distância.

Ao meu irmão, por ter sido meu principal impulso para a vida.

Aos meus amados sobrinhos, Pedro Henrique, Davi e Amélie, por fazerem (sem saber) da minha vida a melhor de todas.

A minha voinha Mocinha, a quem dedico esta dissertação, e os melhores momentos da minha vida. Por todo amor, bondade e cuidado, e por ser meu maior exemplo de pessoa.

Ao meu tio William, por sempre ter sido meu segundo pai, com todos os significados que a palavra pai pode comportar.

Ao meu companheiro de alma e vida, Ícaro Allende, por ter colaborado consciente e inconscientemente com minha dissertação mais do que qualquer livro, aula ou tese. Pelo amor e dedicação incondicional. Por ser sempre você quem me ergue, quem me sacode, quem me orienta sempre na direção certa. Obrigada por acreditar em mim mais do que qualquer outra pessoa.

Aos meus queridos amigos, Dani, Francisco, Janinha, Medeia e Lili tão importantes para mim. São vocês meus maiores ouvidos, minhas melhores conversas e conselhos, e minha certeza de que nunca estarei só. Muito obrigada!

A Joel que me acompanhou por uma longa jornada, sempre me encorajando a seguir meus impulsos, crenças e sonhos, e por ter acreditado em mim quando eu mesma, em muitos momentos, descreditava. Obrigada por ter estado ao meu lado na fase embrionária do meu projeto de pesquisa, pois foi você o responsável por ter feito ele se desenvolver dentro de mim.

Ao coletivo COMjunto, por me fazer acreditar na força da luta, da amizade e na mudança possível.

Meu muito Obrigada!

RESUMO

MEDEIROS, Dérika Correia Virgulino de. **Mandacaru: uma experiência de comunicação comunitária**. Rio de Janeiro, 2014. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

Esta dissertação de mestrado investiga possibilidades de pensar a comunicação comunitária inserida dentro de uma realidade midiaticizada, e a necessidade de avançar em direção a outra perspectiva que ultrapasse a ótica informacional-racionalista, ainda tão presente no campo da comunicação. A abordagem pressupõe que é o princípio comunitário o cerne norteador de uma comunicação entendida sob um aspecto mais humano, que tem por base a natureza sensível dos processos comunicacionais. Diante disso, revela-se na comunicação comunitária um caminho aberto para a efetivação desse novo panorama que se vislumbra para o campo da comunicação, visto que aquela se realiza em contextos de experiências coletivas de indivíduos organizados em um comum. Assim, para esta investigação, primeiro fez-se necessário uma pesquisa teórica acerca das noções de comunidade, passando pelas conceituações mais tradicionais do termo às perspectivas mais contemporâneas, a respeito dos comunitaristas. Em seguida, realizamos um percurso pelas definições sobre a comunicação comunitária, destacando seus principais aspectos a fim de problematizar os pontos que necessitavam de uma revisão teórica e contextual. Por fim, analisamos como objeto de pesquisa a ‘comunidade’ de Mandacaru, João Pessoa, Paraíba, como um ambiente plural que se constrói na experiência diária de indivíduos em relação, e inseridos em um determinado contexto de vida, e o papel dos veículos de cunho comunitário presentes na localidade nesse processo de organização social.

Palavras-Chave: Comunidade; Comunicação Comunitária; Mandacaru; Relação; Outro; Mudança Social.

ABSTRACT

MEDEIROS, Dérika Correia Virgulino de. **Mandacaru: an experience of community communication.** Rio de Janeiro, 2014. Dissertation (Masters Degree in Communications and Culture) – Communication College, Federal University of Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

This masters degree dissertation investigates the possibilities of thinking community communication within a mediated reality, and the need to move toward another perspective that goes beyond the informational - rationalist perspective, yet so present in the communication field. The approach assumes that the Community principle is the guiding core of communication understood in a more human aspect, which is based on the sensitive nature of communication processes. Thus, it is revealed in an open community communication path to the realization of this new panorama that sees to the field of communication, since that takes place in contexts of collective experiences of individuals organized into a common. Thus, for this research, the first was necessary theoretical research on the notions of community, through the more traditional conceptualizations of the term to the most contemporary perspectives, about the communitarians. Then conducted a tour of the definitions of community communication, detaching the main points in order to discuss the points that needed a theoretical and contextual review. Finally, we analyze how the research object 'community' Mandacaru, João Pessoa, Paraíba, environment as a plural that is constructed in the everyday experience of individuals with respect , and inserted in a context of life , and the role of vehicles imprint Community present at the location of this social organization process.

Keywords: Community, Communitary Communication; Mandacaru; Relationship; Other; Social Change.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. COMUNIDADE COMO ABERTURA	21
2.1. Relação: princípio comunitário	29
2.2. Comunicação a caminho do sentido de comunidade	38
3. DEFINIÇÕES DA COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA	42
3.1. Comunicação e contra-hegemonia	42
3.2. Comunicação comunitária e o conflito comunitário	53
4. O BAIRRO DE MANDACARU EM PERSPECTIVA	58
4.1. Rádios “Comunitárias”	72
4.1.1. Rádio E.C Som Mandacaru	74
4.1.2. Rádio Alternativa 100% Mandacaru	85
4.1.3. Rádio evangélica (do Irmão Lucas)	97
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	104
6. REFERÊNCIAS	107
7. ANEXOS	111

1. INTRODUÇÃO

A complexificação da realidade contemporânea vem chamando atenção dos estudiosos, sobretudo, do campo da comunicação. Isso porque “realidade” e “comunicação” não podem mais ser consideradas separadamente, isto é, como um simples atravessamento desta sobre aquela. E esse grau de complexidade se refere justamente a isso: a um processo de *midiatização* da sociedade, constituído por uma firme articulação entre as novas tecnologias da informação e as instituições sociais de poder e mercado.

Não por outro motivo que o campo comunicacional vem travando, dentro da academia, uma verdadeira batalha com outros campos do conhecimento – especialmente os mais clássicos, a respeito da sociologia, por exemplo – para a constituição do seu próprio campo científico, como forma de posicionar-se longe de uma ideia de comunicação instrumentalizada e funcionalista, ou seja, apenas como uma ferramenta a serviço de outros campos das Ciências Humanas e Sociais, e poder contribuir para a compreensão dos fenômenos sociais entendidos, também, como processos comunicacionais e, principalmente, para atuar sobre estes.

A midiatização social constitui-se como uma época em que filósofos como Vattimo e pesquisadores como Muniz Sodré, classificam de estética. Uma época em que é o plano sensível que exerce com supremacia o poder, sobretudo, sobre as subjetividades humanas. A aliança imperiosa entre mídia e as instituições sociais de controle, se estabelece no sentido de organizar os modos de ser da sociedade, dando corpo a um projeto de construção da cultura envolvida mais com a dimensão sensorial, do que com o racionalismo, em outras palavras, uma estratégia sensível¹ voltada para a manipulação da psique humana, por meio de um jogo combinado entre imagens e paixões (KEHL, 2004).

Essa realidade se apresenta, portanto, como a

afetação das formas de vida tradicionais por uma qualificação de natureza informacional [...] cuja inclinação no sentido de configurar discursivamente o funcionamento social em função dos vetores mercadológicos e tecnológicos é caracterizada pela prevalência da forma [...] sobre os conteúdos semânticos (SODRÉ, 2010, p. 23).

¹ Termo utilizado pelo pesquisador Muniz Sodré em sua obra “As estratégias sensíveis: afeto, mídia e política”, 2006.

A intensificação da tecnologia associada ao mercado cria-se, paralelamente, novas formas de vida, novos modos de estar presente no mundo. Fazendo associação à classificação de Aristóteles sobre formas de vida, com suas distinções em três *Bios* específicos para designar os gêneros da existência humana, o *Bios theretikos*, *politikos* e *apolaustikos*, Sodré (2010) definiu um quarto *Bios* capaz de dar conta da realidade contemporânea: o *Bios* midiático ou virtual.

Nessa *Bios*, a forma de vida é caracterizada por uma realidade imaginada, feita por um processo de espetacularização da vida a partir de um forte fluxo de imagens. É um ambiente capaz de afetar as percepções dos indivíduos sobre a vida social, mas, sobretudo, de neutralizar as tensões e vínculos comunitários (SODRÉ, 2006).

O que vem configurando e mantendo essa nova forma de vida é a hegemonia midiática sobre a realidade social. Contudo, a própria mídia em sua dimensão virtual, vem representando uma nova forma de consciência coletiva² capaz de produzir profundos efeitos na organização sociocultural da sociedade.

Com efeito, a questão que se impõe aos pesquisadores da área da comunicação na atualidade, é justamente como encontrar uma possibilidade emancipatória dentro de uma realidade entendida como da informação e tão profundamente enraizada no contexto de vida dos indivíduos? Questionamento este fundamental, mas ainda pouco problematizado dentro das Universidades do país e nos círculos de debates de intelectuais. E apesar de ser cada vez mais urgente o estudo dos fatos socio-comunicacionais e sua afetação no cotidiano das pessoas, o que se percebe ainda são pesquisas bastante influenciadas pelo interesse do próprio sistema, e pelos ditames da mídia corporativista, ou seja, parece que esta é que estabelece a pauta do que deve ser criticado pelos cursos de Comunicação Social. Assim, é comum a enxurrada de temas esvaziados de sentido político, com pouco ou sem qualquer propósito de pensar criticamente a realidade social e agir sobre ela.

No entanto, é a própria realidade “virtualizada” imersa em um racionalismo tecnológico, que vem construindo uma nova forma de percepção da sociedade. “Quando o mundo se faz imagem, por efeito da razão tecnológica”³, ocorre a redescoberta do plano sensível. Entretanto, esse reaparecimento se constitui como a mais nova forma de

² Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede, 2010, p. 23.

³ As estratégias sensíveis: afeto, mídia e política, 2006, p. 47.

perpetuar as possibilidades de ordem social, mas sob um aspecto mais radical e eficiente: a conquista das emoções fáceis dos indivíduos através do estímulo ao desejo, a apelação sobre o plano do afeto e a direta atuação sobre o inconsciente.

E quem exerce esse papel com maestria é a mídia espetáculo, que se especializa a cada dia na produção de um espectador dócil, pronto para o consumo. Dentro do perímetro da sociedade midiática, o cidadão tornou-se refém das imagens que representam para si mesmos. A identificação dos indivíduos como as imagens que lhes são oferecidas, o vem afastando da sua própria subjetividade. É nesse sentido que o pesquisador, Eugênio Bucci (2004) afirma que “o gestor do espetáculo é o subconsciente” (p. 54).

Atingir as sensações dos indivíduos é, portanto, a estratégia de poder e controle social que vem demonstrando ser mais eficiente, pois implica na constituição da consciência não só individual, mas, especialmente coletiva. Isso significa dizer que a força da tonalidade sensível infringida à realidade social, arrasta o indivíduo a uma condição que ultrapassa o plano afetivo individual e alcança sua realidade em um comum, ou seja, abrange suas relações com o outro, e com a existência em sua volta.

Assim, o uso político e mercadológico das emoções vem cortando transversalmente o conjunto das relações sociais. Os recursos para convencer, persuadir e, sobretudo, emocionar, são muitos. O uso da propaganda é o de maior força, porém, a utilização das estratégias sensíveis vem também sendo inserido em outras formas de discursos, e em outros formatos de produtos midiáticos, como por exemplo, os programas de auditório, os reality shows, programas humorísticos e até mesmo os telejornais tidos como sérios, também adotaram essa tática. Não é de hoje que a propaganda serve para arrancar as emoções mais fáceis e “abrir os canais lacrimais”⁴ dos indivíduos. Durante os governos nazistas e fascistas, por exemplo, este recurso já era bastante utilizado como mecanismo de convencimento da população em torno de uma ideologia política. No entanto, com o avanço dos meios tecnológicos e comunicacionais, essa estratégia tornou-se não só mais eficiente, como passou a ocupar toda a dimensão da realidade social, fundando seus modos de ser.

São, dessa forma, os valores simbólicos atrelados as questões sensíveis e afetivas que vem impondo as regras tanto da economia quanto da cultura. O que ocorre é a

⁴ SODRÉ, Muniz. As estratégias sensíveis: afeto, mídia e política, 2006, p. 79.

circulação de afetos e emoções solicitada pelo capitalismo para a produção do consumo. Uma espécie de “nova economia”⁵ onde o valor estético é superior ao valor de uso. Essa é a lógica dos processos de produção da sociedade atual. É, portanto, “o mercado, coadjuvado pela publicidade e pela mídia, que influi poderosamente na redefinição da subjetividade contemporânea, acentuando os elementos do imaginário e do desejo” (SODRÉ, 2006, p. 63).

Entretanto, foi justamente a estetização da vida social, ainda que de forma aliada às instâncias de poder, que trouxe para dentro do debate nas Ciências Humanas e Sociais, a dimensão sensível como forma de compreensão e possibilidade de transformação da realidade contemporânea. Como afirma Muniz Sodré (2006), “trata-se de reconhecer a potência emancipatória contida na ilusão, na emoção do riso e no sentimento da ironia, mas também na imaginação” (p. 38).

Para tanto, pode ser esta a resposta ao questionamento feito anteriormente neste trabalho sobre como encontrar uma possibilidade emancipatória dentro desse atual contexto social. A potência transformadora presente no plano sensorial pode ir além dos limites da razão, pois ela insere direta e necessariamente a problemática da comunicação para o centro das possibilidades de mudança, sobretudo, no sentido de emancipação da hegemonia política do mercado.

Ao mesmo tempo em que envolve a participação da comunicação neste processo de elevar a dimensão sensorial para um patamar além das estratégias de mercado, ela também deve ser afetada pela força transformadora daquela. Isto é, essa nova percepção produz, por sua vez, o desafio epistemológico de suscitar uma comunicação enquanto práxis social de compreensão dos fenômenos sociais a partir de seu entendimento como elemento constituinte dessa realidade. Uma comunicação mais humana, pensada para além do aspecto quase eufórico das inovações tecnológicas.

Por outros termos: essa nova perspectiva da comunicação pode ser a chave para compreender os fenômenos e as práticas sociais de uma realidade cada vez mais estética e sensorial. O agir comunicativo, como já antecipava o pedagogo Paulo Freire, pressupõe acordo de afetos nas interações entre os indivíduos e nos processos midiáticos, e, para tanto, requer uma *vinculação comunitária*. Este aspecto último representa o objeto central de interesse deste presente trabalho.

⁵ Termo utilizado por Muniz Sodré, em sua Obra “As estratégias sensíveis: afeto, mídia e política”, 2006, p. 56.

A comunicação encontra-se decididamente no núcleo dessa nova sociedade definida como da informação, porém, cabe a ela uma nova “atitude” cognitiva e sensorial que abarque a pluralidade de situações e relações tão marcantes da contemporaneidade. Essa nova realidade vem também provocando mudanças teóricas em campos do conhecimento humano declaradamente clássico, a respeito da própria sociologia.

Conhecida como “sociologia compreensiva”, ela vem para perceber e analisar o vivido. Diferentemente da sociologia mais positivista para a qual há uma realidade em que cada coisa existe apenas sob o efeito de outra, a sociologia compreensiva ou também concebida como do sentido, chama a atenção para a “forma”, no que um dos grandes defensores dessa perspectiva, Michel Maffesoli (2007), chama de formismo. “O recurso metodológico à forma é inteiramente pertinente caso queira dar conta de uma sociabilidade cada vez mais estruturada pela imagem” (p. 33).

Essa concepção da sociologia é aquela que admite a possibilidade de uma sensibilidade relativa ao processo de conhecimento da realidade social, em que se privilegiam não mais um saber científico absoluto, mas justamente um projeto intuitivo, atento à pesquisa estética. “[...] a sociologia *também* tem a ver com a paixão, com o não-lógico, com o imaginário – que estruturam igualmente a atividade humana de que somos atores e observadores” (MAFFESOLI, 2007, p. 61).

É possível afirmar que está sendo relativizado, portanto, o paradigma racionalista ocidental e seu profundo dogmatismo frente à realidade. O horizonte que se vislumbra na atualidade é o da comunicação, sendo esta percebida não apenas como troca informacional, mas antes, como um processo comunicacional intensificado pela tecnologia e que ocupou o todo social. No entanto, diante dessa hipertrofia informacional e tecnológica, parece que algo vem se perdendo “em função da crescente mercantilização dos tempos sociais” (SODRÉ, 2006, p. 67). Situação essa que suscita uma nova compreensão sobre o social, baseada em uma comunicação sensível, compreensiva.

Ao invés de uma sociedade otimizada em termos econômicos, informacionais e tecnológicos, o que se pretende é a emergência da ideia do ser comum,

mais centrado no afeto ou na sensibilidade do que em qualquer fundamento de caráter ético-racionalista. No lugar, portanto, de uma comunidade argumentativa e consensual, produtora de normas e sentido num contexto intersubjetivo de livre discussão, emerge uma

comunidade efetiva, de base estética, onde a paixão dos sujeitos mobiliza a discursividade das interações (SODRÉ, 2006, p. 66).

Para tanto, o que se busca é a perspectiva de uma comunicação enquanto vínculo comunitário. Não por outro motivo para Sodré (2006), “a comunidade, enquanto ideia originária da diferenciação e da aproximação, é a questão subsumida no conceito de comunicação” (p. 93). É o entendimento de uma comunicação enquanto “ser-em-comum”, enquanto vinculação. O que dá margem a uma ideia de coletividade, de um voltar-se em direção ao *outro*.

Comunidade aqui se refere, contudo, não a um mero estar junto, mas a um vincular-se ou deixar-se vincular. Se a lógica comumente associada à noção de comunidade refere-se a um compartilhamento de uma substância em comum, para a comunicação, nos termos levantados ao longo desse texto, vale mais a concepção da partilha de uma relação da qual subsiste um eterno movimento de constituição e reconstituição da vida em comum. Esta última concepção aproxima-se das ideias comunitaristas, a saber, por exemplo, do filósofo, Jean-Luc Nancy.

Nancy (2000) parte do pressuposto de que os indivíduos são sem essência, isto é, sem uma substância que os defina, que os preceda. E é em cima disso que criamos nossa existência. Assim, como não há o que compartilhar, é que a comunidade sustentada por ele partilha o “nada-em-comum”. Isso significa dizer que a comunidade defendida por Nancy é uma comunidade aberta à pura experiência de vida, sem predeterminação, sem nada que a defina, e que a confine dentro de uma identidade.

Com base nisso, o filósofo afirma que a comunidade é a própria relação, é o “ser-em-comum”. E isso não é alguma coisa, é antes um nada. Pois um nada não pode ser definido, enquadrado. É daí que o autor denomina esta forma de compreender comunidade como “inoperante”, ou seja, sob a ideia de que a comunidade deve existir sem um propósito definido, que ela seja um “puro devir”.

A ideia de relação, interação e abertura em direção ao inesperado, está presente nessa concepção de comunicação mais compreensiva e, ao mesmo tempo, mais abrangente. Para Ciro Marcondes Filho (2010), a comunicação deve ser entendida como um acontecimento, em que dois seres participam e extrai dessa participação algo novo, que não estava em nenhum deles, que altera o estatuto anterior de ambos fazendo surgir uma terceira coisa que não existia antes. É disso que resulta o processo de pura relação:

a possibilidade de um devir, de “algo que vem”⁶ e que leva os participantes a um terceiro ser.

É a partir daí onde entra o objeto de análise desta pesquisa: a comunicação comunitária. Constituída em sua base de conceituação pelas noções de comunidade, por ser, teoricamente, uma comunicação que se estabelece em âmbito comunitário, cabe aos estudiosos da comunicação, sobretudo aos pesquisadores comunitaristas, um olhar mais atento a esta possibilidade comunicacional.

Mas apesar de ter tido sua origem teórica há mais de 30 anos no Brasil e na América Latina, e da sua grande importância como uma possibilidade de democratização dos meios de comunicação e da sociedade, especialmente, dentro de um contexto de profunda concentração midiática como é o caso brasileiro, a comunicação comunitária passou pelos anos com poucas atualizações, permanecendo, por muito tempo, enclausurada dentro de um ideal idílico, e com parca correspondência com a realidade que se modificava aceleradamente.

E a principal hipótese testada neste trabalho é a de que isso se deu devido às concepções de comunidade trazida para dentro do campo comunicacional, principalmente da sociologia mais clássica, sem uma maior problematização quando às questões referentes propriamente ao campo da comunicação. Esta noção tão presente nesta forma de comunicar consiste em uma compreensão romantizada de comunidade, pouco dinâmica, onde os conflitos, a diversidade e as contradições inerentes a qualquer corpo social, são pouco considerados em nome de um ideal de comunidade. O resultado é que a grande maioria dos veículos comunitários no país destoa do que se entende conceitualmente por comunicação comunitária.

Foi dessa perspectiva que nasceu essa dissertação: como uma tentativa de compreender os modos de ser de uma realidade específica, seus mecanismos de organização coletiva, incluindo, principalmente, seus processos comunicacionais, e como esses mecanismos de comunicação, constroem, ao mesmo tempo, a forma de organização desse contexto. Para tanto, é objeto de estudo a “comunidade” do Bairro de Mandacaru, João Pessoa, Paraíba, e os veículos de comunicação: a Rádio Poste “E. C Som Mandacaru”, “Rádio Alternativa 100% Mandacaru” e a “Rádio Evangélica” meios existentes na localidade. Mas antes de entrar no objeto propriamente dito, é importante

⁶ Termo utilizado pelo filósofo Giorgio Agambem, em sua Obra “A comunidade que vem”, 1993.

destacar que para essa pesquisa nós partimos do pressuposto de que é fundamental que teoria e empirismo, especialmente em se tratando de uma prática humana como é o caso da comunicação, estejam devidamente aliadas para a problematização desse material teórico que é a comunicação comunitária.

O Bairro de Mandacaru foi escolhido como alvo de análise desta pesquisa por alguns requisitos que dizem respeito, por exemplo, à importância histórica que o Bairro teve para a construção da capital paraibana, principalmente por ser um dos mais antigos da cidade, e por sua grande movimentação e diversidade cultural. Porém, hoje, Mandacaru além de estar entre os maiores Bairros, territorialmente, de João Pessoa, possui também de grandioso seus índices de pobreza e violência. Além disso, o Bairro é o berço de uma das rádios ditas comunitárias mais antigas e conhecidas na capital (“Rádio Poste E. C Som”) e a de maior visibilidade (“Rádio Alternativa 100% Mandacaru), constituindo-se, contudo, como parte preponderante do nosso objeto de análise.

A realidade de Mandacaru ganha constantemente os noticiários locais da cidade principalmente sob o destaque pejorativo da violência cotidiana. Assim, a conjuntura criada social e midiaticamente em torno do Bairro, vem construindo simbolicamente os modos de ser da localidade, da sociedade frente a esta localidade, e desta frente à sociedade. E foram essas relações, sobretudo tensas e conflituosas, que chamaram a atenção para o presente estudo.

A primeira evidência desse conflito e que motivou seguir com esta pesquisa, foram as relações comunitárias travadas entre o Bairro em questão, e o seu vizinho mais próximo, o Bairro dos Estados. Este último, ao contrário de Mandacaru, representa uma das localidades de João Pessoa mais valorizadas em termos de especulação imobiliária, naturalmente, por ser uma região considerada de classe média alta a classe alta. As agências de publicidade e propaganda habituaram-se, inclusive, em divulgar como uma das características do Bairro dos Estados a tranquilidade de um “Bairro família”, a beleza e o “charme” de suas ruas, avenidas e empreendimentos.

A discrepância sócio-econômica foi o primeiro fato notório para a compreensão de alguns conflitos existentes entre as duas localidades. Entretanto, com o decorrer do estudo, outros elementos foram sendo percebidos. Os pormenores das relações sociais e interpessoais foram ganhando relevo para a construção de um panorama mais ampliado sobre como se estabelecia as interações internas dos habitantes de Mandacaru, e as

trocas existentes com outras regiões da cidade, sobretudo, com o Bairro dos Estados, por compreender a realidade mais próxima na constituição da experiência social do Bairro de Mandacaru, e o papel que os veículos de comunicação comunitária tiveram na construção dessas relações.

Os veículos de comunicação do Bairro entram, assim, como aspecto constituinte desse processo de construção da realidade local; das formas de reconhecimento de suas próprias práticas sociais; na construção da imagem do *outro*, isto é, na ideia de “aproximação e diferenciação” com o semelhante e o diverso; no estabelecimento de fronteiras simbólicas; na geração e mediação de conflitos, dentre outras questões percebidas ao longo da observação de campo. As informações obtidas a partir do trabalho empírico serviram como material confrontado com as conceituações de comunicação comunitária, angariadas após um levantamento teórico das principais concepções sobre o tema.

Apresentamos como problema central, portanto, a seguinte questão: como a comunidade se autoconstitui nos modos de comunicar da comunicação comunitária e como essa observação empírica contribui para uma compreensão mais ampliada das conceituações desta forma de comunicação? Para testar essa hipótese, partimos das três seguintes evidências: a revisão teórica das conceituações de comunicação comunitária e a percepção de que esse aporte teórico beira ao idealismo; o levantamento conceitual sobre comunidade que revelou a existência de concepções mais próximas da realidade midiaticizada contemporânea e, sobretudo, a observação da realidade estudada que apresentou a riqueza de uma “realidade vivida”, com suas nuances e especificidades que demonstraram capacidade para o alargamento da nossa visão sobre a problemática estudada nesta pesquisa, a partir do momento que ouvimos mais e tentamos explicar menos as práticas sociais locais.

Para a realização desta análise, aplicamos a metodologia de imbricação entre análise empírica e teórica, como forma de ampliar nossa visão sobre o objeto estudado e tornar nossa pesquisa mais próxima da realidade circundante. O diálogo e o confronto entre autores e destes com a realidade pesquisada foi feita, no tocante as teorias da comunicação comunitária e contra hegemônica, entre: Raquel Paiva, Cecília Peruzzo, Márcia Vidal, Marcos Palácios dentre outros. O diálogo sobre esta forma de comunicação foi sendo atravessado por debates entre autores que discorrem sobre epistemologia da comunicação, a respeito de Muniz Sodré, com seus conceitos de

mediatização e *Bios Virtual*, como já referido anteriormente, e outros pesquisadores como, *Ciro Marcondes Filho*. Sobre as concepções de comunidade confrontamos algumas concepções mais clássicas, a saber, de *Ferdinand Tönnies*, com filósofos mais contemporâneos como *Jean-Luc Nancy*, *Roberto Esposito* e *Giorgio Agambem*.

A observação empírica foi realizada por três meses, entre dezembro de 2012 e janeiro e fevereiro de 2013. O levantamento dos dados foi feito principalmente por meio de entrevista com os moradores da comunidade, incluindo os que participam mais diretamente da produção e gerenciamento da Rádio poste. O registro das conversas e também de alguns eventos realizados na comunidade foram feitas com gravadores e máquinas fotográficas. Realizamos ainda uma pesquisa na biblioteca central da cidade de João Pessoa sobre a história do Bairro de Mandacaru, e um levantamento em órgão público a cerca da atual condição socioeconômica da localidade.

Separamos a dissertação em quatro capítulos: Comunidade como abertura, Definições da Comunicação Comunitária, O bairro de Mandacaru em perspectiva e as considerações parciais. No primeiro capítulo, a proposta foi tencionar as mais diversas visões das noções de comunidade. Foram confrontadas as conceituações mais clássicas com as mais recentes, e observado aquela que respondia melhor a realidade contemporânea e que se identificava mais com o contexto analisado.

No segundo capítulo, foi feito o debate de ideias e o confronto entre os teóricos acerca da comunicação comunitária no país. A ideia foi problematizar a necessidade de se repensar a comunicação, no sentido de torná-la mais humana e democrática, e o papel que a iniciativa da mídia comunitária tem dentro desse processo. Para tanto foi discutido o panorama atual da prática desta forma de comunicar, levantando o debate sobre sua potência transformadora, os interesses que a encerram e os avanços e retrocessos da comunicação comunitária e suas motivações.

O capítulo três dedica-se a investigação empírica. Nesta etapa, o que pretendemos demonstrar foi como se deu o processo de organização social da localidade estudada, isto é, que “ideia” de comunidade os habitantes possuem, como essa noção foi construída: em torno de que elementos e relações sociais e, principalmente, a função da mídia comunitária nessa organicidade. Em seguida travamos os diálogos com as conceituações de comunicação comunitária, com o intuito de perceber a necessidade de um conceito que compreenda mais as sutilezas e a diversidade da vida real.

Para tanto, alguns questionamentos que buscamos responder a partir dessa discussão proposta foram: como são percebidas na realidade as conceituações mais fundamentais da comunicação comunitária? As pessoas se “veem” conforme as designações conceituais, ou seja, por uma imagem idílica de comunidade? O veículo de comunicação e a visão que este veículo faz de “sua” comunidade, correspondem em algum sentido com as conceituações desta forma de comunicar? Esses foram algumas questões que serviram para estabelecer uma visão mais crítica acerca dos conceitos de comunicação comunitária a partir da observação da sua prática.

Por fim, no último capítulo, tecemos algumas reflexões sobre a riqueza para as conceituações da comunicação comunitária quando esta é observada enquanto uma prática social que acompanha a mudança de uma realidade tão ambígua e profundamente midiaticizada. Também tivemos o cuidado de esclarecer que a pesquisa representou um recorte e que todos os desdobramentos dessa pesquisa ocorreram com base nisso, mas que coube a nós indicar caminhos de compreensão e não encerrar a discussão.

2. COMUNIDADE COMO ABERTURA

As noções de comunidade vêm ao longo dos anos sendo alvo de inúmeras controvérsias, sobretudo pelo caráter salvacionista que adquiriu ao servir de oposição à sociedade. Redescoberta no período de auge do capitalismo moderno, o conceito de comunidade passou a ser utilizado, em especial pela sociologia mais clássica, como crítica ao racionalismo técnico de bases iluministas, que redundou em um profundo processo de atomização do indivíduo (PAIVA, 2003).

Para tanto, o termo foi sendo inferido tanto aos preceitos religiosos quanto à legitimação de ações da política moderna a respeito do fascismo e nazismo, passando pelos empreendimentos de caráter nacionalista, com destaque para o assistencialismo social, tão comum nos governos da maioria dos países hoje. Nesse contexto a batalha é pela apropriação dos povos, a partir da ideia de uma substância comum.

A noção de comunidade como substância, desemboca nas concepções oitocentistas⁷ com base no resgate de uma ideia de humanidade perdida. Muito mais do que uma noção com respaldo na realidade, ela foi sendo concebida por uma perspectiva mais ideativa como uma espécie de ilusão de um passado que poderia servir como salvação de uma sociedade cada vez mais desgarrada dos laços humanos e individualista.

Conceber comunidade como algo “fora” da sociedade já aparecia nos escritos de Thomas Hobbes, porém a partir da ideia de um ambiente irrealizável. Para o filósofo, comunidade remontaria a um passado, porém, a uma origem que poria em risco a vida do próprio humano, tendo em vista seu entendimento sobre a natureza perversa do indivíduo. Isso significa que juntos, em comunidade, os humanos tenderiam a destruir uns aos outros para resguardar seus próprios interesses. Ao contrário dos pensadores que se seguiram a ele, Hobbes visualizava viver em sociedade como a única condição possível para a sobrevivência do humano, daí a separação entre ambas as formas de vida (ESPOSITO, 2007).

O gérmen do entendimento tradicional sobre o conceito de comunidade, isto é, a diferenciação entre comunidade e sociedade, sendo esta última a corrupção daquela, surgiu a partir da compreensão de Rousseau sobre o ser originário. Apesar do diálogo

⁷ Termo utilizado pela pesquisadora Raquel Paiva em sua obra ‘O espírito comum: comunidade, mídia e globalismo’. Rio de Janeiro: 2003.

entre esses dois pensadores, sobretudo, no que diz respeito ao ser tomado em sua origem, o pensamento rousseauiano entende o homem anterior à história como sendo, ao contrário, bom por natureza, mas que se degrada ao entrar em sociedade. Para Rousseau a comunidade também seria irrealizável, mas por ser considerada como uma fase anterior à sociedade, sendo esta impossível de não ser vivida pelo humano inserido no processo histórico.

Considerar sociedade como sendo a degradação de comunidade, sobretudo no quesito humanidade, pode ser encontrada também nos estudos de alguns sociólogos mais conservadores, isto é, contrários a ideia de modernidade como é o caso de Ferdinand Tönnies. Este concebia comunidade como um estágio ideal dos grupos humanos, por ser um ambiente onde reinava a existência de consensos e harmonia nas relações.

Para ele, enquanto sociedade era a representação de uma vida egoísta baseada no desligamento dos laços de amizade fruto do individualismo da modernidade, a comunidade, por outro lado, era definida pelas relações de parentesco e vizinhança, em um ambiente considerado mais orgânico das relações locais. Assim, os aspectos fundamentais para a realização de uma condição de vida comunitária eram a vontade comum, que ele define por consenso, e o reconhecimento do direito natural, ou seja, aquele que se baseia no fundamento de igualdade entre os humanos, na língua e no estado de harmonia (PERUZZO, 2002).

O sociólogo Martin Buber (2008), apoiado sobre uma concepção de fundo ético-religioso, também idealizava sobre o momento que os indivíduos renasceriam numa nova vida, mais nobre e pura (comunidade) e abandonariam um ambiente onde reina apenas o princípio utilitarista de vida, movido pela ideia do proveito e subjugação de ações egoístas (sociedade).

Para Buber a humanidade que teve uma origem obscura, e que passou ainda pela “escravidão” da sociedade, tende agora a encontrar na comunidade um lugar onde se possa viver de forma livre, numa coexistência pacífica, sem mediações, ou seja, em uma relação orgânica, direta e vital. Ao contrário de Tönnies, a comunidade defendida por Buber não pretende um retorno a um estágio anterior, onde predominava as relações de base parental, mas sim um ambiente onde os laços sejam estabelecidos através da possibilidade de escolha. “Sem dúvida, não podemos voltar a uma etapa anterior à

sociedade mecanizada, mas podemos ir além dela para uma nova organicidade” (BUBER, 2008 p.52).

Encontrar esse novo lugar não pressupunha a quebra do sistema social, isto é, não se pretendia qualquer revolução, mas antes, o afastamento desse ambiente em busca de uma espécie de santuário.

Não queremos instalar nosso mundo no torvelinho das cidades onde, se se quiser construir casas, deve-se antes demolir velhos rebotalhos; queremos ir bem longe, a uma terra calma e acolhedora, queremos procurar um solo forte e virgem, de modo que o amor livre da natureza florescente e o perfume fortificante da terra succulenta circunde nossa casa. *Lá* podemos construir sem precisar destruir antes, crendo calma e firmemente que, enquanto houver homens que queiram construir, haverá lugar livre para fazê-lo – não importa de que maneira este lugar for liberado. Deste modo, nossa comunidade não *quer* revolução, ela *é* revolução (BUBER, 2008, p.38).

A comunidade de Buber (2008) seria ainda de dimensões pequenas, pois, “uma grande associação humana só pode ser denominada comunidade quando for formada por pequenas comunidades vivas, por organismos celulares fortes” (p.56). Esses espaços seriam ainda autônomos e autossuficientes, podendo fazer frente direta a um Estado centralizador e dominador.

Outros autores trouxeram contribuições para o entendimento de comunidade, desmistificando algumas das proposições inferidas por Tönnies e por outros autores mais tradicionais. Emile Durkheim foi um desses pesquisadores que impôs uma crítica à forma pessimista como Tönnies entendia sociedade. Para Durkheim, sociedade não representava uma “corrupção” da comunidade, nem possuía um caráter menos natural, pois para ele muitas relações instituídas nas aldeias também se repetiam nas grandes cidades. Porém, Durkheim acaba por não confrontar totalmente com as ideias de Tönnies e admite a existência de dicotomias bastante definidas entre comunidade e a sociedade, além de considerar que aquela se desenvolve primeiro e a segunda acaba sendo um derivado dela (RECUERO, 2001).

Um dos grandes críticos da atualidade ao pensamento de Tönnies é o sociólogo Zygmunt Bauman. Para este, a comunidade idealizada por Tönnies representa bem mais um objeto de contemplação do que algo que pudesse ser realizável, pois seu isolamento frente à realidade, ocasiona um efeito que ele chama de “mesmice” e homogeneização, levando a comunidade à morte.

Bauman afirma que a distinção feita por aquele autor entre o “nós” da comunidade e o “eles” da sociedade; a ideia de proteção contra “estrangeiros”, e o próprio entendimento de que a comunidade seria um ambiente auto-suficiente, seria o mais perfeito “arranjo do berço ao túmulo”⁸

Todos esses elementos reunidos bloqueiam a comunidade do resto do mundo. Porém, essa mesmice ocasionada encontra desafios quando a comunicação com os “outros” torna-se inevitável, principalmente com o surgimento dos veículos de distribuição da comunicação. A distância foi perdendo sua significação com a emancipação do fluxo de informação. De agora em diante, a unidade e o entendimento comum terá que ser alcançado, e mesmo assim, ainda permanecerá muito frágil necessitando de constante vigilância (BAUMAN, 2003).

É nesse contexto que Bauman (2003), citando Eric Hobsbawm, observa que o colapso da comunidade acontece para que a identidade seja inventada. É esta que se torna na, atualidade, o substitutivo da comunidade. Porém nesse sentido, Bauman alerta que as identidades individuais são vulneráveis a tal ponto de procurem, para serem sustentadas, se pendurar no que ele denominou de “comunidades-cabide”. Seria essa uma possibilidade que os indivíduos, vivendo em um ambiente inseguro, cada vez mais individualista, teriam de dividir seus medos e angústias individuais com outros indivíduos também ansiosos e angustiados.

A pesquisadora Cecília Peruzzo também vem desmistificando grande parte das concepções idílicas provenientes das ideias de pensadores mais clássicos acerca da comunidade. Para a autora a percepção sobre territorialidade, autossuficiência e a ideia de relações estabelecidas com base em laços de parentesco e vizinhança foram os aspectos que mais perderam força ao longo dos anos, sobretudo devido a abertura de fronteiras fruto dos processos de globalização e desenvolvimento das tecnologias.

No entanto, Peruzzo (2002) ressalta que as contribuições dos clássicos para a formulação do conceito de comunidade ainda são válidas nos dias atuais, e até mesmo algumas de suas nuances precisam ser resgatadas e/ou atualizadas. Para ela, comunidade não pode ser tomada como qualquer lugar ou como qualquer aglomerado de indivíduos e elementos como interação, sentimento de pertença, identidades e confluência de

⁸ REDFIELD apud BAUMAN, 2003 p. 43.

alguns interesses, ainda aparecem como imprescindíveis para a definição de comunidade.

A autora admite também que até mesmo as chamadas comunidades virtuais necessitam portar em sua conceituação características que remetam a algumas das noções mais clássicas de comunidade. Isso dispensaria, por exemplo, as relações transitórias e com pouca organicidade bastante comum nas interações em redes sociais de Internet. Ou seja, as comunidades virtuais também precisariam ter por base sentimentos de comunhão, compromisso, objetivos e responsabilidade coletiva. (PERUZZO, 2002).

Pierre Lévy em sua famosa obra “Cibercultura” vai ainda mais longe ao considerar que as comunidades virtuais deveriam ser denominadas de “comunidades atuais” por corresponder, para ele, o mais novo modelo de agregação entre os indivíduos. O autor sustenta que é na virtualidade que se realiza “a verdadeira (no sentido de criação de um contato efetivo) que eram apenas potenciais antes do surgimento do ciberespaço” (1999, p. 132).

As comunidades virtuais seriam, na concepção de Lévy, o ideal das relações humanas, pois contaria com a possibilidade dos contatos desterritorializados, livres e plurais. A vida nesta comunidade pensada pelo autor é capaz de exprimir as mesmas características dos relacionamentos da vida concreta, ou seja, construir alianças fortes, amizades duradouras, construir grupos de interesses consistentes e permanentes. Ele chega a afirmar que as pessoas seriam capazes até mesmo de reconhecer as personalidades umas das outras nas relações travadas no ciberespaço, assim como é possível no plano “concreto”.

Apesar de ser um entusiasta assumido da “vida” no ciberespaço, Lévy admite que as relações estabelecidas nos ambientes de rede não substituem os encontros físicos, mas apenas serviram como um complemento ou adicional entre os internautas. Ela vem para acompanhar, e até mesmo aprimorar, as mais diversas formas de interação. Assim, ele resume:

Uma comunidade virtual é construída sobre as afinidades de interesses, de conhecimentos, sobre projetos mútuos, em um processo de cooperação ou de troca, tudo isso independente das proximidades geográficas e das filiações institucionais (LÉVY, 1999, p. 130).

Um dos primeiros autores a utilizarem o termo “comunidade virtual” foi Rheingold, a partir da definição de que

são agregados sociais que surgem da Rede de Internet, quando uma quantidade suficiente de gente leva adiante essas discussões públicas durante um tempo suficiente, com suficientes sentimentos humanos, para formar redes de relações pessoais no espaço [cibernético] (RHEINGOLD *apud* RECUERO, 2001 p. 6).

Rheingold estabeleceu ainda o que para ele seriam os elementos formadores da comunidade virtual, são elas: a possibilidade de existência das discussões públicas, as pessoas que se encontram e reencontram e continuam mantendo contato via Internet, o tempo de relacionamento e o sentimento de comunhão. Para o autor, esse conjunto de fatores associados poderia levar a constituição das comunidades no ciberespaço.

Porém, para muitos estudiosos, ainda existe uma barreira em aceitar a possibilidade da existência de comunidade com a ausência de um fator que sempre representou um dos pilares para a definição do conceito de comunidade: a delimitação territorial. Para tentar solucionar essa questão, o pesquisador Quentin Jones trouxe para os estudos da área o termo *virtual settlement* (estabelecimento virtual), para tentar estabelecer um *locus* no ciberespaço que abranja a realização de uma possível comunidade virtual (RECUERO, 2001).

O conceito de *virtual settlement* designa um ciber-lugar determinado por áreas de interesses onde se é possível estabelecer a interatividade. Assim, as características do *virtual settlement* seriam: 1) um nível mínimo de interatividade, o que para Jones, seria uma frequência de mensagens enviadas e recebidas, ou seja, uma série de trocas comunicativas; 2) uma variedade de comunicadores; 3) um espaço público comum onde um grupo se comunica. Nesse ponto, Jones busca diferenciar dos espaços de interação privado a exemplo das trocas de mensagens individuais e 4) um nível mínimo de associação sustentada entre os membros, ou seja, uma quantidade de indivíduos relativamente constantes constituindo o processo interativo.

Se agregarmos, como o próprio autor indica, os conceitos de *virtual settlements* ao de comunidade virtual, veremos que também existe um espaço público no ciberespaço capaz de comportar um processo comunitário. A comunidade precisa, dessa forma, de uma base de realização, um ciber-lugar. Esse ambiente onde a interação se desenrola seria uma espécie de *lugar*, de *locus* virtual. Jones afirma ainda que esse lugar é limitado pelas tecnologias disponíveis, porém isso não impossibilita falar que, mesmo

presa às questões de desenvolvimento e acesso tecnológico, essa fronteira existe para estreitar as relações e possibilitar a interação.

Jones ressalta ainda que a interatividade, como uma das condições para a existência da comunidade, não é uma característica do meio por si só, mas sim das trocas comunicacionais. Porém, por outro lado, ele destaca que a interação só é concebida se o meio permitir, ou seja, se ela oferecer as ferramentas necessárias para as trocas comunicativas (JONES apud RECUERO, 2001).

Entretanto, para além dessa discussão, as “comunidades virtuais” vêm se revelando como uma das formas de relacionamento mais marcantes na contemporaneidade, o que torna importante vislumbrar novas possibilidades de compreensão da espacialidade social, frente à velocidade das inovações tecnológicas.

Isso pode ser revelado com base na recente pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas que, segundo Nunes (2011), mostra que apesar do acesso ao ambiente de redes ainda ser bastante limitado, levando em conta a realidade brasileira, em que principalmente os negros, e os poucos alfabetizados são, em sua grande maioria, excluídos da presença em ciberespaços, nos últimos três anos o número de incluídos digitais aumentou de 10% para 15%. Foram 50% ao todo de crescimento. O que demonstra a grande inserção que as novas tecnologias da informação têm na vida das pessoas atualmente.

Assim, percebendo a emergência desse movimento vários autores, a respeito, por exemplo, do pesquisador Marcos Palácios passaram a incorporar a perspectiva do ciberespaço para dentro das noções de comunidade, e a questionar, especialmente, a necessidade da territorialidade para a existência daquela.

Palácios chama atenção para o afastamento entre a ideia de pertencimento – aspecto comum às noções de comunidade – e territorialidade, ou seja, do lugar-território concreto, ou até mesmo do próprio lugar determinado no ciberespaço. Para ele, o sentimento de pertença está associado à comunidade em primeiro lugar, e não ao território ou a representação simbólica dele.

O sentimento de pertencimento, elemento fundamental para a definição de uma Comunidade, desencaixa-se da localização: é possível pertencer a distância. Evidentemente, isso não implica a pura e simples substituição de um tipo de relação (face-a-face) por outra (a distância), mas possibilita a co-existência de ambas as formas, com o sentimento de pertencimento sendo comum às duas (PALÁCIOS, 1990, p. 106).

O pesquisador André Lemos também entra no rol de estudiosos da comunicação que possuem uma visão otimista dessa atual “realidade digital”. Para ele, é possível uma nova sociabilidade construída a partir da interação estabelecida entre indivíduos em rede. Ao contrário do que muitos estudiosos indicam, Lemos (2001) citado por Nunes (2011) defende que os sistemas tecnológicos desempenham um papel fundamental na colaboração de iniciativas comunitárias. Ele vai ainda mais longe, e afirma que são justamente as novas tecnologias que funcionam, na atualidade, como vetores dessas formas de relação.

Peruzzo também corrobora com o pensamento dos autores e afirma que diante das novas configurações dos relacionamentos humanos com novas possibilidades de interação, não há a necessidade do rigor conceitual acerca da territorialidade. Para ela, os interesses comuns compartilhados podem ser efetivados no ciberespaço. Além disso, a autora não descarta o fato de que à medida que os laços virtuais vão se estabelecendo dentro do espaço online, vai sendo, ao mesmo tempo, criada a necessidade de que a relação seja estendida para a realidade concreta.

A pesquisadora parte do pressuposto de que as mais diversas formas de relação e agregação que os indivíduos encontram, seja no ambiente real ou virtual, demonstram que apesar do processo de individualização ser uma característica implacável da sociedade contemporânea, ainda existe tendência à associação dos indivíduos e à participação social. Ela ressalta que em uma sociedade “plural” ao mesmo tempo em que há uma inclinação ao que ela denomina de egoísmo e isolamento social, essas próprias características acabam por gerar o seu contrário (PERUZZO, 2002).

Ela se identifica com o pensamento do autor Manuel Castells sobre que as pessoas tendem a resistirem aos processos de atomização social, buscando agrupar-se em comunidades e a criarem sentimento de pertença, além de identidades culturais e comunais. A necessidade de os indivíduos estarem em relação física é ressaltada também pela pesquisadora Raquel Paiva. Para ela, embora na contemporaneidade as pessoas se identifiquem com comunidades simbólicas dentro de ambientes não espaciais, “não se deve menosprezar a vertente para a qual o homem é substancialmente um organismo biológico e tem relações físicas com o espaço” (PAIVA, 2003, p.76).

A importância do *espaço* para o entendimento do funcionamento da sociedade a respeito, principalmente, da relação entre alteridade e identidade, ganha relevo ainda nas pesquisas de Muniz Sodré. O autor critica a ideia de modernidade como um fenômeno

que separou os vetores tempo de espaço, favorecendo aquele em detrimento deste. A perspectiva de diluição de fronteiras, fruto, principalmente, dos processos de globalização, favoreceu o florescimento da diversidade, porém, por outro lado, pareceu ter restringido o contato (espacial) dessas mesmas diversidades.

Isso significa que se passou a distinguir as diferenças, mas não a reconhecê-las, pois não as aproximou, não as pôs em relação, possibilidade essa a ser alcançada, como defende Sodré (2008), com base na valorização da dimensão espacial, de uma ambiência onde os indivíduos possam estabelecer o contato, ou o que podemos definir por vinculação comunitária.

Entretanto, foi a questão da diversidade se inserindo com força na contemporaneidade que trouxe à tona o aspecto da espacialidade na ordem de interesse do dia, como uma nova possibilidade de se repensar a organização social e as relações entre os indivíduos, pois o espaço “tem a ver com a aproximação dos seres e com o sentir” e a diversidade humana “é algo a ser mais sentido do que entendido” (SODRÉ, 2008, p. 33). Daí a importância do espaço para a construção de um ambiente de alteridade, em que o importante é o respeito ao que é diverso.

Assim, considerando os aspectos da realidade atual, Peruzzo (2002) considera as seguintes mudanças nas noções de comunidade: 1) passagem de ações individualistas para atividades comuns; 2) confluência em torno de alguns objetivos; 3) constituição de identidades culturais em prol de interesses públicos; 4) maior conscientização sobre a realidade ao qual estão inseridas (p.9). Ela inclui no bojo dessas inovações ainda, outras questões como a inserção da utilização das redes de computadores, ou do ambiente de ciberespaço como fomentador da interação ou até mesmo da participação em comunidades virtuais.

Contudo, é importante perceber que apesar de ter passado por uma série de modificações ao longo dos anos, as concepções mais comumente aceitas sobre comunidade ainda giram em torno das noções de identidade e pertencimento, mesmo quando existe a crítica quanto à ideia de comunidade na contemporaneidade, como é o caso do sociólogo Zygmunt Bauman, esta se dá devido à compreensão de que comunidade é um ambiente de fechado e pouco móvel.

2.1. Relação: princípio comunitário

Entretanto a ideia de *relação* sob a perspectiva de abertura que ela sugere, ainda é pouco considerada dentro das noções de comunidade na atualidade, muito embora essa noção já tenha sido proposta por Rousseau como fator primordial para a realização da comunidade. Para o filósofo, a comunidade seria irrealizável, como dito anteriormente, justamente pelo fato de que ela não existiria sem ser em relação, portanto, é a própria relação que induz a possibilidade de mudança e transformação, pelo seu caráter eminentemente criativo e transcendente, e que seria capaz de fazer o humano entrar em sociedade, entrar na história.

A inserção da relação no centro do processo de transformação social, do agir humano abriu caminho para as conceituações de Kant acerca da comunidade e da presença da Lei como ordenamento dessa relação social. A Lei é o que ele classifica de “lugar comum” dos homens. É o ambiente onde o indivíduo pratica suas ações. Não por outro motivo que Kant classifica a Lei e a comunidade como sinônimas. Assim, é a Lei que precede o agir humano. “A Lei é, de fato, o único padrão com base no qual se pode estabelecer se determinada ação – ou simplesmente máxima – é boa ou má”⁹

É perceptível notar que já em Kant a ideia de comunidade não é só realizável como seria antes inevitável. Isso abre caminho para as ideias de Heidegger que norteará o pensamento que propomos enveredar ao longo desta pesquisa: a de uma comunidade que ultrapasse a perspectiva de retorno a um paraíso perdido, e que se observa perfeitamente realizável dentro do contexto atual de vida dos indivíduos. Pretendemos expor aqui a possibilidade de que comunidade e sociedade possam coexistir e, principalmente, como se estabelece essa convivência na realidade atual. Assim, o que se coloca em questão é que haja “um projeto comunitário em meio à heterogeneidade e a atomização societária reinante na grande cidade” (PAIVA, 2003, p.79).

Heidegger coloca no centro da discussão sobre comunidade a premência do sujeito enquanto ser singular. Isso significa dizer que o filósofo considera o indivíduo como um ser inacabado, sem essência. E seria esse ser que faria da comunidade um ambiente aberto sem um destino pré-determinado, uma comunidade também sem essência, dessubstancializada.

⁹ La ley es, em efecto, el único patrón sobre la base del cual se puede establecer se determinada acción – o simplemente máxima – es buena o mala. ESPOSITO, Roberto. *Communitas: origen y destino de La comunidad*. Buenos Aires: 2003, p. 123.

A posição privilegiada que o sujeito adquire na obra de Heidegger põe em questionamento o pensamento de Kant ao afirmar que é o sujeito o promotor da própria Lei. Heidegger admite um “fora-da-lei” que precede e constitui esta Lei e que se encontra no indivíduo. Partindo desse pressuposto, a comunidade não seria algo acabado, um destino, uma Lei anteposta que a tudo precede, nem tampouco algo inalcançável, mas sim, aquilo que se dá antes que possamos tipificá-lo (ESPOSITO, 2003).

É o pensamento de Heidegger sobre a concepção de um indivíduo sem essência que vai ser resgatado pelo filósofo comunitarista, Jean-Luc Nancy a partir da perspectiva do “ser-em-comum” da comunidade. Isso significa dizer que para este pensador viver em comunidade não significa dividir uma substância comum, não representa uma ideia de identidade, mas sim a relação entre indivíduos enquanto seres singulares.

Nancy parte do pressuposto de que os indivíduos são sem essência e que por isso não há substância para compartilhar, mas apenas um “nada-em-comum”, isto é, o completo vazio sobre o qual criamos nossa existência. É, portanto, o vazio que nos impele à relação, que nos permite simplesmente “ser”, porém, para sermos apenas em uma relação, em um “ser-com”, em um ser com o outro. Isso significa dizer que nossa existência só acontece porque existe o outro, com o qual nós estamos em constante relação.

Essa perspectiva é possível ser encontrada em sua obra ‘A Comunidade Inoperante’. O termo inoperante resulta dessa ideia, de que não há um fim, de que a comunidade não deve alcançar sua completude, pois isso ocasionaria em seu fechamento e confinamento dentro de uma essência, limitando a possibilidade de uma vida para a abertura. Por outros termos, essa comunidade inativa de Nancy, segue sem essência, a partir da lógica da própria comunidade. Assim, é esta comunidade “abandonada ao seu simples vida-em-comum (...) a única comunidade possível” (TARIZZO, 2007, p.34).

A comunidade sem substância de Nancy destitui, na verdade, a ideia de um valor de utilidade, ou de uma representação política, sendo assim substituído pela noção de um acontecer, de um evento. O filósofo, a partir dessa perspectiva põe em questão todas as formas totalizadoras da sociedade, seja a estrutura da política, a força do mercado, assim como também das estratégias comunicativas.

Assim resume Paiva (2003) sobre o pensamento de Nancy:

A discussão de Nancy baseia-se no argumento de que o individualismo, o personalismo, revestiu o indivíduo-sujeito de invólucro moral e sociológico, dentro do horizonte metafísico, de um *per si* absoluto, “um ser *absolutum* perfeitamente destacado, diferente e fechado, sem relação; (...) não o *inclinaram* para fora de si, sobre aquele lado no qual é possível o ser-em-comum”¹⁰. A comunidade aportaria, desta maneira, como uma postura mais integrada do homem com o seu quotidiano, com o real, com os outros (p.82 - 83).

A comunidade sem substância vista como potência levou Nancy a supor que seria um ambiente baseado na pura experiência dos indivíduos. Experiência esta com base em uma existência que não corresponde a uma vida pré-determinada, nem em uma ideia, mas sim na própria “existência em si mesma”, isto é, no próprio acontecer sem previsão. Seria uma existência como um evento. Uma comunidade como *evento* (TARIZZO, 2007).

Mas Nancy não fala em qualquer experiência, mas na experiência da morte se remetendo ao pensamento de Bataille. Para este, assim como a morte, a comunidade também seria irrepresentável por excelência. Portanto,

a experiência da morte é uma experiência de desapropriação de nós mesmos. A morte não é jamais minha: é o faltar do que possuo. Ninguém pode viver a própria morte, a morte é sempre do outro. Mas nem mesmo o outro possui e vive sua morte. A morte é em essência uma impropriedade que nos nivela a todos. E este é o segredo da comunidade: “a partilha da impossibilidade de morrer a própria morte” (TARIZZO, 2007, p. 48).

Em ‘Nihilismo y Política’, Espósito comunga com o pensamento proposto por Nancy sobre a ausência de uma essência da comunidade, e evidencia a perspectiva do *outro* como condição para a existência daquela. Ao inferir que comunidade está ligada não a um “mais”, mas a um “menos” de subjetividade - o que significa que seus membros se identificam não a si mesmos, mas a uma tendência que os força para “abismar-se em seu “fora”” (2008, p.38)¹¹ - ele está querendo dizer que se o sujeito não é “*o mismo*”, ele só pode ser esse “*otro*”. Assim, ele conclui que se a comunidade é sempre o outro, o que a habita é sempre um ausente de subjetividade e identidade: um nada.

¹⁰ PAIVA, 2003, cita Nancy, 1992, p. 24.

¹¹ “Abismarce em su afuera”.

Este nada, para Espósito, não traduz uma possível obscuridade na comunidade, mas sua própria constituição. Isso significa dizer, simplesmente, que ela não é um “ente”, ou seja, um conjunto de sujeitos, por exemplo, mas uma relação. E não seria esta relação a condição capaz de modelar o ser, mas é o ser mesmo como relação. Portanto, o possível “ser” da comunidade seria o espaçamento, o entre que “nos relaciona com os outros em uma comum não pertença” (2008, p.39)¹².

A negação de um ente também pode ser encontrada no pensamento do filósofo Merleau-Ponty. Para ele, esse ente não é um “indivíduo” ou uma “identidade fechada e compacta”¹³, mas sim o que ele chama de “dividuo” que seria um dividido-por (no sentido de cortar-o-outro-eu) um de-limitado em si mesmo, um “outro” fora de si. Por outros termos, o autor defende que identidade não seria nada além do “outro do outro”, uma “negação da negação”, isto é, algo que nasce da confluência de um entre dois que se negam. Todo esse percurso teórico desemboca na conclusão de que todo “ente” ou “identidade” nada mais é que essencialmente a relação com um “fora” de si, ou seja, nada-mais-que-relação (PETRINI, 2008, p.81).

Com base no pensamento do ente/ser como relação, Merleau-Ponty admite, portanto, que a comunidade seria o que ele classifica por “comunidade de diferentes”.

De fato só partindo daqui podemos pensar em um mundo como *comunidade de diferentes* (= di-versos: indivíduos postos em relação por seu constitutivo e inevitável di-vergir – negar-se – recíproco), subtraindo-nos a todo risco totalizante, ao mito sempre latente de uma “coincidência imediata” de todos com todos, que deveria dar lugar a um corpo social compacto, coesivo e perfeitamente fechado na própria identidade (PETRINI, 2008, p. 83-84)¹⁴.

Seguindo a trilha construída por Nancy e outros filósofos a respeito de Bataille e Espósito, Giorgio Agambem em sua obra ‘A Comunidade que vem’ inicia sua reflexão a partir da ideia de uma comunidade sem essência da qual ele a identifica como “a comunidade que vem”, daí o título da obra. Esta comunidade é composta por seres singulares, ou seja, sem uma essência ou identidade que os defina.

¹² “que nos relaciona con los otros em un común no-pertenencia”.

¹³ “Identidad” cerrada y compacta

¹⁴ De hecho sólo partiendo de aquí podemos pensar el mundo como *comunidade de diferentes* (=di-versos – negarse – recíproco), sustrayéndonos a todo riesgo totalizantes, alo mito siempre latente de una “coincidencia imediata” de todos com todo, que debería dar lugar a un cuerpo social compacto, cohesivo y perfectamente cerrado em la propia identidad.

A questão da singularidade do ser é central na leitura sobre comunidade de Agambem. Este já abre o referido livro com a seguinte frase: “o ser que vem é o ser qualquer”¹⁵. Esse ser seria aquele tomado independente de propriedades, por uma ausência de essência. Em suma, o indivíduo em sua vida nua, cultivado em seu *como*. Agambem (1993) classifica o ser da comunidade como o ser exemplar, que não existe na condição de uma identidade, mas sim no que ele chama de ser-dito. “Não é o ser-vermelho, mas o ser-*dito*-vermelho; não é o ser-Jakob, mas o ser-*dito*-Jakob que define o exemplo” (p.16), explica o filósofo.

Agambem, contudo, deixa claro no decorrer do livro que a singularidade do ser “não é uma extrema determinação do ser”¹⁶, mas antes uma indeterminação dos seus limites. A ideia de limite vai nortear seu pensamento e será de grande contribuição para a análise proposta por esta pesquisa. Por limite Agambem entende como a forma da coisa, porém aquela não pertenceria à coisa em si, mas sim a coisa é que pertenceria ao limite, ou seja, é o limite que vai defini-la *tal qual é* (TARIZZO, 2007, p. 55). Isso significa que é o limite que identifica a coisa em sua pura existência.

E são por esses termos que podemos inferir comunidade como sendo este limite, isto é, o “não ter lugar na coisa, mas na sua periferia, no espaço entre a coisa e ela própria”¹⁷. É mais uma forma vazia que pode ser a “essência dela mesma” do que um conceito, um ambiente “cheio” de uma substância que a defina dentro de uma representação. Pode ser entendida ainda como o contato entre um limite e outro dos indivíduos singulares, vivendo em relação, em um *comum*.

O limite seria, portanto, a relação entre indivíduos singulares, ou seja, “vazios”. Essa perspectiva tem a potência de afastar qualquer possibilidade de a comunidade recair em uma definição, em uma essência. Para Agambem, o limite é o “ter-lugar” da existência, ou seja, é o acontecer imprevisto do contato, da relação. Esta, por sua vez, compreendida como sendo a capacidade de gerar o novo, como sendo a condição primordial para a mudança.

Desse modo, para Agambem decisiva é a comunidade tomada como inessencial. Aquela onde o comum estabelecido entre os indivíduos seja um atributo de sua extensão

¹⁵ AGAMBEM, G. A comunidade que vem. Lisboa: 1993, p. 11.

¹⁶ Ibid., p. 46.

¹⁷ AGAMBEM, G. A comunidade que vem. Lisboa: 1993, p. 45.

e não a constituição de uma essência. O ter-lugar, assim, não une os indivíduos “na essência, mas, dispersa-as na existência”¹⁸. Essa perspectiva revela um caráter dinâmico e transcendente da comunidade. Um ambiente capaz de experimentar a possibilidade do novo a partir da relação de alteridade estabelecida entre os indivíduos.

Para tanto, Tarizzo (2007) chama atenção para o fato de que na comunidade de Agambem o que interessa não é a identidade, mas sim a *identificação* com uma existência nua, o que remete à percepção de que a existência pensada pelo filósofo está diretamente associada com a vida que acontece. Com uma vida que se move. O próprio termo identificação (que ganha destaque no texto) impõe a ideia de algo que está em movimento, que diz respeito a um evento. Ao contrário de identidade que se refere mais à imanência.

Agambem revela ainda a direta associação entre comunidade, entendida como identidade, e as estratégias de legitimação do poder do Estado. Parece ser mais fácil, em termos de controle social, manter o indivíduo distante de viver sua própria singularidade – donde é possível a expressão da pura alteridade e da livre criação – e fazê-los crer que pertencem a um conjunto de contornos imóveis, passíveis de serem manipulados. As singularidades, portanto, representam um risco para o poder estabelecido e suas formas de atuação. Com base nessa noção, manter os indivíduos inseridos em uma ideia de identidade é mantê-los, por sua vez, dóceis.

Dentro dessa perspectiva, comunidade serve ao modelo hegemônico capitalista, como instrumento de legitimação de poder e de práticas históricas de opressão. Mais do que um projeto de retomada de uma coletividade como vem se fazendo entender a partir do resgate das possibilidades comunitárias em contextos liberais, com o enfoque dado, por exemplo, as novas formas de socialização com base em arranjos identitários, ou até mesmo na ideia de comunidades virtuais e nos processos de desterritorialização promovidos pelos avanços tecnológicos, o que se vê é que todas essas estratégias estão perfeitamente alinhadas ao sistema político neoliberal.

Com efeito, já desde a década de 80 que esses filósofos comunitaristas vêm construindo novas formas de compreender as relações sociais para além das fronteiras erguidas pelas estruturas políticas representacionais. Assim, diante disso, é que eles propõem pensar uma comunidade destituída desses sedimentos políticos identitários,

¹⁸ Ibid., p. 23.

constituída antes por singularidades postas em relação como forma de estabelecer outra postura política frente a um sistema societário profundamente desagregado (YAMAMOTO, 2012).

Quem também apresenta a perspectiva de uma comunidade para a abertura é o filósofo contemporâneo, Jacques Rancière, a partir da ideia de uma “comunidade como dissentimento”, tema de um dos seus artigos. Para o autor é o dissenso que estabelece a abertura da comunidade, e o seu contrário, o consenso, seria seu fechamento em uma constância. Rancière (2010) coloca em relevo, portanto, a ideia do contraditório e do diverso como condição para a comunidade.

Aquilo que se chama consenso é a tentativa de desfazer esse tecido dissensual do comum, de reconduzir ao comum as regras de inclusão simples, quando o comum político é feito de procedimentos de inclusão do excluído e de posição em comum do não-comum (p.426).

O autor retoma a discussão sobre o aspecto da política para a compreensão do tema da comunidade. Ele entende que política é a própria luta de classe, o que indica que ela se estabelece não apenas no âmbito da economia, mas, sobretudo, no campo das relações sociais, sendo assim estabelecida muito mais a partir do conflito entre dois tipos de comunidades: a que ele denomina de policial, que tende a saturação na relação dos corpos e das significações, e a “comunidade política”, aquela que institui a abertura dos intervalos, “separando o nome dos sujeitos e os seus modos de manifestação dos corpos sociais e das suas propriedades” (RANCIÈRE, 2010, p. 428).

Há efetivamente essa lógica consensual que tende a suprimir as próprias condições da dissensualidade política, a reduzir os sujeitos da política às partes da sociedade e os seus conflitos a problemas da alçada das especialidades e negociação. Esta lógica não é uma força histórica irreversível e encontra de fato dissensos. É aplicada por Estados que pretendem fundamentá-la nas necessidades da mundialização (RANCIÈRE, 2010, p. 435).

Rancière (2010) defende que a comunidade se manifesta em uma relação política de conflito entre um nós (comunidade política) e uma representação identificável. É exatamente nesse espaço *entre* essas duas variáveis onde a comunidade do dissentimento se realizaria. E é aqui que a ideia do entre assume fundamental importância nas pesquisas do filósofo. A comunidade estaria, assim, localizada nesse intervalo, no entre um “nós enunciador e o nome do sujeito enunciado, entre um sujeito e um predicado, corpos e significações” (p. 427).

É então que se impõe com força a concepção de que a comunidade seria um espaço de luta, um ambiente eminentemente político. No entanto, cabe neste momento ressaltar que Rancière distingue a “política” do exercício de poder, da “política” como ruptura de uma ordem estabelecida, que introduz um incomensurável no interior da comunidade. A disputa entre essas formas da política colocaria em evidência o que ele chama por comunidade política. Assim,

A distribuição dos corpos em comunidade é reposta em questão de cada vez que corpos afirmam uma capacidade e ocupam um lugar diferente daqueles que lhes são normalmente atribuídos, quando os condutores dos transportes subterrâneos se transformam em manifestantes nas ruas, quando os executantes de uma instituição estatal ou de uma empresa industrial se considerem capazes de pensar não só no seu trabalho e no seu salário, mas no papel do funcionamento da primeira ou da segunda, quando sem-papéis se afirmam não só desejosos de trabalhar onde não estão à espera deles, mas capazes de argumentar os seu direito a estar aí e de expor o seu corpo a uma grave da fome, etc. (RANCIÈRE, 2010, p. 434).

Nesse sentido, a comunidade vista sob a ideia de abertura não vai apenas contra a perspectiva tradicional de comunidade, qual seja: a da imanência, isto é, a de um ambiente determinado dentro de fronteiras pré-definidas, mas também pode representar um caminho para a compreensão de que comunidade seja condição fundamental para a convivência dos indivíduos na sociedade que conhecemos hoje.

A professora Raquel Paiva, em pesquisa elaborada juntamente com o Laboratório de Estudos de Comunicação Comunitária (LECC), propõe o conceito de “comunidade gerativa” como resposta ao atomismo social. Ela alerta à possibilidade de uma comunidade ativa de caráter positivo, em detrimento a uma comunidade da negação, isto é, uma comunidade de exclusão de um outro, *de fora* do grupo, como vem sendo pensada ao longo dos anos e que marcou a história sobretudo no período do pós-Segunda Guerra Mundial, com a crescente onda de xenofobia e nacionalismos, que fez brotar na Europa um sentido de comunidade como fechamento ideológico, isto é, sob o aspecto do cerceamento do contato e da interação com o diverso.

A comunidade gerativa, como sugere o próprio nome, seria um movimento criativo gerador de coletivismo, pressupondo assim “a vinculação entre sujeitos cujo propósito maior é o florescimento organizativo em harmonia com o contexto histórico e social de seu tempo” (PAIVA et al, 2013, p. 6). Ou seja, representa uma condição para agregação entre os indivíduos por causas de interesse coletivo e por mudanças da

realidade social, partindo da perspectiva de que as ações sociopolíticas sejam de caráter inclusivo.

O termo gerativo, como bem destaca Paiva et al (2013), traz em si a ideia de que as ações por mudanças sociais ocorreriam em espiral, isto é, como se as iniciativas se desenvolvessem em cadeia, agindo de forma mais ampla e profunda na estrutura social. Essa percepção, portanto, dispensaria ações imediatistas, ou aqueles que serviriam apenas para encobrir as lacunas deixadas pela ausência do Estado na construção do bem estar social.

As noções de uma comunidade de base gregária e vinculativa com propósito de um agir social levaram a pesquisadora à percepção de que seria em um plano sensível onde se encontraria a possibilidade de construção dessa partilha de interesses coletivos e de sensações, no que ela vem denominando por *comunidade do afeto*. Este conceito, ainda em constituição, se apoia na perspectiva de que as novas formas de organização social, profundamente inseridos em processos de comunicação, se encaminham em direção a um pensamento estético, “num cenário em que o afeto desponta como o principal ligame vinculativo” (PAIVA, 2012, p.63). A investigação sobre o que podemos denominar de vinculação afetiva compreende que as relações entre os indivíduos se estabelecem muito mais por esta determinante, do que por laços de parentesco, por exemplo.

Comunidade se coloca, assim, como questão premente para se pensar uma nova possibilidade dentro da sociedade de massa, partindo do pressuposto de que ambas possam coexistir. Embora pensar comunidade esteve frequentemente relacionado à busca de um horizonte que parece distante, o seu propósito sempre se manteve ancorado na construção de um mundo real.

A comunidade comportaria a possibilidade de relacionamento direto com o real, com o que pertence ao dia-a-dia do indivíduo. E, uma vez estabelecida a apropriação do espaço-tempo pelo grupo, a ideia é que o real possa ser reformulado a partir da vontade. O sujeito deixaria de atuar como mero figurante no processo social, seguindo no sentido de consolidar-se como autor – como grupamento – da sua realidade social. Passa a vigorar, nesse horizonte, a perspectiva de formulação do *status quo* (PAIVA, 2003, p.111 - 112).

2.2. Comunicação a caminho do sentido de comunidade

Essa sociedade contemporânea, contudo, já não pode mais ser pensada sem levar em consideração os processos comunicacionais e os avanços tecnológicos, sobretudo no que diz respeito às tecnologias da informação. A comunicação alcançou o patamar de profundo entrelaçamento com as estruturas políticas e culturais da sociedade podendo hoje ser considerada por sociedade midiaticizada, como denomina o pesquisador Muniz Sodré.

A comunicação aliada a todo um aparato tecnológico que a envolve e é entendida como um processo de informação, ocupa atualmente a vida das pessoas de forma tão intensa que não se pode fugir da compreensão de que ela é a principal responsável pela organização da estrutura social e de poder. Entretanto, como afirma Sodré (2006), com essa hipertrofia de informação encoberta por sons e imagens, algo parece degradar-se no que tange as relações entre os indivíduos. “Na base de uma experiência ontológica da comunicação (em termos de ciência, política e vivência), encontra-se o problema da compreensão, suscitado pela *vinculação* inerente ao *comum*” (p.67).

Nessa hipertrofia informacional da qual fala Muniz Sodré, algo parece esvaecer. Ao invés de comunicação, surge uma espécie de incomunicação onde os indivíduos compreendem cada vez menos um ao outro. Como afirma Dominique Wolton (2010), toda essa circulação informativa acabou por provocar algo que parecia inesperado nesse contexto: o fato de a comunicação se tornar um evento cada vez mais incomum.

Isso significa que um dos grandes desafios da atualidade se encontra não mais na difusão de um maior número possível de informação, mas na comunicação. Para tanto, cabe nesse contexto a necessidade de distinguir os dois termos que, apesar de estarem em perfeita dependência, pois, não existe comunicação sem informação, não são sinônimos. A comunicação impõe uma relação com um *outro*, ou seja, ela é sempre mais complexa. Já a informação se refere à mensagem em si.

Assim, é possível ponderar que comunicar é conviver, sobretudo, a partir de constantes negociações entre contraditórios. Afinal, é o problema da convivência que se impõe de forma determinante nos dias atuais. E são os processos comunicativos que contribuem para estruturar as inúmeras possibilidades de interação e criação de um espaço público baseado no vínculo social.

E são por esses termos que Vattimo (1971) citado por Paiva (2013) considera que a comunicação entendida por um eterno acordo de gostos que envolve a partilha de vozes coletivas e de sensações, é considerada por ele como uma comunidade afetiva,

ratificando o pensamento de Raquel Paiva sobre a possibilidade da comunidade do afeto ser a mais nova forma de pensar os processos comunicacionais profundamente enraizados nos modos de relação entre os indivíduos, e destes como o mundo ao redor. Assim, para Vatimo:

Se a situação afetiva é algo que encontramos sem dela podermos dar razão, a conclusão será que ela nos põe perante o fato de o nosso modo originário de captar e compreender o mundo ser algo cujos fundamentos nos escapam, sem ser, por outro lado, uma característica transcendental de uma razão ‘pura’, já que a afetividade é precisamente o que cada um de nós tem de mais profundo, de mais individual e de mais cambiante (VATTIMO *apud* PAIVA, 2013, p. 9).

No entanto, na atual lógica da comunicação, o que ocorre na realidade é uma inversão de sentido. Com a primazia da informação sobre a comunicação, o que se estabelece com frequência é a ruptura, a individualização, a perda dos laços entre os indivíduos, em detrimento do relacionar-se e do traço vincutivo.

Para o sociólogo Ciro Marcondes Filho (2010), as atuais formas de relacionamento funcionam contrárias ao que ele entende por reais processos de comunicação:

Grandes sistemas sociais (rádio, televisões, jornais, revistas, divulgação pública e comercial), difundem mensagens diversas, mas não comunicam. (...) As formas modernas de contato entre pessoas, as imagens de cada um que podem ser veiculadas pela Internet, os telefones celulares, as câmaras que capacitam qualquer um a fazer um filme sugerem que as pessoas assim aproximem-se mais, conheçam-se mais. Mas eles iludem. É difícil fazer compartilhar um sentimento, uma preocupação, uma dor. Mais difícil ainda, senão impossível, é trazê-lo para dentro de nós (MARCONDES, FILHO, 2010, p. 98).

É então que a existência de veículos de comunicação alternativa se revela primordial dentro desse contexto de mediação em que as grandes empresas de comunicação monopolizam a veiculação de conteúdos e imagens e a construção simbólica da sociedade. O que se impõe, como afirma Sodré (2006), é a necessidade de uma compreensibilidade que aponte para novos caminhos do social, em detrimento da “pura e simples comunicabilidade (pelo menos na atual acepção com que este termo é empregado na atual sociedade tecnológica)”. (p.67).

E a comunicação comunitária entra nesse rol alternativo não só como uma possibilidade de inserção de novos atores na produção de outros formatos para a construção de conteúdos, a partir da quebra de velhos padrões midiáticos e com

enfoques mais democráticos. Mas também, e, sobretudo, como um projeto comunicacional que muito se aproxima com uma comunicação entendida como relação, em que a condição fundamental é o estabelecimento da vinculação da comunidade e a construção de um comum, capaz de gerar aquilo que representa o projeto último da comunicação comunitária: a “re-volta”¹⁹.

¹⁹ KRISTEVA apud PAIVA, MALERBA, CUSTÓDIO, 2012.

3. DEFINIÇÕES DA COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA

A comunicação comunitária, concebida conceitualmente na década de 1970 e 1980 no Brasil, vem se modelando ao longo dos anos de diversas formas. Isso porque, assim como se entende a própria comunicação social, ela se estabelece como um fenômeno dinâmico social e culturalmente construído. Porém, o que especifica esse tipo de comunicação é sua estreita ligação com os movimentos sociais e as estruturas coletivas de organização, em comunidades e agrupamentos sociais, o que, por sua vez, a insere dentro de um processo histórico plural formulado com base nas práticas sociais coletivas. É a profunda ligação com os processos dinâmicos de mobilização social que possibilita à sua definição uma abertura fundamentada nas transformações da sociedade.

Alguns pesquisadores da área de comunicação, em especial na América Latina, se dedicaram a estudar os contextos sociais em que a comunicação comunitária se efetiva, os processos que a conformam, a que e para que serve. No entanto, ainda não é possível verificar consenso entre os pesquisadores da área.

3.1. Comunicação Comunitária e contra-hegemonia

O ponto em comum entre as várias definições da comunicação comunitária diz respeito aos processos sociais que embasaram seu surgimento. Foi no âmbito dos movimentos sociais organizados nas décadas de 1960 e 70, durante a ditadura militar que a comunicação comunitária foi ganhando corpo, dando voz aos mais diversos grupos que defendiam “causas minoritárias” e passou também a ser alvo de análise dos pesquisadores na América Latina.

Negros, mulheres, indígenas, ecologistas, comunidades de base, grupos comunitários, operários, trabalhadores urbanos e rurais, movimentos de defesa do consumidor, menores de rua, grupos culturais, estudantes, equipes esportivas e partidos políticos envolveram-se em ações comunicativas sem precedentes na história latino-americana (NUNES, 2007, p. 96).

Nessa fase inicial, a comunicação comunitária se aproximou bastante da comunicação popular, com base em utopias de mudança social, passando a servir cada vez mais como instrumento reivindicativo das classes mais desfavorecidas e como mecanismo de luta contra-hegemônica.

Entende-se por contra-hegemonia aquilo que tem como fundamento a capacidade de alterar as estruturas sociais de poder e controle, ou também denominadas de forças hegemônicas da sociedade. E cabe neste momento destacar que o termo “contra” define uma oposição, e não uma substituição de forças, ou seja, é contra-hegemônico aquilo que não deseja ocupar o lugar do sujeito hegemônico (PAIVA, 2008).

Hegemonia por sua vez, como bem lembra a pesquisadora, Raquel Paiva (2002) deriva do grego e se trata de um termo militar. No entanto, com a entrada da modernidade, o termo foi abarcando não apenas o aspecto político de dominação, mas também o âmbito da cultura, isto é, a ideia de uma postura totalizante e generalizada, que se estabelece por meio de uma ideologia consentida pelos dominados, assim como entendia um dos maiores pensadores da contemporaneidade, o italiano Antonio Gramsci.

A ideia de hegemonia a partir de Gramsci permite vislumbrar a coexistência de outras determinantes como a cultura, a produção da fantasia, a arte, a religião, a filosofia e a ciência que se articulam junto à política e a economia para a produção de um pensamento determinante e dominante (PAIVA, 2002, p. 11).

Com Gramsci a perspectiva de um poder institucionalizado nos aparelhos coercitivos do Estado foi perdendo espaço para a percepção de que são os mecanismos de difusão cultural que acionam determinados valores na sociedade, sobrepondo ideologicamente uma classe sobre a outra.

É a classe dominante que controla os meios de produção material e intelectual, que mantém também o domínio subjetivo da sociedade, afirmando sua hegemonia sobre a consciência, as instituições da sociedade e até mesmo sobre o próprio Estado. Sem essa forma de controle, isto é, sobre os meios de produção material e imaterial da sociedade, o poder seria reafirmado permanentemente pelo uso da coerção, e aí não seria mais denominado de hegemonia (DANTAS, 2008).

Para Dantas (2008), a ideologia é o espaço para a construção subjetiva da sociedade. É ela quem cumpre a função de produzir, sob a forma de ideias e representações as condições necessárias para adequar as categorias objetivas e subjetivas da sociedade.

O jornalista José Arbex Jr. (2005) lembra ainda que a mídia hegemônica constrói imaginários, sobretudo em uma sociedade como a brasileira, onde a democracia e a sociedade civil são bastante fragilizadas, e por isso mesmo exposta à relações escusas

com o Estado e as demais corporações econômicas, sem contar com a existência do alto grau de analfabetismo entre os indivíduos, como resultado da condição histórica.

Assim, de modo geral, hegemonia significa a imposição de valores com vistas à construção de consensos. E dentro dessa perspectiva é possível afirmar que o ambiente midiático parece ser, na atualidade, o espaço por excelência para o estabelecimento dessa prática, impondo, discursiva e simbolicamente, os modos de ser da sociedade, como base no profundo comprometimento com as forças de ordenação de poder e mercado. Isso ocorre, sobretudo, por que é a mídia que dispõe de instrumentos técnicos que permite a ela ser a mediação universal entre os indivíduos.

Para a autora Raquel Paiva (2002), referindo-se ao também pesquisador Otávio Ianni, a mídia pode ser considerada o príncipe eletrônico de nossa época, em uma direta correspondência ao príncipe de Maquiavel. Este príncipe seria então “uma entidade nebulosa e ativa, presente e invisível, predominante e ubíqua, permeando continuamente todos os níveis da sociedade, em âmbito local, nacional, regional e mundial” (p. 13), expressando, assim, a visão de mundo da classe dominante.

A mídia hegemônica opera como uma máquina de legitimação das representações e discursos da classe dominante, por ser profundamente vinculada a ela tanto político e ideologicamente como, e especialmente, economicamente. E até mesmo a inovação tecnológica da informação, que prometia trazer uma revolução em termos de democratização da comunicação, coincide com o avanço do capitalismo. Como afirma Sodré (2010) a mutação tecnológica da comunicação vem se mostrando, assim, conservadora das velhas estruturas sociais de poder e mercado, contribuindo para o que ele chama de “financeirização do mundo”. Portanto, na chamada ‘sociedade da informação’ não há nenhum sentido revolucionário, mas apenas a “reciclagem acelerada dos conteúdos, [...] com novos efeitos sociais” (p.20).

Dênis de Moraes em seu artigo ‘O capital da mídia na lógica da globalização’, também se debruçou sobre a promiscua relação entre os sistemas midiáticos e o desenvolvimento tecnológico e capitalista. Para ele o resultado dessa articulação é “uma sinergia que alimenta o acúmulo de capital financeiro numa economia de interconexões eletrônicas” (2005, p. 189). Em outras palavras, essa ligação é uma forma de possibilitar ao capital maior fluidez na circulação entre os continentes, gerando assim grande lucratividade.

Para compreender o conceito de mídia, é preciso ir além da ideia de que se trata apenas das redes de emissoras de televisão, ou das emissoras de rádio ou ainda de jornais. *Mídia* é o conjunto de todos esses aparatos e a capacidade de gerar uma superestrutura cujo papel tem sido o de definir de maneira totalizante o cotidiano (PAIVA, 2002, p. 12).

As forças hegemônicas possuem ainda uma grande capacidade de se adaptar até mesmo as iniciativas de oposição, se apropriando dos seus discursos, e esvaziando de sentido revolucionário. Isso significa dizer que essa apropriação vem carregada de estigmas e de discursos distorcidos sobre as minorias e as classes pobres, contribuindo para a manutenção do *status quo*, e promovendo o que podemos chamar de desserviço à população.

Contudo, as formas hegemônicas da sociedade também enfrentam resistências contra-hegemônicas. Isso significa que sendo o poder um conjunto de relações de força que implicam em permanente conflito, permite brechas para a possibilidade de mudança social. E na contemporaneidade, são os mecanismos midiáticos, isto é, de atuação no campo da produção e recepção de sentido, que vem propiciando novas formas de reflexão sobre a realidade social.

Quem se debruça sobre os processos de comunicação como resistência, é o professor e pesquisador Eduardo Coutinho. Com base nas concepções de Gramsci, o autor estabelece uma relação entre comunicação, cultura e contra-hegemonia. Assim, ele entende a

cultura como uma instância da luta política, e os meios de comunicação, como instrumentos de hegemonia por meio dos quais uma classe ou fração de classe impõe sua liderança intelectual e moral sobre o conjunto da sociedade. Tal perspectiva admite [...] a possibilidade de grupos subalternos construir uma visão de mundo capaz de resistir e se contrapor às ideias dominantes. A essa resistência político-cultural é que Gramsci chamaria de contra-hegemonia (COUTINHO, 2008, p. 8-9).

Um exemplo disso é a apropriação de veículos comunitários por parte das chamadas minorias e dos movimentos populares. São novas formas de militância política capaz de ampliar o poder de luta dos grupos socialmente desfavorecidos e de criar uma consciência política que capacite os indivíduos a confrontar os processos globalizantes da sociedade. Logo, como destaca Moraes (2008) citando John Downing (2002), a comunicação alternativa pode atuar em duas maneiras dentro dos movimentos

sociais: internamente, como facilitador da mobilização, e externamente, nos espaços de divulgação e ações.

E é essa a função dos meios contra-hegemônicos, ou seja, não apenas a realização da crítica e a desmistificação dos discursos da grande mídia com o intuito de criar uma consciência que recuse os sistemas de manipulação, mas e, principalmente, o engajamento em práticas coletivas, e a permanente articulação com os movimentos sociais organizados.

A constituição da comunicação comunitária ocorre a princípio pela necessidade de construção de um local de fala de um determinado grupo excluído socialmente, capaz de expressar seus anseios e demandas sociais. É quando esses grupos percebem a ausência ou distorção de conteúdos que dizem respeito aos seus contextos de vida na grande mídia e implementam seus próprios meios onde possam falar por si mesmos, recontar suas histórias, isto é, que sirvam como formas de expressão e luta. É assim que a coesão em torno de demandas específicas pode formar uma consciência coletiva que engendre a possibilidade de lutas mais amplas (MALERBA, 2009).

No decorrer dos anos, porém, a comunicação comunitária mesmo incorporando, na prática, conceitos típicos da comunicação popular e contra-hegemônica, como por exemplo, o fato de se tratar de uma comunicação voltada para os seguimentos excluídos das sociedades, ela foi se configurando por meio de outros vieses que a especificaram.

A fase embrionária das atividades da comunicação comunitária no Brasil ocorreu por meio da aproximação das organizações populares com as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), da Igreja Católica, entendidos como setores progressistas da Igreja, no final da década de 1970. Na época, elas representavam um dos únicos espaços para expressão das classes subalternas que eram submetidas ao mesmo tempo, a um processo de restrição no setor midiático. Esse tipo de comunicação também aparecia predominante no campo dos próprios movimentos populares, das organizações de base, da oposição sindical metalúrgica, da imprensa alternativa, das ONGs ou realizada por militantes articulados em núcleos de produção audiovisual.

O panorama predominante da comunicação comunitária nesse período era marcado por uma dimensão política engendrada pelo contexto de grande mobilização social, e por uma conjuntura de enfrentamento dos problemas sociais crônicos como pobreza, violência, desemprego e outras enfermidades sociais. Assim, historicamente, a comunicação comunitária, foi sendo construída com base na luta por melhores

condições de existência e pela quebra das estruturas antidemocráticas da sociedade, e que tinha o povo como protagonista da história.

Esse início está relacionado, inclusive, com experiências de alto-falantes, não só no Brasil como também em outros países latino-americanos. A iniciativa mais conhecida é a de um assentamento na Vila El Salvador, em Lima, Peru, na qual a forte mobilização por melhores condições de vida estava profundamente ancorada no sistema de alto-falantes da comunidade (NUNES, 2007).

Com a abertura democrática do Brasil e de alguns países na América Latina no final dos anos 1980, os avanços das tecnologias da informação, a absorção dessas tecnologias pelos movimentos sociais e com as consequentes conquistas no setor da democratização da comunicação, foram sendo incorporadas novas preocupações e novas características que diziam respeito ao novo contexto que se modelava (PERUZZO, 2006).

Além disso, como ressalta a pesquisadora Márcia Vidal Nunes (2007), com o avanço dos efeitos da globalização e o agravamento da crise social e econômica, o que provocou um abrupto aumento no nível de desemprego, houve uma crescente desarticulação dos movimentos sociais organizados e a consequente diminuição de reivindicações mais amplas, isto é, por mudanças de cunho estruturais. O resultado disso para as rádios comunitárias é que muitas delas fecharam em razão da pouca organização coletiva, sem contar com a apropriação indevida desses meios por representações políticas e religiosas, e ainda a forte repressão do Estado sobre aquelas.

Para Peruzzo (1995) citado por Nunes (2007) a falta de tradição participativa que o Brasil e a maioria dos países da América Latina têm nos processos decisórios da sociedade, “aliados à questão da reprodução de valores autoritários, carência de consciência política e outros fatores” indicam que a participação “em níveis mais avançados é de difícil concretização” (p. 97-98).

O que influi neste processo também são os dispositivos jurídicos, isto é, a legislação brasileira que cerceia o funcionamento independente desses veículos forçando-os a ajustarem-se às práticas mercadológicas para se manterem. A consequência imediata disso é o enquadramento das práticas dos grupos sociais nas regras do jogo do capital, dos seus modos de produção, incluindo as experiências comunicacionais.

Não por outro motivo que a maioria dos veículos de cunho comunitário hoje, reproduz características das mídias tradicionais, o que dificilmente fará com que aquela ultrapasse uma programação unilateral, e estilos clientelísticos, além de repetir a perspectiva de uma comunicação entendida como um fim – quando são pensadas mais no sentido de “doutrinar ignorantes”, do que como um meio a serviço da elevação da cidadania.

A própria Lei de Radiodifusão Comunitária (Lei nº 9.612/98) que regula a prática da comunicação comunitária no Brasil, já nasceu carregada de grandes restrições, sobretudo, quanto ao acesso e as formas de produção de conteúdos. A isso pode ser atribuído ao fato de que sua criação, apesar de envolver a luta de movimentos sociais pela democratização da comunicação que reivindicavam a legalização dos veículos comunitários, foi em grande medida parte da reação do Estado à onda de crescimento desses meios por todo o país. O objetivo era reger sua prática e barrar sua produção autônoma, além de limitar seu potencial transformador, projeto esse que ganhou forte colaboração dos grandes empresários da mídia no país, muitos que, inclusive, confundiam-se com os próprios legisladores (MEDEIROS, 2013).

Diante desse quadro de restrição da Lei, evidencia-se que a maioria das emissoras de rádio no Brasil atua de forma clandestina. Elas entram em funcionamento por reconhecer que possuem direito à liberdade de expressão e ao acesso aos meios de comunicação. Ter direito à informação é, portanto, direito à cidadania, ou seja, faz parte dos direitos do indivíduo.

Apesar dos rigorosos limites da legislação, os veículos de comunicação comunitária vêm encontrando saídas para funcionar e até mesmo para custear suas próprias despesas, além de cumprir a função básica destinada atualmente aos veículos comunitários, ou seja, de informar, educar, mobilizar e, no caso da rádio ainda, divertir, e pluralizar as vozes da população. Quer manter a autonomia e reivindica, em última instância, o direito de exercitar a liberdade de expressão. (PERUZZO, 2006).

Assim, de um processo comunicacional voltado para um caráter mais combativo e de contestação do *status quo*, o espaço da comunicação comunitária foi sendo cedido a experiências mais plurais de organização social e de tratamento da informação, com abertura para aspectos da cultura, do lúdico, entretenimento e também para prestação de serviço. Surgiram novos formatos de veiculação dessa comunicação ocasionada pela inserção das tecnologias e pela mudança no caráter político-econômico da sociedade.

São elas: as rádios comunitárias, fanzines, canais comunitários na televisão a cabo, *blogs*, sites alternativos, etc, todos esses representando produções de cunho comunitário (PERUZZO, 2009).

Além disso, o termo comunicação comunitária foi sendo aos poucos utilizado pela grande mídia, que ia se fortalecendo cada vez mais, para caracterizar algumas de suas produções, suscitando dessa forma na problemática com o uso da palavra. Houve ainda a adequação desse tipo de produção a programas em canais fechados que transmitem assuntos de interesse público, como as TVs Comunitárias e Universitárias.

Para a pesquisadora Cecília Peruzzo, no entanto, esse movimento de entrada de temas de cunho mais comunitários nos canais educativos e até mesmo comerciais pode representar um ponto positivo no processo educacional dos indivíduos e servir como complementação no exercício da cidadania, tendo em vista que os meios de comunicação comunitários se baseiam em demandas pequenas, além de não se propor a falar para grandes públicos. Apesar disso, a autora destaca a grande expressividade desses veículos por sua dispersão por todo o país.

O ambiente mais democrático suscitado, sobretudo pelas eleições diretas e pela possibilidade de maior participação da população nas decisões públicas, além da abertura nos níveis de liberdade de expressão trouxe importantes conquistas sociais e até mesmo para o campo da comunicação, que foi sendo entendida como um direito humano. Movimentos sociais e os grupos desfavorecidos da sociedade passaram a adotar demandas mais plurais e a incorporarem em suas formas de produção novas estratégias comunicativas apoiadas nas novas tecnologias da informação.

É importante destacar, inclusive, que quem toma a cena em termos de mobilização a partir desse período no país são as Organizações Não-Governamentais (ONGs), que passaram a assumir, na maior parte do tempo, o posto antes ocupado pelos movimentos sociais - com suas frentes mais combativas - inserindo preocupações ligadas em maior medida a criação de soluções contra a violação de direitos humanos e a construção da cidadania (PERUZZO, 2009).

Portanto, como afirma Peruzzo (2009), os assuntos e interesses que passaram a nortear a comunicação comunitária foram se deslocando para atender as demandas locais, passando a se caracterizar por uma comunicação desenvolvida por grupos marginalizados da sociedade em bairros, comunidades ou até mesmo em espaços no ciberespaço feita segundo suas próprias necessidades e capacidades. Em suma, é um

canal que atua, em maior medida, para a prestação de serviço e formação da cidadania, sempre em sintonia com a realidade assistida.

Os meios comunitários passaram a trabalhar, dessa forma, com pautas mais específicas que giravam em torno dos assuntos de bairro, ligados ao tema do trabalho, da violência, drogas, questões de cunho doméstico e outras temáticas que diziam respeito, normalmente, às realidades dos segmentos mais excluídos da sociedade.

Assim, para Peruzzo (2003) os principais aspectos que podemos encontrar na produção dos meios comunitários atualmente são:

a) Ter como objetivo divulgar assuntos específicos das comunidades, de movimentos coletivos e de segmentos populacionais ou de interesse público, que normalmente não encontram espaço na mídia convencional; b) Usar como estratégia a participação direta das pessoas do próprio lugar na programação e em geral também na gestão do veículo de comunicação. O receptor pode se tornar emissor e vice-versa; c) Quem produz (cria, fala, redige, edita, transmite etc.) as mensagens não é necessariamente um especialista, o profissional de comunicação, mas o cidadão comum; d) Ter como força motriz a meta de contribuir para o desenvolvimento comunitário como forma de ampliar o exercício dos direitos e deveres de cidadania; e) Não ter finalidades lucrativas. É autofinanciada, ou recebe doações, além de trabalhar apenas com apoio cultural e não com anúncios publicitários. Há um entendimento de que caso haja excedentes econômicos, esses não devam ser apropriados privadamente, mas revertidos para a sustentabilidade e investimentos do próprio meio de comunicação; f) Os conteúdos dizem respeito às necessidades, problemáticas, artes, cultura e outros temas de interesse local, como por exemplo: notícias sobre as atividades de grupos populares organizados, esclarecimentos visando afastar crianças do tráfico de drogas, campanhas contra a discriminação da mulher e das raças, dicas de saúde, informações sobre prevenção de doenças, reivindicações de serviços públicos de uso coletivo e outras informações de utilidade pública; g) Nas experiências mais avançadas desenvolve-se gestão do tipo coletiva; h) A propriedade pode ser coletiva, individual ou institucional, mas colocada a serviço da comunidade; i) Buscar autonomia em relação ao governo e outros grupos de interesse; j) Ser dirigida a segmentos específicos da população; l) Ter alcance limitado em termos de cobertura, audiência, número de leitores etc. (p. 8-9).

Nesse contexto, a comunicação comunitária parece extrapolar a comunicação dos movimentos sociais, apesar de ainda servir para representá-los e, muitas vezes manter-se vinculada organicamente a eles por princípios contra-hegemônicos. Por vezes, a comunicação comunitária ainda se confunde com as noções de comunicação popular e em síntese se caracteriza como a expressão de luta por melhores condições de vida,

representando espaço de participação horizontal na construção de conteúdos e gerência do veículo.

No entanto, como afirma Nunes (2012), a comunicação comunitária é sempre popular, mas nem sempre o contrário se aplica. Para a autora, os três pontos que diferencia a comunicação comunitária da popular, seriam: o interesse coletivo a participação da comunidade nos processos de produção e gestão do meio, e a representatividade. Além disso, a comunicação popular pode representar vários grupos, enquanto que a comunitária só falaria pela e para comunidade.

Os veículos comunitários vêm para assegurar, portanto, uma participação mais plural, incluindo as várias matizes que compõem as comunidades. Comunidade aqui entendida por Nunes (2010) como agregação de grupos com interesses comuns, e que podem ou não dividir um mesmo espaço geográfico. A atuação desses grupos ocorreria de maneira organizada no sentido de decidir coletivamente a estruturação de uma emissora, a partir de uma vivência política e com o intuito de construir os destinos de suas próprias vidas.

Desse modo, por princípio, a comunicação comunitária se caracteriza por:

processos de comunicação baseados em princípios públicos, tais como não ter fins lucrativos, propiciar a participação ativa da população, ter propriedade coletiva e difundir conteúdos com a finalidade de educação, cultura e ampliação da cidadania (PERUZZO, 2006, p. 9).

Deve-se reconhecer que essa dimensão educativa do veículo reconhecida pela pesquisadora se dá não apenas pelo conteúdo difundido, mas principalmente pela participação ativa em todo o processo de produção e difusão do meio comunitário. Isso significa que o fazer comunicação implicaria num processo educativo, no sentido de capacitar os indivíduos para o exercício da cidadania.

A participação ativa da população em todo o processo de produção, gerência e veiculação da comunicação é um dos principais aspectos que distinguem o meio comunitário. Normalmente a participação só é alcançada quando há um forte avanço da organização do meio, isto é, quando há uma participação mais direta do indivíduo como escrever no jornal; falar no rádio; discutir a linha editorial e os princípios de produção, gestão e a própria seleção de conteúdos, dentre outras atividades que envolvem uma relação mais estreita entre a população e veículos comunitários (PERUZZO, 2007).

E mesmo a participação indireta da população já representa um fator importante para o processo de construção comunitário. Participar é um quesito que vai sendo conquistado à medida que o veículo também se desenvolve. Porém, deve ser sempre um horizonte a ser buscado pelos veículos comunitários. Afinal,

as pessoas envolvidas em tais processos desenvolvem o seu conhecimento e mudam o seu modo de ver e relacionar-se com a sociedade e com o próprio sistema dos meios de comunicação de massa. Apropriam-se das técnicas e de instrumentos tecnológicos de comunicação adquirem uma visão mais crítica, tanto pelas informações que recebem quanto pelo que aprendem através da vivência, da própria prática (PERUZZO, 2007, p.22).

A comunicação comunitária contribui para melhorar as condições de vida e de conhecimento das pessoas por meio da conscientização e promoção dos direitos humanos. Esse meio também favorece o exercício da cidadania, ao abrir espaço para difundir a voz da população e possibilitar que este participe ativamente das demais fases do processo comunicativo.

A pesquisadora Cecília Peruzzo considera também que o exercício da atividade da comunicação comunitária, sobretudo em termos educacionais, poderia ser melhorado caso houvesse a possibilidade de formação dos comunicadores, que objetivasse o aprendizado sobre a dinâmica da produção em comunicação, e até mesmo a leitura crítica da mídia, desde que seja permanente a preocupação para que não haja a repetição de padrões da mídia comercial.

A “preparação” para o uso dos meios comunitários também deveria levar em consideração a inserção das novas tecnologias nos processos comunicacionais. Existe a necessidade de alfabetizar sobre as novas linguagens que envolvem os ambientes virtuais, como o uso das redes sociais, assim como também técnicas audiovisuais, diagramação de meios impressos, operação de equipamentos, dentre outras tecnologias. Tudo isso, no entanto, possibilitado pela ampliação do acesso a esses meios e, principalmente, a partir do entendimento de comunicação como um direito (PERUZZO, 2009).

Outra prática destinada às iniciativas da comunicação comunitária, diz respeito ao rompimento com os discursos e os “silêncios” dos meios de comunicação de massa, declaradamente descompromissados com os reais interesses coletivos, com o objetivo de ativar possibilidades de construir novas agendas públicas. Os indivíduos

historicamente excluídos dos processos comunicacionais poderão, assim, ter a chance de expor suas necessidades e fazer circular suas demandas pela sociedade. (NUNES, 2004).

3. 2. Comunicação comunitária e o conflito comunitário

Mais um quesito que também distingue o meio de comunicação comunitária, tanto dos veículos tidos como populares quanto dos comerciais é a perspectiva da comunidade. Este conceito se encontra na base das definições daquela forma de comunicação, porém representa também o aspecto mais conflitante do conceito.

É com base nas noções de comunidade que Cecília Peruzzo identifica o que ela considera como sendo um “autêntico” veículo comunitário. Para a autora, em última instância, não basta estar presente em uma dada localidade e falar das coisas deste lugar, mas antes o meio comunitário deve desembocar em questões que estejam em conformidade com princípios de comunidade. Assim, nessa perspectiva o que mais interessa no veículo de comunicação comunitária é a construção de identidades, vínculos, sentimento de pertencimento e o compromisso com a realidade concreta.

Portanto, para a autora apesar das inúmeras mudanças pelas quais as concepções de comunidade vêm passando ao longo dos anos, algumas das suas noções consideradas mais clássicas, ainda devem ser tomadas como válidas e primordiais para os fundamentos da comunicação comunitária. Assim, ela afirma:

As comunidades continuam a se caracterizar pela existência de um modo de relacionamento baseado na coesão, convergência de objetivos e de visão de mundo, interação, sentimento de pertença, participação ativa, compartilhamento de identidades culturais, coresponsabilidade e caráter cooperativo. As próprias comunidades virtuais²⁰ que surgem com o advento das novas tecnologias da comunicação, no final do século XX, demonstram a necessidade de atualização dos conceitos originais e, ao mesmo tempo, reforçam a necessidade da presença de laços de comunhão, como os acima referidos (PERUZZO, 2006, p. 14).

Assim, por esses termos, a autora enfatiza que comunidade não pode ser confundida com bairro, grupos étnicos ou até mesmo cidades de pequeno porte, pois comunidade pressupõe, antes, a existência de vínculos mais fortes e duradouros. Nesse sentido, ela enfatiza como sendo características inovadoras de comunidades aspectos como: a passagem de ações individuais para coletivas, processo de interação, confluências de alguns interesses e identidades em torno de causas comuns, maior

consciência quanto à realidade em que estão inseridas, dentre outras questões que revelam não apenas as inovações nos conceitos de comunidade, mas sua inserção na realidade atual.

As transformações mais significativas dos conceitos de comunidade correspondem às noções de territorialidade geográfica, deixando por sua vez de ser condição fundamental para a existência de comunidade. Um dos maiores defensores dessa condição é o pesquisador Marcos Palácios. Este chama atenção para o afastamento entre pertencimento e territorialidade, ou seja, não há necessidade do lugar-território concreto para a existência da comunidade.

No que se refere às noções de comunicação comunitária em si o pesquisador Marcos Palácios defende também a superação da ideia de *participacionismo* e a crítica que ainda é feita quanto à possibilidade de profissionalização dos indivíduos para a prática da comunicação comunitária. Para ele o que define o meio comunitário não é a forma que as pessoas utilizam para produzir, mas o que se produz, isto é, os conteúdos (BOTÃO, 2002).

No entanto, é importante destacar neste momento que a tarefa de buscar uma autenticidade do meio comunitário está diretamente ligada, portanto, a uma forte tendência a essencialização da ideia de comunidade e pode representar um perigo à prática comunitária, como pode também soar falso por normalmente não corresponder às realidades cada vez mais complexas e plurais. A idealização da mídia comunitária sobre critérios estanques nos faz estabelecer como certo e legítimo apenas uma forma de ser e agir, ignorando a própria contradição presente no cerne da sociedade. E apesar de alguns autores, a respeito, por exemplo, da própria Peruzzo, indicarem mudanças e atualizações no conceito de comunidade, ainda é possível notar que é muito forte a ideia da busca por um ambiente ideal e conformado por fronteiras identificáveis.

O maniqueísmo presente nessa forma de conceber os meios de comunicação comunitária, isto é, se é ou não autêntico, acaba, dessa forma, por desproblematizar questões que realmente interessam a comunidade, e abafam o fato de que as demandas e perspectivas das comunidades podem estar em eterna mudança, a depender dos contextos sociais. “Quando concentramos nossas energias reflexivas na complicada questão da autenticidade, perdemos a chance de utilizar a força das contradições para compor a análise” (MALERBA, 2008, p. 155).

O pesquisador *Ciro Marcondes Filho* foi um dos primeiros estudiosos da área no Brasil a levantar a problemática da questão da comunidade, porém, ele relaciona especificamente ao tema do jornalismo comunitário. Seus questionamentos acerca desta forma de comunicar se aproximam bastante com as concepções das décadas de 80, isto é, da perspectiva de valorização do papel político, organizativo e mobilizador desta prática jornalística.

Para ele o conceito de comunidade representa não apenas um conceito sociológico, isto é, estático, mas, sobretudo, um conceito político, e por isso, dinâmico e atuante na vida dos indivíduos. E por ser uma definição que se encontra na base dos conceitos de comunicação comunitária, ele conclui que esta forma de comunicar só deverá ter também como finalidade o exercício da iniciativa política. Nesse sentido, ele define:

O jornalismo comunitário, portanto, é o meio de comunicação comunitária que interliga, atualiza e organiza a comunidade e realiza os fins a que ela se propõe. Falar-se, então, de jornalismo de bairro, de judeus, de negros como jornais comunitários é falso (MARCONDES FILHO, 1987, p. 160).

Ele defende ainda que um jornal comunitário deva ser elaborado pelos próprios membros da comunidade com o objetivo de fazer força política. Porém, como destaca a também pesquisadora da área, *Raquel Paiva*, *Ciro Marcondes Filho* incorre em um contrassenso ao defender essa perspectiva, pois o pesquisador também sustenta, ao mesmo tempo, que os veículos comunitários devem servir como exercício para a atividade profissional (PAIVA, 2003).

Por outro lado, a pesquisadora reconhece que um dos grandes méritos do autor foi ter trazido para dentro dos estudos da comunicação comunitária a reflexão sobre sua potência política e força organizativa para as noções de comunidade, reflexões essas que parecem ter sido perdidas ao longo dos anos nas pesquisas desta comunicação. Além de que é ele que começa a invocar para os conceitos da comunicação comunitária, a negação a uma ideia de comunidade que se aproxime com a perspectiva salvacionista, ainda tão presente em suas definições.

Essa perspectiva de busca de um paraíso perdido nas noções de comunidade, também é criticada pela pesquisadora *Raquel Paiva* (2003). Para ela, a ideia de um lugar fechado, como uma espécie de gueto, vem sendo quebrada, sobretudo devido à forte presença das redes de informação na vida das pessoas. Em tempos de globalização,

parece ficar cada vez mais difícil pensar um ambiente que não seja tocado pelas forças planetária das tecnologias da informação e mercado. Com efeito, “admitir a possibilidade comunitária significaria potencializar uma alternativa de sociabilidade, uma estrutura de contato, uma vivência real” (p. 137).

A perspectiva de que a comunidade é um ambiente fechado, preso em uma ideia que a qualifique e a segregue do social, isto é, a faça estar em um patamar distante da vida real – apesar de ser uma noção que já vem sendo rediscutida por pesquisadores da área, a respeito do pesquisador Ciro Marcondes Filho, já desde fins da década de 80 e a pesquisadora Raquel Paiva, que também desde essa mesma época já se debruçava nos estudos acerca das concepções de comunidade e como ela pode ser observada na realidade atual, e até mesmo como pode modificar as visões acerca da comunicação comunitária – ainda é muito comum a percepção de que a comunicação comunitária obedece a preceitos de uma comunidade baseada nas noções tradicionais, a respeito da ideia de identidade, vínculo e pertencimento, além de uma abordagem pacífica e pouco conflitante da concepção de comunidade, muito presente na abordagem da comunicação comunitária.

Porém, as atuais multiplicidades de formas de ser e organização social, impõe uma nova maneira de pensar a comunicação comunitária mais desatrelada a essa perspectiva tradicional que tem como núcleo a ideia de uma comunidade fechada e unívoca. O objetivo é abandonar fórmulas prontas, e voltar nossa maior atenção para a especificidade dos contextos onde essas rádios surgem, levando em consideração que suas produções e demandas dizem respeito as particulares de suas conjunturas, além de considerarmos que eles estão sempre sujeitas as adversidades sociais, pressões e conflitos.

Podemos até ser motivados por um ideal de comunidade, mas isso não pode paralisar nossas ações sobre o mundo real. As formas de ser da sociedade nunca serão algo dado por uma ordem da natureza, mas antes deverá ser sempre construído, o que pressupõe jogos de negociações, em um ambiente plural e democrático (MALERBA, 2008).

Assim, a comunicação comunitária deve escapar de algumas armadilhas teóricas, que pode ter efeitos desastrosos sobre sua prática. O tempo tem revelado que a busca por uma ideia de comunidade com base em fundamentos bastante discerníveis, tem provocado apenas uma forte negação do outro, além de restringir sua potência para uma

ação mais ampla. Negar essa perspectiva é permitir que a comunidade ultrapassasse a ideia de “até onde ir”. Como diz Amaral Filho (2008), comunidade pode ser uma metáfora para frente, sempre mutável, “de gente que a deixa, de gente que chega, de contatos com outras comunidades, a inserção num grupo ainda maior – o próprio lastro comunitário é móvel” (p. 85).

Na análise a seguir, nos propomos a discutir como as noções de comunidade estão presentes na realidade concreta e até que ponto ela vem contribuindo para construir os processos da comunicação comunitária. O objetivo foi testar se as concepções comumente associadas a esta forma de comunicação atendem as necessidades dos coletivos, e como a noção de comunidade se realiza na realidade concreta.

4. O BAIRRO DE MANDACARU EM PERSPECTIVA

O mapa geográfico da cidade de João Pessoa, Paraíba, aponta a localização do Bairro de Mandacaru ao norte do município. Mas considerando a proximidade com as principais vias da malha urbana, com o setor comercial e o acesso as praias do litoral, pode-se afirmar que aquele Bairro se espraia bem ao centro da cidade, centro esse referenciado pelos pessoenses como sendo o coração da cidade, ou seja, uma área “bem localizada” dentro do perímetro urbano.

Levando o nome de uma planta típica do Nordeste brasileiro que sobrevive ao clima seco de algumas regiões, especialmente o sertão, o bairro de Mandacaru também carrega em sua história a resistência do tempo. Um dos mais antigos bairros da cidade, a sua grande extensão já foi berço das principais tribos indígenas que constituíram a população de João Pessoa, sendo essa história representada atualmente pelas tradicionais escolas carnavalescas do Bairro, a Tupy Guarani, Guanabara e Tupinambás.

Com o crescimento populacional, o que já foi uma área de potencial econômico, sobretudo, devido à presença de engenhos instalados as margens do Rio Sanhauá (considerado ponto de partida do crescimento da cidade) estendendo-se ao Rio Mandacaru – que corta o Bairro – durante o período colonial, aquele foi aos poucos reduzindo de tamanho, “cedendo” territórios a bairros que cresciam ao seu entorno, a respeito do Bairro dos Estados, Padre Zé e Treze de Maio, hoje tomados como limites do território de Mandacaru.

O crescimento da cidade afastava-se do seu setor de origem e se estendia para o litoral que passou a ser o pólo econômico com grande valorização imobiliária. Os bairros mais antigos foram se tornando a periferia do desenvolvimento sócio-econômico da cidade concentrando populações de baixa renda. Mandacaru, por ter sido ao longo dos anos reduzido de tamanho, afastou-se da área mais antiga da cidade, porém carregou características na maior parte do seu território de uma localidade formada por precárias condições de vida, e altos índices de violência, sendo assim considerado um dos Bairros mais violentos da capital.

Essa caracterização revela peculiaridades do Bairro que o torna plural frente às demais regiões do município. Situar-se ao lado do Bairro dos Estados, por exemplo, considerado um bairro nobre, onde se concentram mansões que chegam a custar mais de um milhão de reais, faz de Mandacaru uma localidade repartida em termos estruturais e

econômicos, isto é, nas proximidades com esse vizinho, é possível ver um Bairro mais próspero e dinâmico comercialmente. À medida que se afasta, isto é, que “se entra no Bairro”, como distinguem os próprios moradores, a primeira vista já se torna perceptível a diferença em termos de condições estruturais. As ruas não são asfaltadas, e as casas apresentam-se mais modestas, sobretudo na região que margeia o trilho do trem.

É nesta proximidade onde o bairro subdivide-se em pequenas regiões denominadas *comunidades*. A precariedade das condições de existência dessas pequenas localidades, por onde passa esgoto a céu aberto estendendo-se por ruas sem calçamento e beirando casas, muitas delas, ainda de taipa – composição feita de argila e cascalhos – representa o setor mais pobre do bairro e que, por essas características, diferenciam-se das demais regiões, distinguindo-se em comunidades. Ao todo nove comunidades compõem essas regiões: Cinco Bocas, Baixada, Alto do Céu, Beira da Linha, Porto João Tota, Beira Molhada, Jardim Coqueiral, Jardim Esther e Jardim Mangueira.

Esta é a ambiência de onde partimos para tentar compreender as relações sociais estabelecidas em torno de algumas definições caras a contemporaneidade, a propósito da noção de comunidade. Partir da percepção das práticas humanas e de seu entendimento quanto à constituição de uma realidade comunitária, foi a escolha que fizemos para não perdermos de vista a profunda inserção que esta noção ainda tem no contexto de vida dos indivíduos, apesar de ser um conceito profundamente ambíguo e tomado por uma áurea sensível que, nas palavras da pesquisadora Raquel Paiva pode “estar querendo dizer coisa alguma ou simplesmente pretender definir o etéreo, um sentimento responsável por algo puro e aglutinador”²⁰.

A opção de investigar a realidade concreta e o sentido comunitário que nela se exprime revela que o caminho teórico proposto para esta análise aproxima-se com a filosofia comunitarista, isto é, que toma a noção de comunidade sob a perspectiva de algo que se realiza na experiência dos indivíduos em um comum, e nas práticas do seu cotidiano. Apesar de pretender com esse percurso por em destaque a autonomia que a realidade tem sobre os conceitos, não é possível escapar de perceber o profundo diálogo e atravessamento entre ambos.

É possível afirmar que a própria ideia de comunidade presente no imaginário dos moradores de Madancaru está contaminada pela noção constantemente veiculada nos

²⁰ Ver PAIVA, Raquel. **O espírito comum: comunidade, mídia e globalismo**. Rio de Janeiro, Mauad, 2003, pg. 65.

meios de comunicação de massa, qual seja, a de um ambiente que agrega sentidos aparentemente contraditórios, mas que, juntos, servem a um propósito maior de controle dos coletivos e, sobretudo, de publicizar a imagem de responsabilidade social da empresa de comunicação.

Desse modo, à comunidade é constantemente atribuído o sentido de que representa um lugar subdesenvolvido, com condições precárias de existência e altos índices de violência. Por outro lado, a imagem exaltada por esses veículos é de que essas mesmas comunidades, ao mesmo tempo, são ambientes harmônicos, em que todos os indivíduos comungam de uma vida comum, preservando o sentido de solidariedade e consenso em suas relações.

A primeira noção serve ao objetivo de não apenas segregar, mas por em lados opostos indivíduos que dividem uma mesma realidade, ou seja, separa aqueles que conseguiram por esforço próprio ou por assistencialismo – sendo este oferecido muitas vezes pela própria empresa de comunicação – vencer na vida e os que “não querem” a vitória à custa do próprio trabalho e caem na criminalidade. A estes restam a pecha de assassinos violentos, a quem as instituições de ordem e poder podem justificar o uso da força e violência.

O segundo sentido representa uma estratégia de apelo às emoções fáceis, com o intuito de amenizar os conflitos geradores das mudanças sociais. Exaltando o aspecto sentimental do noticiário e apelando para o sentido pacífico dos grupos sociais, a grande mídia atrelada às instituições de poder, eliminam as contradições internas dos grupos, excluem a existência de classes sociais antagônicas, criando um quadro harmônico em que as “pessoas de paz” não devem rebelar-se, mas sim, conquistar as transformações esperadas por meio de muito trabalho, ou apelando para a assistência social na resolução de problemas pontuais. Essa estratégia sensível²¹ utiliza-se, portanto, da ideia de comunidade no sentido mais tradicional do termo no que se refere, especialmente, ao quesito territorial como condição para sua existência, além da perspectiva idílica, onde reina solidariedade e harmonia entre os indivíduos da comunidade.

A construção da ideia de comunidade sob a ótica do primeiro aspecto ganha força no imaginário dos moradores do bairro de Mandacaru, que se distinguem entre si valendo-se dessa conceituação.

²¹ Termo utilizado pelo pesquisador Muniz Sodré em seu livro **As estratégias sensíveis**: afeto, mídia e política. Ed. Vozes, 2006.

O sentido pejorativo, isto é, de que as comunidades são celeiros de criminosos, lugares insalubres, e pouco propícios para até mesmo integrar-se ao bairro, se destaca entre os moradores, gerando, assim, conflitos de convivência. As comunidades do bairro de Mandacaru são regiões visivelmente segregadas, e não são normalmente reconhecidas como partes constituintes do bairro. Por esses termos, alguns residentes chegam a rejeitar que Mandacaru seja classificado de “Comunidade Mandacaru”, como, por vezes, é denominado por moradores de áreas vizinhas ou até mesmo pelos veículos de comunicação.

Os jornais diários e os programas televisivos de cunho policial trazem em destaque os crimes cometidos no bairro de Mandacaru. Na forma de espetáculo, os repórteres participam das buscas policiais, filmam as prisões e julgam os acusados em frente às câmeras antes mesmo que a justiça os faça.

Apesar de ser considerado um dos bairros mais violentos da capital paraibana pelos órgãos de segurança pública, a mídia já se adiantou em construir e referendar essa imagem entre os pessoenses. No imaginário popular, não há distinção entre os que praticam ou não atos violentos, sendo assim um bairro a ser evitado. Portanto, Mandacaru é diretamente associado à violência. Na internet, por exemplo, os primeiros termos que surgem colados ao nome bairro de Mandacaru são morte, assassinato ou violência.

A apropriação do termo comunidade pela mídia de massa vem sendo feita de forma indiscriminada. Nunca antes se ouviu falar tanto em comunidade, e ela nunca esteve tão presente nos meios de comunicação. Hoje tudo virou comunidade. Ela vem substituindo as divisões sociais de classe e abafando suas contradições. Programas policiais e até mesmo os tidos como sérios utilizam o termo em suas produções, com o intuito de cumprir – tanto pela via da banalização da violência, sendo que este ocorre normalmente nos programas de caráter mais sensacionalista, como pelo caminho da sensibilização do público – o ideal de manipular subjetividades e apaziguar as ações dos coletivos.

Na grande mídia, como afirma Amaral Filho (2008), o termo comunidade sempre aparece sob a marca do aspecto generalizante, e por isso mesmo, reducionista. A partir da naturalização de determinadas características das “comunidades”, ela cria um discurso encoberto por estereótipos, que isola esse Outro da sociedade e até mesmo os indivíduos

uns dos outros. No caso das comunidades, normalmente concebidas por favelas, há a direta associação que favela é violência.

Essa violência é normalmente retratada de forma a culpabilizar os próprios moradores, como se aquela fosse fruto da ação de indivíduos e/ou grupos “malvados”. Não há a devida contextualização sobre os motivos de cunho estruturais responsáveis pelo desenho dessa realidade, ou seja, não há a preocupação em explicar que essas ações fazem parte de um quadro geral que diz respeito a inúmeros fatores como, por exemplo, o desemprego, que afeta milhões de jovens que não possuem ainda direito ao acesso aos bens básicos como saúde, água tratada, lazer, etc. “Com isso, a violência aparece como um “dado da natureza”, algo causado por razões raciais ou genéticas. Com frequência os autores de ações violentas são negros ou “mulatos”, e isso aparece nas imagens e fotos, implicitamente reforçando o racismo” (ARBEX, 2005, p. 387).

O discurso da violência vem sendo utilizado ao longo dos anos como moeda de troca pela política, com o objetivo de assegurar a ordem pública e o controle dos povos e, especialmente, pela mídia sensacionalista para a autopromoção. A espetacularização em torno da violência tem rendido a grande imprensa altos índices de audiência, a partir da construção exótica e/ou marginalizada dos que são estranhos a “nós”.

A estratégia de abafar as vozes da comunidade começa por uma definição externa, apropriada pelo discurso da mídia. É uma nomeação que, como alertou Foucault (1998) citado por Amaral Filho (2008), infere poder a quem nomeia, portanto, não caberia dentro da estrutura social na qual a mídia hegemônica se insere, que os grupos marginalizados detenham a possibilidade de se autoneostrar. Isso significa dizer que não é dada a permissão a esses grupos de produzirem discursos sobre si mesmos (p.77).

É dessa maneira que a comunidade vem sendo entendida de forma linear em torno de identificações unificadoras. E isso impossibilita as distinções, ou seja, o reconhecimento das particularidades dos modos de ser de cada realidade, passando a ser sempre “o morador de favela”, ou “a tribo indígena”, ou ainda “o negro”, a “mulher” dentre outras definições generalistas e estereotipadas que norteia a organização da sociedade.

Se às comunidades não é permitido dizer que tipo de comunidade querem comunicar para fora de suas fronteiras identitárias, e se é de fora que essas denominações são originadas, estamos, mais uma vez, permitindo a materialização daquilo que Chales Hale (2002) identificou em comunidades indígenas e miscigenadas na Guatemala: o já mencionado “até onde se pode ir”, uma espécie de freio representativo (AMARAL FILHO, 2008, p. 83-84).

A conclusão desse raciocínio de Amaral Filho (2008) é que as definições mantêm as comunidades presas em seus limites, sem que sejam permitidas a elas que as ultrapassem. Estabelecer, portanto, uma essência para a comunidade, é o mesmo que dizer que há muralhas que as circundam, e que ultrapassá-las é deixar de ser o que é, deixar de ser uma comunidade. “Não é atoa que se faz “etnoturismo” país a dentro e grupos de estrangeiros sobem a Rocinha para ver como é uma “favela de verdade”” (p. 84).

Outro mecanismo comumente utilizado também, especialmente no jornalismo considerado mais formal, é a terceirização das demandas sociais, isto é, os próprios jornalistas adotam as reivindicações dos grupos sociais, e se responsabilizam pela busca das soluções. Para tanto, travestido de líder da comunidade, cabe ao jornalista falar diretamente às autoridades em nome daquela sobre os problemas da localidade como se ele mesmo a vivenciasse, ou seja, como se fosse a voz autorizada da comunidade. Esse formato de produção virou modelo em âmbito nacional, como por exemplo, no quadro “Calendário JPB”, na Paraíba, exibido no Jornal JPB da emissora Cabo Branco, afiliada da Rede Globo, podendo ser visto também em outras afiliadas espalhadas pelo país, inclusive na cidade do Rio de Janeiro.

No Calendário JPB, a repórter encaminha as reivindicações das comunidades locais até as autoridades responsáveis. Normalmente os problemas são de cunho estrutural, como a presença de buracos nas ruas, o esgoto a céu aberto, ou questões relacionadas à segurança no trânsito. A data prevista para a resolução do problema é marcada em um calendário, objeto que simboliza o nome do quadro, e o cumprimento desta data será cobrada pela repórter aos responsáveis. No dia marcado, ela retorna ao local para averiguar se o problema foi ou não resolvido.

A passividade dos moradores se contrasta com a mobilização da repórter. É ela quem não apenas contata as autoridades, como também se emociona por eles, se revolta por eles, demonstra indignação. A orientação que a jornalista recebe da empresa de comunicação para este formato de programação é utilizar uma linguagem mais comum à realidade local, e encenar uma intimidade com os moradores e com os problemas vivenciados por eles como se ela fizesse parte daquele contexto. E não só isso, a marcante presença da repórter na cobertura da notícia, acaba na maior parte das vezes

sendo mais importante que a própria notícia, e acaba por promover ainda a maior publicização da empresa de comunicação.

Esse cenário espetacular construído pelo programa implica numa forma de produção de sentido que apela para o plano do sensível, e as comunidades parecem ser a ambiência perfeita para essa estratégia comunicativa, em que a finalização da produção é a conquista da emoção do telespectador. São através da construção valores simbólicos, sobretudo com ênfase na emoção, que a grande mídia vem deslocando do centro do debate os reais interesses da população. E a aproximação com as comunidades reforça esse “projeto midiático” que se utiliza da perspectiva comunitária como um ambiente de paz que não oferece qualquer risco ao sistema.

O apelo ao imaginário e à emoção reduz o impacto do noticiário. São provocadas sensações e fantasias no lugar de uma reflexão crítica sobre a notícia em si, isto é, sobre os fatos sociais. A notícia é construída no sentido de inferir um estilo de vida aos indivíduos, com base em narrativas melodramáticas. “Quando o jornalismo emociona mais do informa [...] tem-se aí um problema ético, que é a negação da sua função de promover o debate das ideias no espaço público” (BUCCI *apud* PATIAS, 2006 p. 100).

São por esses termos que Peruzzolo (2011) citado por Medeiros (2012) compreende que:

[...] o texto teleinformativo se dirige aos desejos e interesses do observador; mais do que a transcrição de um evento, é um discurso organizador de efeitos de sentido. Em ordem a isso, a tela compõe-se de um conjunto de estratégias discursivas tensionadas pelos eixos dos mostrar e do ver; de modo que ela é o lugar primordial dos investimentos discursivos televisivos, uma vez que ela é representação e, como toda representação liga-se às coisas que representa por uma relação de significação, e não de semelhança (p. 3).

No discurso hegemônico da mídia, as comunidades ganham a caracterização de um lugar que necessita de assistência, como se a situação de vida dos indivíduos não os condicionasse à reação. Assim é reservado a essas populações o confinamento em um determinado sentido de comunidade, a uma identidade que eles se ressentem.

Essa lógica de mobilização pela margem vem sobrepondo a noção de comunidade sob o aspecto de substancialização à noção de um ambiente plural e diversificado. O intuito parece ser manter os indivíduos isolados dentro de uma demarcação identitária, que frequentemente está associada à ideia de marginalização (MEDEIROS, 2012).

A noção de identidade é bastante ambígua e, como afirma o sociólogo Zygmunt Bauman, representa uma das grandes crises de nossa época. Para este autor, isso está ligado ao colapso do Estado de bem-estar social e a consequente situação de insegurança instalada em um mundo cada vez mais líquido, para usar o termo do próprio Bauman, e globalizado. As rápidas transformações nas formas de produção do capital atingem diretamente o cotidiano de vida dos indivíduos, que sofrem com empregos cada vez mais flutuantes e com o enfraquecimento das instituições públicas, sem contar com o forte processo de individualização e segregação da sociedade.

Nesse contexto, a política das identidades parece falar a língua do capitalismo. E é daí que parte seu caráter ambivalente, ou seja, ela tanto carrega o sentido de liberdade quanto de aprisionamento. O primeiro sentido serve àqueles que podem pertencer a um determinado grupo identitário de acordo com seus próprios interesses, que variam com as circunstâncias. Por outros termos, isso significa dizer que esses indivíduos escolhem pertencer a uma “comunidade” – pois como lembra Bauman, são essas as entidades às quais as identidades se referem – motivados por algum sentido individual, podendo abandoná-las em função de outras comunidades que melhor lhes satisfaçam. É reservada essa possibilidade aos que vivem o que ele chama de cosmopolitismo, isto é, os que representam as elites globais de nosso tempo.

“Pular” de uma a outra identidade é exatamente o reflexo do que o sociólogo vem chamando de fluidez da “pós-modernidade”. É o resultado de uma sociedade que vive uma ordem profundamente fragmentária e com poucas possibilidades de se fincar raízes. É então que os indivíduos se agregam em torno de uma identidade para manter-se seguros, agarrados a algo que os façam sentir pertencentes.

É assim que para Bauman (2005) a identidade vem substituindo comunidade, esta tomada por ele como uma ideia de paraíso perdido, de um ambiente capaz de ser representado por um círculo fechado e aconchegante. No entanto, a identidade é uma faca de dois cumes, pois ela “brota dos túmulos das comunidades, mas floresce graças à promessa da ressurreição dos mortos” (BAUMAN, 2003, p. 20). É em nome dela que se justificam, por exemplo, práticas políticas baseadas em fundamentalismos religiosos e o fortalecimento de nacionalismos. Os anos 90, sobretudo, foi o marco de violências étnicas espalhadas pelo globo em função de identidades nacionais. O assassinato em

massa de civis tem se tornado comum nas guerras étnicas espalhadas pelo globo nas últimas décadas²².

Após o ataque às Torres Gêmeas no fatídico 11 de setembro, essas ações foram levadas ao clímax do seu desenvolvimento, e os nacionalismos parecem se alastrar e se fortalecerem. Isso vem acompanhado, sobretudo, pela explosão de economias nacionais, que gera grandes desigualdades entre estados e nações. O resultado é o surgimento de fundamentalismos frequentemente marcado por vieses etnocidas. “O estado-nação vem sendo firmemente reduzido à ficção de seu *ethnos* como o último recurso cultural em que ele pode exercer pleno domínio” (APPADURAI, 2009, p. 28).

Essa perspectiva nos remete a outro texto, ‘Uma mundialização possível’ de Edgar Morin. Neste artigo, o autor diz que a forma de desenvolvimento econômico em escala global, vem construindo uma soberania absoluta entre determinadas nações que representa muito mais um obstáculo ao que ele chama de sociedade-mundo, isto é, uma rede que responderia as necessidades vitais entre todos os Estados.

A forma de desenvolvimento sob essas características constitui, para ele, uma espécie de sociocentrismo ocidental que serve com instrumento de colonização de subdesenvolvidos ou não ocidentais, através de uma política planetária que tenta combinar o que Morin classifica por *world politics* e *world policy*. Agenciada, sobretudo pelos EUA, esse modelo de desenvolvimento sobrepõe esta política àquela. Assim,

As resistências dos povos oprimidos são qualificadas de terrorismo por seus opressores, a guerra ao terrorismo determinou uma aliança de hegemonias contra as resistências nacionais. Pior ainda: a palavra terrorismo camufla os terrorismos de Estado que praticam uma repressão cega contra populações civis, na Chechênia e em Israel, onde favoreceu os comandos de terror para liquidar a resistência palestina (MORIN, 2005, p.356).

No entanto, o antropólogo Néstor Canclini, citado pela pesquisadora Márcia Vidal Nunes (2004) já reforça a perspectiva de que comunidade relaciona-se cada vez menos com as entidades macrossociais, como a nação, por exemplo, e se aproxima da ideia de grupos sociais, como os religiosos, os grupos de gostos, ou seja, aqueles inseridos em círculos de consumidores, dentre outros, as quais ele classifica por comunidades atomizadas. Para o autor, um traço comum entre essas comunidades “é que elas

²² Ver APPADURAI, Arjun. **O medo ao pequeno número**: ensaio sobre a geografia da raiva. São Paulo, Iluminuras, 2009.

organizam-se mais em torno de consumos simbólicos do que em relação a processos produtivos” (p.61).

Além disso, retomando a ideia de identidade, existe ainda outro lado da moeda. Não se pode esquecer aqueles a quem não foi dado o direito de escolher qual identidade “vestir” quando melhor lhes convier. Esses são os marginalizados da sociedade que recebem a classificação de “povo”, ou minorias étnicas e sociais, a respeito, dos negros, das mulheres, homossexuais, imigrantes, dentre outros grupos historicamente excluídos.

A cristalização da imagem atribuída ao bairro de Mandacaru recai sobre uma identidade que estigmatiza. De uma realidade plural e cheia de contrastes, o que fica é uma idealização imposta por outros, uma definição que os moradores não se reconhecem nela.

O aspecto da violência é o que se sobressai quando se ouve falar de Mandacaru na grande mídia ou na voz de quem não mora no bairro. Essa concepção sobre a localidade a oprime e tem força de afastar seus indivíduos de viverem a cidade e até mesmo de participarem democraticamente das decisões políticas. Entretanto, para quem vive no bairro de Mandacaru a realidade que eles dividem entre si apresenta formas de ser bastante diferentes, contradizendo aquilo que se tem por um bairro violento. Na concepção da maioria dos moradores entrevistados o que se destaca como sendo a principal característica do bairro de Mandacaru é justamente a solidariedade das pessoas, a amizade nas relações e a união em momentos decisivos em prol da coletividade.

Quando o assunto é a violência do bairro, apesar dos moradores concordarem que o nível seja bastante alto se comparado às demais localidades da capital paraibana, há a percepção de que existe exagero por parte de quem enuncia essa característica de Mandacaru e que, devido a isso, outros aspectos veem sendo encobertos, como por exemplo, as manifestações culturais tradicionais do bairro, além da necessidade de assistência por parte do Estado às questões ligadas à melhoria da condição de vida dos moradores que são constantemente negligenciadas.

Os moradores atribuem a responsabilidade pela violência vivenciada no bairro a pequenos grupos isolados, normalmente àqueles que vivem nas localidades denominadas de comunidades, ou seja, na região mais pobre de Mandacaru. A percepção das pessoas sobre esses grupos de “marginais”, ou gangues, como também são denominadas, é que a atuação deles se concentra nessas áreas mais periféricas do

bairro, ou até mesmo fora de Mandacaru quando se trata, por exemplo, de brigas entre gangues rivais que residem em outras localidades de João Pessoa. Brigas essas motivadas geralmente pelo controle do mercado de drogas e conquista de territórios, mas especialmente, por disputas históricas entre alguns bairros de João Pessoa, mais especificamente, Mandacaru e Torre.

Dois grupos se destacam nesses conflitos, os “Estados Unidos” e o “Okaida”, fazendo referência à guerra instalada entre o grupo considerado internacionalmente como sendo terrorista, Alquaeda, no Afeganistão, Oriente Médio, e os Estados Unidos. A disputa entre essas duas facções vem chamando a atenção da polícia e da mídia paraibana pelo seu caráter violento – que conta, inclusive, com apologia a crimes em vídeos do site Youtube e, ainda, com a criação de *hits* e lançamento de CDs exaltando o ódio entre os grupos envolvidos e as conquistas de ambos – mas, sobretudo, por uma motivação que foge ao aspecto materializado do crime organizado na cidade, e que diz respeito a uma questão de cunho mais subjetivo do conflito, isto é, o que estaria em jogo seriam a exibição de status e a demonstração de força dos grupos.

É possível notar, portanto, que à medida que o bairro de Mandacaru vem sendo reduzido à margem de uma determinada identidade, que o segrega e o diferencia de outras localidades do município, parece fortalecer a identificação dos moradores com outros aspectos diretamente opostos a esta identidade imposta por quem está de fora desta realidade, apesar de ser ainda considerável o número de residentes que se dizem “envergonhados” em morar no bairro de Mandacaru devido à imagem negativa atribuída a ele.

O que torna essa percepção importante para a nossa pesquisa é o fato de que os indivíduos vêm construindo uma forma de resistência a esta condição imposta com base no fortalecimento das relações. O que os moradores buscam é uma organicidade que se afasta de um processo de formação de uma identidade, e se aproxima, por outro lado, de uma *identificação* pelo o outro que se encontra sob a mesma condição de vida.

E aqui esse jogo de palavras entre identidade e identificação parece importante no sentido de que enquanto a primeira pressupõe uma ideia de diferenciação e fechamento a segunda, ao contrário, revela uma perspectiva de proximidade e abertura. Identidade requer uma espécie de substancialização de uma dada localidade ou grupo de indivíduos sob uma determinada classificação que homogeneíza. Já a identificação implica numa ideia de relação de alteridade.

Na realidade do bairro de Mandacaru aquela minoria que o toma sob a perspectiva unitária de uma identidade e que, devido a isso, o rejeita como um lugar para se viver, são os que mais se imunizam diante das relações com outros indivíduos e não costumam se agregar por causas comuns. Neste caso, a ideia de identidade paralisa os indivíduos à ação, pois não havendo o reconhecimento ao grupo, não há como agregar-se, isto é, não se estabelece o comum, e não é possível indignar-se sem que seja no comum.

Para tanto, nesse contexto parece problemático pensar em fortalecimento da identidade como forma de organização política do grupo, como se costuma aferir. A ideia de comunidade fechada sob a marca de uma identidade estabeleceu, ao longo da história, políticas conservadoras. Pensar em comunidade no pós-guerra na Europa, por exemplo, é fazer referência a pensamentos nazistas e fascistas, todos esses com experiências fundadas na ideia de uma comunidade como uma substância, com base em uma identidade.

Quando um grupo ou comunidade é tomado pela ideia de identidade pelos próprios indivíduos que o constitui, a relação que este estabelece com outros grupos, isto é, com o diferente, costuma ser de “inimizade”, e sob esse mesmo aspecto a visão do outro para com aquele, recai também sobre a mesma avaliação. Apesar de estarmos acostumados com a ideia positiva que é inferida à noção de identidade, não há como escapar do seu caráter de diferenciação e afastamento que ela provoca na relação entre os indivíduos.

No caso do bairro de Mandacaru, foi justamente essa relação que primeiro nos chamou atenção como ponto de partida para a nossa pesquisa. Como já dito anteriormente, Mandacaru faz fronteira direta com o bairro dos Estados, este considerado um dos mais desenvolvidos de João Pessoa. As tensões entre as duas localidades, porém, não se limitavam as diferenças de natureza puramente econômica, mas se direcionavam especialmente as questões de cunho mais subjetivos, ou seja, passavam pela ordem de uma identidade atribuída a ambos.

Baseadas, sobretudo, em diferenças de classes, os bairros foram sendo inseridos numa ideia de identidade que os diferencia e parece restringir suas relações. Ao conversar com alguns moradores de ambos os bairros, em muitos momentos ficou perceptível o desejo de manter certo distanciamento entre as localidades. “É cada um na sua”, diz seu Luís, de 60 anos, morador do bairro há 20. Enquanto um dos veículos comunitários do bairro de Mandacaru (os meios comunitários serão abordados mais à

frente em profundidade) restringe a presença das caixinhas de som em ruas que já pertencem ao bairro dos Estados, alegando como um dos motivos “o baixo público e a falta de interesse” (como destaca seu Elias Cavalcante, dono da Rádio E.C Som), o informativo impresso do bairro dos Estados também limita sua distribuição em Mandacaru pelo fato das duas realidades serem muito distintas e por medo que atraia a atenção dos “bandidos” para o bairro dos Estados. “São realidades muito distintas, e, além disso, a gente cobre mais os bairros onde os comerciantes demonstram maior interesse”, explica Luis Brilhante, diretor do ‘Jornal dos Estados’, nome do “jornalzinho”.

O informativo trás, especialmente, propagandas dos estabelecimentos comerciais da localidade, e a divulgação de eventos sociais. Atualmente Brilhante vem expandindo a distribuição daquele para outros bairros da localidade, a respeito do Pedro Gondim e 13 de Maio, localidades com semelhante situação socioeconômica.

Encontra-se aí o perigo de entender comunidade como um bloco identitário. Com base nessa compreensão, as relações internas do grupo correm o risco de serem configuradas como uma formação cristalizada sob a marca de uma determinada ideologia. E as relações com o outro, por sua vez, podem ganhar o sentido de afastamento e repulsa.

A perspectiva de encerramento dentro de uma essencialização leva a comunidade à imanência, a sua morte. Comunidade como identidade é exatamente o contrário da ação, representa antes um destino acabado, fechado em si mesmo. Não há como ser exercida a ação política e o ato criativo dentro de uma realidade imobilizada, com um destino pré-determinado. Assim, o que pode ser percebido nas formas de relações da realidade em questão é que quando os indivíduos juntam-se para criar uma identidade maior, e aparentemente mais forte o que eles estão realizando, na verdade, é a estabilização das suas vidas independente da condição em que estas se encontram.

Essa perspectiva colabora com a visão do outro como um grupo minoritário, mesmo que esse esteja dividindo uma mesma realidade. É o caso das relações de convivência estabelecidas com os moradores das áreas consideradas mais violentas de Mandacaru, em que muitos moradores do bairro procuram o distanciamento daquela como se lá não existissem singularidades, mas apenas a presença de um todo homogêneo com as mesmas caracterizações.

“A violência está concentrada mais pra lá pra baixo e não chega até a gente não, que fica nessa parte aqui de cima. Então o bairro é violento para quem é violento. Para um pequeno grupo de pessoas que se metem com esse tipo de coisa, não é todo mundo não, mas esse povo de lá [sic]”.²³

Não agregar prejudica a relação coletiva por melhores condições de vida. Nesse sentido é possível afirmar que para a atuação política se exige – sobretudo atualmente com uma realidade em que as fronteiras “parecem ser erguidas em cada nova esquina de cada bairro decadente de nosso mundo” (BAUMAN, 2003, p. 21) – uma não substancialização da realidade, isto é, o entendimento deve partir da perspectiva de um contexto plural, sem barreiras identificáveis, caso contrário, o discurso político acabará falando para si mesmo.

A comunidade para ser motivada à ação precisa obedecer não a uma ideia, mas antes, à sua própria lógica, ou seja, em como se fundam suas relações e formas de vida. Parece pouco provável pensar uma comunidade sem delimitação de fronteiras, mas talvez comunidade seja exatamente isso, a forma, o limite. Um evento sem um conteúdo que preencha essa forma, e sim a experiência de ser da própria comunidade. À luz dessa perspectiva cabe ponderar sobre o fato de que a potência para a transformação da realidade talvez se encontre na forma. No próprio agir das singularidades.

A reivindicação por uma identidade pode unir as pessoas por um ente externo, um fora de si, mas não une os próprios indivíduos em sua singularidade em um comum. Isso significa dizer que a exigência por um “ser-comum” de uma comunidade não é uma condição de aproximação, mas representa uma possibilidade de afastamento no sentido de que o ser singular pode não se reconhecer na identidade do grupo. É nesse sentido que a potência para a ação política só pode existir em um ambiente sem essência, sem substância. Mas isso não significa dizer, contudo, que a singularidade pura, isto é, sem identidade seja simplesmente indeterminada; ela é determinada através da sua relação “com a totalidade de suas possibilidades”²⁴

São as relações entre os indivíduos e o que de inesperado se subtrai dela, isto é, as possibilidades de vida que daí é possível surgir, o que constitui a condição de sociabilidade e de organicidade da luta política. E é a relação que se encontra no centro

²³ Fala de Severino, 39 anos, que vive no bairro desde que nasceu, referindo-se as localidades do bairro denominadas de comunidades, áreas mais pobres de Mandacaru.

²⁴ AGAMBEM, Giorgio. **A comunidade que vem**. Lisboa: 1993, p. 53.

da organização social em Mandacaru. O que se busca é uma identificação por causas coletivas, ou seja, que dizem respeito à vida dos moradores, somados ao desejo de “perder” uma suposta identidade imposta por outros. Para a maioria dos moradores entrevistados consiste na relação estabelecida entre eles os bons frutos que o bairro conquista e a “vontade de continuar morando na localidade”, isto é, como se estabelece o comum na comunidade.

Para Ivonete Machado, de 75 anos o que melhor caracteriza o bairro é a boa relação entre os moradores:

“O melhor no bairro são as pessoas, que se relacionam muito bem, são amigas e muito unidas para tudo o que houver. E é isso o que me faz sentir mais falta de morar aqui, pois onde eu moro agora não tem isso. Não tem a convivência como tem aqui [sic]”.

Da mesma forma pensa Dona Francisca, de 60 anos, que morou no bairro de Mandacaru por mais de 20, e apenas recentemente, precisou se mudar “para ficar mais perto da filha”. Para ela, é também a amizade a principal marca do bairro: “O ponto positivo é o convívio que parece ser muito familiar entres os moradores, todos são muito amigos, e muito bons uns para os outros. É assim que esse povo vai vivendo [sic]”, disse Dona Francisca, que voltou ao bairro para trabalhar.

4.1. Rádios “comunitárias”

Um dos fatores que vem organizando a comunidade e interligando os moradores são os meios comunitários presentes na localidade. De forma diversa, três veículos de comunicação atuam no bairro com reconhecimentos distintos quanto ao fato de serem ou não comunitários pelos moradores. O diálogo promovido entre a estrutura de produção, a organização e o conteúdo das rádios com a localização de cada uma dentro do bairro de Mandacaru é uma das principais variáveis que irá nortear nossa análise.

Os três veículos funcionam através do sistema de transmissão a cabo presente nos postes de eletricidade do bairro, mas são popularmente denominadas de rádio poste. Todas elas são motivadas pela mesma razão em dar preferência ao sistema de alto-falante em detrimento do uso do espectro eletromagnético para a transmissão de conteúdos: a extrema burocracia para se conseguir outorgas de concessões de

radiodifusão comunitária, além da grande dificuldade de financiamento para manter o veículo em funcionamento.

A obtenção do pedido de outorga só deve ser concedida às associações comunitárias, sem fins lucrativos, da qual se exige uma série de documentos e a comprovação de inúmeros requisitos tornando o processo profundamente lento e fazendo crescer a quantidade de arquivamentos de pedidos de outorga. Além de que quase 50% das solicitações ainda sequer começaram a ser tramitados (LIMA, 2007). Existem processos que aguardam há doze anos para serem avaliados.

Assim, conseguir uma concessão de emissora comunitária exige um caminho árduo. Muitas rádios acabam funcionando na ilegalidade podendo sofrer dura sanção por parte da Agência Nacional de Telecomunicação - ANATEL, agência reguladora responsável não só pela administração do espectro eletromagnético, mas também em punir, muitas vezes violentamente, as rádios que funcionam sem a concessão. Adotando a postura de Polícia Federal, a Anatel vem agindo de forma repressora, apreendendo os equipamentos das rádios ilegais, fechando o estabelecimento e até mesmo prendendo os comunicadores comunitários.

Existem registros de modelos de comunicação por alto-falante já nos anos 50, porém seu apogeu ocorreu nos anos 80. Essa forma de “rádio” foi desenvolvida, sobretudo, por movimentos sociais, associações comunitárias, e até mesmo por igrejas, principalmente a católica. A principal finalidade era informativa e educativa, além de servir como uma alternativa às dificuldades legais para o uso do espectro eletromagnético pelas comunidades.

Assim, apesar das mudanças, especialmente no que se refere ao desenvolvimento das tecnologias da informação e da inserção das rádios de cunho comunitário nesses ambientes de rede - as chamadas ‘Rádios virtuais comunitárias’ (PERUZZO, 2010), em determinadas áreas, onde o acesso à internet é limitado, as rádios-poste continuam a funcionar, sendo muitas vezes o único meio viável para a produção da comunicação comunitária, além de contar com o fato de funcionar para maior aproximação com os indivíduos. E não só isso, este modelo parece se espalhar pelo país. Na Paraíba, por exemplo, a imensa maioria das rádios tidas como comunitárias é do tipo alto-falante. Apenas uma na grande João Pessoa, que abrange a capital João Pessoa e os municípios de Cabedelo, Santa Rita, Bayeux, Lucena, Conde e Jacumã, funciona sob concessão de rádio difusão comunitária.

Mandacaru está erguido sobre um desnível de relevo. Isso faz com que o bairro seja considerado com base nas características que definem esses níveis, ou seja, a parte mais baixa de Mandacaru é também a mais pobre, e à medida que se sobe de nível, mais alta é a condição de vida de moradores. E as três rádios se encontram cada uma exatamente em um nível: a Rádio E.C.Som, que tem como responsável o senhor Elias Cavalcante – vem daí as letras que compõem o nome do veículo – se situa na parte mais alta, próximo a área comercial e também ao bairro dos Estados. Um pouco mais abaixo, ao “centro” do bairro está a Rádio Comunitária Alternativa 100% Mandacaru, gerenciada pelo guarda civil Paulo Sérgio, apesar de ser diretamente vinculada a associação de moradores do bairro. Já próximo à comunidade beira da linha, na parte baixa do bairro, funciona a rádio evangélica do senhor Lucas fiel da igreja evangélica da localidade.

4.1.1 Rádio E.C. Som Mandacaru

A rádio E.C.Som existe há 13 anos no bairro e funciona na casa do senhor Elias Cavalcante. Ao todo são 60 caixinhas de som espalhadas pelas ruas com grande circulação de pedestres e veículos no bairro, instaladas em pontos de maior movimentação como estabelecimentos comerciais e paradas de ônibus. A maior concentração de caixinhas fica nas proximidades da feira do bairro dos Estados delimitado também pelas ruas de Mandacaru.

O senhor Elias é o dono da rádio. Além de esta funcionar em sua própria residência, todos os custos com a aparelhagem necessária é de sua responsabilidade. Devido a isso, a programação da rádio foi idealizada pelo próprio Elias, e há 13 anos o formato da programação permanece o mesmo.

De segunda a sexta-feira, a partir das 09h00 da manhã começa a ser veiculados os programas da rádio com músicas variadas, seguidas pelas propagandas do comércio local e pela veiculação da programação da rádio comercial Correio FM, começando pelo programa do Padre Reginaldo Manzotti e logo após com noticiário diário. Esse conteúdo é veiculado até o meio-dia quando ocorre uma pausa até as 16h00. A partir desse horário entra no ar ‘Roberto Carlos Especial’, só com músicas do artista. Entremendo esse programa é divulgada mais propaganda local e algumas dicas “de bem estar” para a população. Logo em seguida, às 17h00 dar início ao programa ‘E o

tempo levou' só com músicas antigas. Esse conteúdo vai ao ar até às 18h00 quando encerra a programação com o louvor da 'Ave Maria'. Aos sábados são veiculadas apenas músicas variadas.

O espaço destinado ao Correio FM existe devido a um acordo para que, em troca, a rádio E.C.Som pudesse usar aquele meio como um canal para chegar mais próximo das autoridades e cobrar melhorias para os problemas do bairro de Mandacaru. Entretanto, nem todas as notícias da rádio comercial são divulgadas pelo senhor Elias. Normalmente matérias sobre violência, sobretudo ocorrida no próprio bairro de Mandacaru são "censuradas" na E.C.Som. Elias justifica que além da prioridade ser para a sua própria programação, não seria perfil do veículo divulgar assuntos que tratam sobre violência, e também por medo de que tanto ele quanto sua família sofram represália por parte dos criminosos, visto que ele é bastante conhecido entre os moradores e contando também com o fato de que a rádio funciona na sua própria residência.

Toda programação da rádio revela os gostos pessoais do senhor Elias Cavalcante. Muito religioso, ele não dispensa a música católica nem a veiculação diária do programa católico com apresentação de um Padre. Até mesmo as dicas de 'bem estar' fazem referência, especialmente, a temática cristã, com destaque para o fortalecimento da prática solidária, do respeito aos idosos, as crianças e a família.

A programação musical traz também músicas mais antigas, composta principalmente de composições brasileiras da chamada velha guarda. Todas ainda são reproduzidas por discos de vinis em uma vitrola conectada ao um sistema de amplificação. O carro-chefe da rádio é o programa 'Roberto Carlos Especial', artista preferido do dono da rádio. As músicas consideradas mais atuais e populares não entram na programação, apesar de serem bastante ouvidas pelos moradores do bairro, sobretudo, os mais jovens. No entanto, o senhor Elias Cavalcante as considerada "de mau gosto". Neste caso, sua programação serviria como um "incentivo à boa música".

O conteúdo comercial possui duas funções dentro da programação. A primeira é que por meio dela o senhor Elias arrecada dos comerciantes os recursos que ajudam a manter a rádio em funcionamento, além de servir como renda extra à sua aposentadoria. A segunda função é de selar uma aproximação com as pessoas do bairro. Junto com o anúncio que é feito com certo tom de informalidade, Elias sempre manda um "alô" para

os donos e clientes dos estabelecimentos comerciais, que em grande parte são conhecidos seus.

Apesar da programação nunca ter sido alterada desde a criação da rádio, já foram realizadas algumas entrevistas em estúdio, normalmente com representantes de órgãos públicos, com o objetivo de esclarecer sobre alguma obra em andamento, ou para responder as reivindicações dos moradores. Aquelas ocorreram no período em que o senhor Elias trabalhava com uma equipe, geralmente composta por estudantes de jornalismo ou radialismo buscando experiência profissional. Alguns moradores também passaram pela rádio para aprender sobre o ofício do rádio e alguns deles continuaram na profissão atuando em emissoras comerciais e até mesmo nos veículos de bairro, como é o caso do guarda civil Paulo Sérgio, que hoje se tornou responsável pela Rádio Comunitária Alternativa 100% Mandacaru, analisada mais a frente neste trabalho.

Há 70 anos morando no bairro de Mandacaru, Elias Cavalcante é uma das figuras mais conhecidas da localidade. Animador aposentado de festas e eventos, o senhor Elias sempre gostou dos microfones e de falar para públicos, e desde os oito anos de idade já idealizava criar o próprio sistema de rádio para “trabalhar em prol da comunidade”, como ele costuma lembrar. Assim, para o senhor Elias da mesma forma que a E.C.Som representa uma realização pessoal, também constitui, ao mesmo tempo, um projeto de caráter coletivo visto que seu trabalho à frente da rádio é pensado para unir os moradores e fazer do bairro um lugar melhor para viver.

Elias Cavalcante considera o trabalho com a rádio como uma missão, ou seja, como uma obrigação cristã de trabalhar para o bem da comunidade. A atuação na rádio funciona mais como uma extensão do diálogo frequente que ele mantém com os moradores que vivem nas proximidades da emissora. Essa relação cara a cara é o que constrói o reconhecimento por parte dos moradores do caráter comunitário da rádio, ou seja, para a maioria dos entrevistados, a rádio é comunitária não pelo conteúdo que ela veicula, ou pelo seu formato e organização, mas sim pela associação com a figura do senhor Elias e pela relação de amizade e solidariedade que este estabelece com os moradores da proximidade.

A maioria dos moradores recebe bem a programação da rádio pela referência direta que fazem com Elias Cavalcante, isto é, por avaliarem positivamente a sua ação dentro do bairro cria-se a ideia de que o seu trabalho à frente da rádio também tem como objetivo a promoção de bem-estar social. Mesmo os que não se reconhecem na

programação, principalmente quanto aos programas musicais, consideram a rádio como sendo comunitária por entenderem que comunitário é um trabalho para o coletivo que tem como direcionamento o desejo da maioria, bem como a construção da boa convivência nos relacionamentos.

O elemento *tempo* entra nesta análise como um dos fatores que fortalecem essa percepção que os indivíduos têm do trabalho que Elias Cavalcante desenvolve na rádio. É também uma das questões mais relevantes, dentro da realidade pesquisada, ao considerar que a relação comunitária construída nesta parte do bairro de Mandacaru se dá em grande medida pelo fato de que maioria das pessoas convive no mesmo ambiente há muitos anos.

O tempo funciona neste caso como fator de coesão entre os indivíduos. É ele que estabelece a condição de confiança no outro e constrói, especialmente, laços afetivos entre as pessoas do local e com o próprio local. A mesma relação pode ser aferida entre os moradores com o veículo de comunicação. A própria ideia do potencial que a rádio tem é associada a sua consolidação dentro da realidade do bairro e por ela já faz parte da paisagem sonora do local.

“Eu acredito que a rádio reflete o bairro porque todos gostam do seu Elias, pela amizade que (a gente) tem com ele, e ele com a gente, porque também ele é muito antigo por aqui, todo mundo conhece, confia e respeita, né? [sic]”²⁵.

O aposentado Bezerra da Silva, de 70 anos, diz que Mandacaru já não se reconhece mais sem o que ele chama por ‘som das ruas’. Bezerra acredita ainda que a rádio é “aceita” e “bem vista” pela população pela boa relação estabelecida com o senhor Elias e pela forma como este trava amizade com as pessoas, e conduz a rádio:

“Ele (Elias) expõe aqui o que o povo precisa ouvir, ou seja, ela orienta as pessoas a ter respeito pelo outro, principalmente aos idosos e a família. É um trabalho de grande importância e funciona porque as pessoas respeitam e gostam muito dele [sic]”.

O fator tempo ainda parece ter um alto valor para a construção da sociabilidade, sobretudo em se tratando de uma época de grande fluidez das relações, em que tudo se move e se modifica cada vez mais rápido. Hoje o tempo é o objeto de maior cobiça por

²⁵ Fala da vendedora Izenir, de 42 anos.

parte dos indivíduos inseridos em um tempo que deixou de ser seu, para pertencer à ordem do capital.

Portanto, é ele também o responsável pelo estabelecimento do comum na comunidade. É o que podemos chamar de *tempo-em-comum*. A força desse tempo ergue e sustenta as relações formando um ambiente profundamente sensível às necessidades do outro. E como veículo de comunicação mais antigo do bairro, a E.C. Som vem contribuindo para a vinculação entre os indivíduos, e a identificação pelas causas comuns. Quanto a este último o interesse acontece muito mais por uma relação de afetividade do que por um projeto de cunho mais político para a comunidade. Isso significa dizer que as iniciativas de mudanças por uma causa comum, ocorreram a partir de ações que envolveram o sentimento de solidariedade e afetação pela situação do outro.

Isso põe no centro da discussão a questão sensível na formação de um comum e ao mesmo tempo como uma das condições fundamentais para a mobilização. É esse o fator que motiva, inclusive, até mesmo quem não mora, mas apenas trabalha no bairro, a se mobilizar por questões que envolvem a melhoria na condição de vida dos moradores, mesmo quando o problema não interfere nos seus negócios. Isso é muito comum, sobretudo, nessa área mais alta do bairro, pois é a região comercial e onde funciona uma das maiores feiras da cidade, a feira do ‘Bairro dos Estados’.

Essa percepção pode ser destacada na fala da Dona Lucimar Maria da Silva, de 42 anos. Ela não mora no bairro, mas trabalha na localidade há muitos anos, como feirante.

“Eu considero o bairro muito violento, mas essa violência não existe somente aqui, mas em outros bairros de João Pessoa. Por aqui as pessoas são muito boas, e sempre que precisam se ajudam. Isso sim [sic]”.

A maioria dos comerciantes dessa localidade mais alta não é residente, mas trabalha no bairro há muitos anos e são, ainda, os que mais têm acesso a escuta da rádio tendo em vista que as caixinhas de som são preferencialmente instaladas nas proximidades dos seus estabelecimentos. Muitas vezes são eles que transferem as informações divulgadas na rádio aos próprios clientes residentes no bairro, mas que não moram próximos as caixinhas.

Porém, por outro lado, o fato de a rádio não conduzir sua atuação pela via da participação da comunidade na idealização dos conteúdos e gerência do meio limita essa potência para ação, pois não mune os indivíduos de uma ferramenta tão importante

quanto o veículo de comunicação para atuar de forma mais efetiva no bairro, não apenas pela melhoria em questões pontuais ou de cunho infra-estrutural, mas para construir um projeto político de transformação social e que conduza os indivíduos a fazer frente ao esfacelamento social.

A concentração de algumas decisões e ações que dizem respeito às questões de interesse do bairro nas mãos do dono da rádio, centraliza um processo que deveria ser democrático e afasta os indivíduos do controle das discussões que envolvem diretamente a melhoria da sua própria condição de vida. Além disso, a participação não apenas é condição fundamental para a luta e para o fortalecimento e ampliação da ação política, como também estimula os indivíduos a terem uma maior percepção de coletividade e de suas necessidades.

É da ação conjunta que se brota a vinculação entre os indivíduos. Apesar de haver identificação com o trabalho de Elias Cavalcante, transferir o poder que a participação dos indivíduos tem nas decisões coletivas sobre questões que dizem respeito a suas vidas para uma única pessoa, além de reduzir as probabilidades de mudança, dificilmente irá por os indivíduos em uma relação capaz de envolvê-los em uma causa que seja comum a eles. E sem envolvimento e afetação nas questões públicas, normalmente não haverá motivação para a transformação.

Apesar de haver mobilização quando os indivíduos são convocados pela rádio sobre algum problema do bairro, esta costuma ocorrer de forma ocasional e pontual. E isso se dá justamente porque não há participação efetiva dos indivíduos no processo de comunicação que normalmente conduz as reivindicações dos moradores, evitando que haja a continuidade da luta por mudanças mais profundas e que se fortaleçam ainda mais os laços.

Uma das condições fundamentais que distingue o veículo de comunicação como sendo comunitário é a participação. E mesmo que haja um gerenciador à frente das atividades, não se pode perder de vista e ter como horizonte a conquista do maior número possível de pessoas participando de todo o processo de produção e recepção da rádio.

A participação na produção e difusão de conteúdos nos meios comunitários contribui para a ampliação da cidadania, desenvolvimento crítico dos indivíduos e maior consciência de mundo, visto que o processo de fazer comunicação corresponde, sobretudo, a um exercício de educação, afinal, “educar-se é envolver-se em um processo

de múltiplos fluxos comunicativos”²⁶. Para Peruzzo (2007) estar envolvido nos processos de comunicação, desenvolve o conhecimento além de ser capaz de alterar a forma como os indivíduos se relacionam com as estruturas sociais e de poder, com os outros indivíduos e até mesmo com os próprios meios de comunicação de massa.

Com a possibilidade participativa os membros do grupo social podem ter a oportunidade de se capacitarem também quanto ao uso e apropriação de equipamentos de difusão comunitária e das novas tecnologias. Isso mune os indivíduos de ferramentas que os possibilita criarem suas próprias formas de comunicação. Participar foi o que permitiu a maioria das pessoas que passaram pela rádio a não apenas conquistarem uma profissão, mas, especialmente, a construírem outros veículos comunitários, difundindo novas formas de fazer comunicação.

Por tudo isso que essa questão representa um dos pontos mais problemáticos da E.C.Som. O fato de a rádio ter sido idealizada e seguir sendo gerida por um dono faz com que se sobressaia seu caráter mais personalístico, em detrimento do coletivo. Apesar de o senhor Elias ter como uma das motivações da rádio o trabalho comunitário, a veiculação de conteúdos que revelam apenas preferências pessoais descortina o aspecto de um veículo mais entusiástico do que voltado para o interesse público.

Essa característica do veículo traz em si um ponto ainda mais cego: o afastamento dos indivíduos de participarem também como agentes ativos no processo produtivo e de divulgação do meio, principalmente porque há uma relação de amizade e respeito com Elias Cavalcante, por seu histórico de atuação no bairro, e também por ele já ser um senhor de 72 anos. As pessoas acreditam que a tentativa de interferir no veículo ou até mesmo de levantar críticas aquele, seria desrespeitosa com a figura de Elias. Isso revela que ao mesmo tempo em que essa relação com o dono da rádio representa um dos condicionantes para o reconhecimento dos indivíduos acerca do caráter comunitário do veículo, e mesmo havendo ainda mecanismos de participação mais indireta, o forte caráter personalístico se coloca como uma barreira para uma maior aproximação dos indivíduos no trabalho da rádio.

A falta de participação na E.C Som nos remete a outro quesito que constitui uma das premissas da comunicação comunitária e que, para a autora Cecília Peruzzo, só é capaz de se desenvolver em um sistema comunitário mais avançado em termos

²⁶ KAPLÚN, M. Processos educativos e canais de comunicação. São Paulo: 1998, p. 74.

participativos e democráticos, que é a propriedade coletiva do meio. Essa condição representa um dos mais importantes elementos que devem nortear e servir como horizonte para os meios comunitários, mas que, no entanto, é pouco exercido no Brasil.

A gestão partilhada é um dos principais condicionantes na criação de um ambiente coletivo e propenso a construção de vinculação, sobretudo, voltada para as questões de interesse público. Entretanto, no caso desta rádio de Mandacaru, essa realidade parece bem distante. O fato de a rádio ter propriedade individual indica também que ela é provisória, pois caso o gestor decida não levar mais adiante o projeto de comunicação ela passará a não mais existir. E essa é a concepção do senhor Elias. Ele lamenta a falta de interesse dos familiares em levar adiante seu projeto o que o leva a considerar que a rádio tem tempo de vida limitada. Esse caráter revela, portanto, que a E.C. Som não se insere dentro de um projeto que objetiva a mudança da realidade social.

“Meus filhos têm suas vidas, e não têm interesse no rádio. Isso também é uma questão de vocação, né? Por isso também não exponho muito essas questões de violência, porque caso eu morra, que Deus me proteja, tudo isso aqui acaba também [sic]”²⁷.

Uma caracterização importante também para o veículo comunitário é o aspecto informativo e, sobretudo, seu uso didático. Com as mudanças sofridas por esta forma de comunicar especialmente depois da abertura democrática no país, as pautas passaram a tratar de temas mais ligados às questões que envolviam diretamente o cotidiano de vida dos indivíduos da localidade, enquanto seu caráter mais contestatório, herança do período de repressão da ditadura militar nos anos 60 e 70 iam perdendo força.

Os assuntos passaram a girar mais em torno de questões ligadas a educação, cultura, entretenimento e até mesmo a prestação de serviço, ou seja, temas mais específicos das realidades locais. Informações sobre os direitos e deveres para o exercício da cidadania, sobre saúde, agendas culturais, com ênfase nas manifestações mais tradicionais do bairro, temas que se referem ao público mais jovem, como o uso de drogas, se tornaram alguns dos principais conteúdos que compõem o quadro informativo da maioria das rádios de cunho comunitário.

Peruzzo (2007) não descarta, contudo, a possibilidade de que o veículo possa dar vazão a temáticas mais abrangentes e críticas, desde que estejam correlacionados com a

²⁷ Lamenta seu Elias Cavalcante.

vida dos indivíduos da localidade. Assim, os moradores podem adquirir maior compreensão das “relações sociais, dos mecanismos da estrutura de poder (compreender melhor sobre as coisas da política), dos assuntos públicos do país, esclarecer sobre os direitos da pessoa humana e discutir os problemas locais” (p.22), por meio de uma programação que priorize a conscientização e o processo educativo dos indivíduos.

Em se tratando de comunicação comunitária as recomendações e regras de atuação parecem ser sempre muitas, o que faz dessa forma de comunicar, em muitos casos, não corresponder com uma realidade que se modifica e se reorganiza cada vez mais rápido. O Centro Internacional de Estudos Superiores de Comunicação para a América Latina (Ciespal), por exemplo, estabelece critérios para que a prática da comunicação comunitária não se desvirtua e preze pelo seu compromisso com a coletividade e seu desenvolvimento.

Uma das diretrizes básicas da Ciespal é justamente quanto ao tratamento da notícia. Esta só é reconhecida como tal quando interessa diretamente a comunidade envolvida, destinando pouco espaço, por exemplo, para notícias nacionais e internacionais. Sem contar que no meio comunitário não se deve veicular muitas notícias, como se costuma fazer na grande mídia, com o intuito de não produzir o efeito do excesso com pouca retenção (PAIVA, 2003).

Essa concepção insere a comunicação comunitária dentro de uma perspectiva que não se propõe atuar para além das fronteiras locais como um projeto de mudança social mais amplo e profundo. Além disso, ela parece não acompanhar a atual realidade social de grandes mudanças tecnológicas que vem possibilitando a interconexão e formação de redes entre veículos comunitários na web, ou seja, entre rádios que divulgam seus conteúdos pela rede mundial de computadores, além de produzirem programação exclusiva para esses ambientes.

A presença da comunicação comunitária no ciberespaço lança uma nova perspectiva de atuação política, pois permite o diálogo, a troca de conhecimento e formação de alianças entre localidades distintas, favorecendo formas mais amplas de organização política. Isso potencializa o movimento da comunicação comunitária no sentido da universalização das lutas capaz de construir um cenário de uma mudança social mais radical.

Entretanto, conceitualmente, esta forma de comunicar ainda trabalha com o caráter restrito da sua atuação. Em Peruzzo (2007) os meios comunitários “se baseiam

em demandas muito específicas, de acordo com a realidade de cada lugar ou movimento social a que esteja ligado”, além de não se propor “a falar para grandes audiências, o que mostra o papel complementar desempenhado pelas mídias comerciais e educativas” (p.4).

A comunicação comunitária não se pretende restrita. Ela vem sendo enquadrada dentro dessa perspectiva devido ainda a um forte entrelaçamento com as noções de comunidade no seu sentido de fechamento. Isso significa que apesar de haver uma série de atualizações dos conceitos de comunidade dentro das concepções da comunicação comunitária, sobretudo no quesito territorialidade geográfica, ela é ainda tomada sob uma dimensão essencialista, sob o aspecto de que contém algo que a defina. Que a qualifique.

No ciberespaço, considerando seu caráter difuso e planetário, fica difícil imaginar uma comunicação, seja ela comunitária ou não, com pequenas audiências. Além disso, deve ser considerado que com a possibilidade de interligação entre locais e grupos de interesses distintos, aumentaria o número de demandas próprias de contextos comunitários.

A possibilidade da troca nesta forma de articulação via internet representa um dos aspectos mais relevantes dentro dessa nova modalidade da comunicação comunitária. Esta proporciona não só articulação política entre os indivíduos, mas promove ainda novas maneiras de relação com o outro, com possibilidade de negociação entre subjetividades e estabelecimento de um processo de vinculação social.

Pensar o meio comunitário também como um ambiente de articulação política com outras realidades ou grupos que também almejam uma nova condição de vida, além de possibilitar novas formas de organização social, pode representar uma maneira de escapar de uma identidade que oprime, e abrir o escopo social para a experiência de novas formas de existência.

Assim, se apresenta restritiva a concepção de uma comunicação comunitária que se dirija a pequenos públicos e atue com demandas muito específicas. Embora o senhor Elias tenha como um dos principais objetivos a ampliação do sistema de alto-falante, ele não pretende com isso ultrapassar algumas fronteiras. Além de contar com poucos recursos para a compra de mais equipamentos, existem ainda barreiras erguidas especialmente devido a políticas de identidades. Por outros termos, parece muito forte na realidade em questão a concepção de que não faz parte das “preocupações” das

rádios comunitárias o contexto de vida as outras realidades, mesmo que essa seja próxima.

Para tanto, não há disposição em ampliar a rádio para as áreas “baixas” do bairro de Mandacaru, assim como também para o vizinho mais próximo, bairro dos Estados. E apesar dos motivos serem opostos, o princípio segue pelo mesmo caminho: o peso da identidade que recai sobre as duas realidades. Como afirma Terry Eagleton (2011) se referindo a Julien Benda (1927):

“cada povo concentra-se agora em si mesmo, posicionando-se contra os outros em sua linguagem, suas artes, sua literatura, suas filosofias, sua civilização, sua ‘cultura’”. Isso bem poderia ser uma descrição, digamos da política de identidade contemporânea, embora date, na verdade, de 1927 (p. 60).

Mesmo com grande proximidade entre as três rádios de Mandacaru, as divisões de território são bem definidas e uma não “interfere” na área de atuação da outra, assim como também não existe qualquer diálogo entre elas capaz de haver uma articulação política que envolvesse a melhoria do bairro como um todo.

“A gente não bota lá porque tem outras rádios atuando mais lá pra baixo e nenhuma interfere na outra não. Cada uma faz seu trabalho. E também porque não temos condições de ampliar muito não, pois tem a manutenção das caixas, essas coisas, então a gente coloca mais pra perto mesmo [sic]”²⁸.

Isso contribui ainda mais para acentuar a divisão interna que existe dentro de Mandacaru dificultando, por sua vez, o reconhecimento do lugar social e histórico desprivilegiado em que o bairro se encontra dentro do contexto de João Pessoa, e que seus moradores passem a lutar por outra realidade, mais democrática e justa.

No que se refere ao conteúdo propriamente dito da E.C.Som, é possível afirmar que a contribuição comunitária é muito tímida, pois falta trabalho coletivo e construção de um conteúdo programático que trabalhe com assuntos de interesse também coletivo. O foco principal da programação da rádio é o entretenimento e a prestação de serviços, como por exemplo, a divulgação de alguma atividade da prefeitura que envolve o bairro, além de funcionar como uma espécie de cabine de “achados e perdidos”.

A rádio não cumpre também a função mais básica e primeira da comunicação comunitária que é informar os indivíduos sobre temas que interessam à comunidade. A função da informação ficou reduzida às notícias que são divulgadas a partir da

²⁸ Explica o senhor Elias Cavalcante.

transmissão dos programas de uma rádio comercial da cidade ocupando um espaço que deveria servir como uma alternativa contra-hegemônica ao modelo comercial-político das rádios comerciais locais.

As informações produzidas pela própria rádio são, em sua extensa maioria, de cunho mais religioso e moral. E apesar de esta servir como um elo de aproximação com os moradores – a maioria dos entrevistados se dizia religioso e considerava importante a divulgação dessas notícias em um bairro violento como Mandacaru – não serve a perspectiva de um projeto de alteração da realidade circundante, nem trabalha com a ideia de uma vinculação plural com os indivíduos, isto é, que respeite a diversidade da localidade, sobretudo, as crenças religiosas.

4.1.2 Rádio Alternativa 100% Mandacaru

Esse traço religioso é comum em todas as rádios da localidade. A rádio Alternativa 100% Mandacaru, que fica localizada mais ao centro do bairro em um nível considerado intermediário, também transmite esse tipo de conteúdo, porém, apenas inserido na programação musical. As músicas costumam variar entre o gospel, ou seja, evangélicas, e católicas, e são estas que normalmente abrem a programação.

Muito embora a justificativa para a transmissão desse tipo de conteúdo seja o gosto popular, o mesmo argumento parece não servir quando se trata dos demais conteúdos musicais que é idealizado com base na proposta de “levar música boa para a população”. Esse espaço também é utilizado para divulgar o trabalho de vários artistas do bairro que muitas vezes lançam seus discos na rádio.

A divulgação de conteúdos religiosos em veículos comunitários nos remete a duas questões fundamentais dentro da temática comunitária. A primeira no que se refere ao que está estabelecido na Legislação de Radiodifusão Comunitária sobre a proibição de qualquer forma de proselitismo, incluindo o religioso nesses meios de comunicação. Mesmo considerando que essa comunicação cidadã não se restringe a casos que são legitimados pela Lei, até mesmo porque por esta mesma legislação as rádios poste nem mesmo são entendidas como comunitárias, é importante que se tenha esse aspecto como meta dentro da proposta de comunicação comunitária, com o objetivo de que seja respeitada a diversidade cultural e de crença religiosa, além de evitar que políticos façam uso indevido de um veículo que é da população por direito.

A segunda questão diz respeito ao fato de que para o veículo ser considerado comunitário não basta “em última instância falar das coisas do lugar e gozar de aceitação pública” (PERUZZO, 2007, p. 5). Isso significa dizer que os conteúdos programáticos devem ter como objetivo a construção da consciência crítica dos indivíduos sobre sua própria condição de existência e não servir apenas para entreter e informar sob os mesmos padrões hegemônicos, o que poderia contribuir para a permanência do *status quo* e não para a criação de uma nova realidade, como é a proposta a comunicação comunitária em última instância.

Há oito anos que a rádio surgiu com o objetivo de aproximar mais os indivíduos de Mandacaru em torno de causas comuns. E foi por meio da música que a Associação de Moradores do bairro criou a rádio como possibilidade de construção desse elo, sendo a programação musical o carro-chefe da emissora. Entretanto, a ideia é divulgar músicas da chamada MPB e, principalmente, músicas da Paraíba, além daquelas produzidas por artistas do próprio bairro.

Apesar de a Associação ser aberta ao conjunto dos moradores, existe um corpo de diretores que se confunde com os organizadores da rádio. Além disso, embora não haja o uso direto da rádio por partidos e figuras da política paraibana, é importante destacar que o presidente da Associação, Nildo Andrade, é filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT) e que outros petistas já tiveram ligações com a mesma, a respeito do próprio deputado federal Luis Couto, um dos mais votados do Estado. Por algumas vezes, a Associação serviu como uma espécie de Comitê político do Partido dos Trabalhadores para decisões internas do partido, a respeito da escolha da presidência e direção deste.

A última dessas reuniões ocorreu no final de 2013, já como encaminhamento para a campanha eleitoral de 2014. A reunião contou com a presença de lideranças e demais membros do Partido, além de alguns moradores simpatizantes da “doutrina” petista. O estudo realizado pela pesquisadora Márcia Vidal Nunes (2004) sobre a relação das rádios comunitárias com a política local no Estado do Ceará, no período correspondente aos anos 90 e 2000, revelou que essa é uma prática comum entre a grande maioria dos veículos comunitários no Brasil, apesar de ser uma atividade que contraria a Legislação pertinente. Uma das conclusões dessa pesquisa, é que um dos fatores que permite que isso seja feito é que, em sua maioria, as rádios comunitárias brasileiras pertencem a políticos e grupos partidários.

Dentro desse contexto as estratégias parecem ser muitas. Alguns políticos montam rádios para serem utilizadas na época de campanha e, em seguida, revendem para comerciantes locais, passando assim a se apresentar a comunidade como sendo comunitária. Outros entregam o veículo à gerência da própria comunidade, apesar de contar com os “comandos” do chefe político (NUNES, 2004, p. 68).

Essas ligações, portanto, apesar de indiretas, custaram à rádio Alternativa 100% Mandacaru boas relações com o governo municipal o que rendeu, por sua vez, apoio financeiro que contribuía especialmente para pagar o valor do aluguel do estabelecimento onde funciona a emissora. Atualmente, mesmo sendo o prefeito da capital um membro do PT, Luciano Cartaxo, o apoio foi dispensado possivelmente devido às disputas internas existentes dentro do Partido dos Trabalhadores no Estado.

A Associação tem a rádio como um instrumento “de contato” com os moradores. As reclamações sobre alguns problemas vivenciados pelo bairro chegam até aquela através do veículo, para então, em nome da entidade de moradores, serem cobrados junto aos órgãos públicos a sua resolução. A relação inversa também ocorre, isto é, o governo municipal utiliza a Associação de Moradores na colaboração de alguns projetos e campanhas realizados no bairro como, por exemplo, a distribuição de cestas básicas de alimentos aos moradores.

Contando com 30 caixas de alto-falantes espalhadas por oito ruas do bairro, a rádio Alternativa 100% Mandacaru divulga uma programação que começa a ser transmitida a partir das 08h30 da manhã. Neste horário, é apresentado o programa “Momentos de Reflexão” com a transmissão de músicas religiosas, como já dito anteriormente. Em seguida é a vez da veiculação do noticiário com a locução do próprio Paulo Sérgio que seleciona as notícias que ele considera de maior interesse da população do bairro. A maior parte das matérias é comentada criticamente por Paulo, que costuma ainda fazer comparações com a realidade do bairro.

Da mesma forma como ocorre na rádio E.C. Som, as únicas notícias que não são transmitidas pela rádio são os assuntos policiais. Paulo Sérgio teme, sobretudo, que ele e sua família, que são bastante conhecidos em Mandacaru possam sofrer algum tipo de violência por parte dos envolvidos nos crimes. Temas políticos entram na programação, porém, de forma restrita. Isso ocorre para que a rádio não corra o risco de ser associada a algum político ou grupo partidário.

Entremeando o “Giro de Notícias”, Paulo Sérgio “conversa” com os moradores mandando um alô ou um abraço, em especial aos comerciantes que contribuem mensalmente com uma quantia para o funcionamento da rádio; transmitindo recados; fazendo lembretes sobre algum evento cultural no bairro ou convocando os moradores a participarem de campanhas pela promoção da saúde, por exemplo, dentre outros assuntos que envolvem diretamente o cotidiano dos indivíduos, além de aproximá-los mais da rádio.

Após a divulgação de notícias entra no ar a programação musical até as 12h30. Entre uma música e outra são veiculadas as propagandas dos estabelecimentos comerciais. As 14h30 têm a pausa na programação. Paulo Sérgio interrompe a transmissão para que o som dos alto-falantes não atrapalhe o horário de descanso de muitas pessoas que retornam para suas casas do trabalho no horário de almoço. Afinal, o sistema de rádio poste possui um diferencial frente às demais rádios: não é dada a opção de escolha aos indivíduos de ouvir ou não a emissora, pois não se pode trocar de canal ou desligar a transmissão como em uma rádio transmitida da forma convencional.

Com o retorno da programação às 14h30 até as 18h30 são transmitidas músicas variadas, vinhetas sobre a rádio produzidas pela equipe que colabora com o funcionamento da emissora, normalmente os próprios membros da Associação de Moradores ou amigos de Paulo Sérgio, propagandas do comércio local e o quadro “Você sabia?”. Neste são divulgados dicas sobre saúde, serviços domésticos, além de serem esclarecidas dúvidas sobre direitos dos indivíduos. Tem ainda a divulgação de humor e curiosidades. Para finalizar a programação das 17h00 às 18h30 é priorizada a veiculação de músicas consideradas mais “românticas”. A ideia é fazer com as pessoas que retornam para suas casas ao final do expediente de trabalho, façam do seu trajeto um “momento prazeroso e para que possam relaxar”, como explica Paulo Sérgio. Aos sábados são divulgadas apenas músicas variadas.

A rádio abre espaço também para que as pessoas possam participar, porém, de forma mais indireta, isto é, por meio de ligações os moradores solicitam uma música, fazem comentários sobre alguma notícia veiculada, divulgam alguma informação, fazem agradecimentos, ou até mesmo entram ao vivo, através da opção de “viva-voz” do celular, para informar sobre algum fato ou evento que está acontecendo no bairro naquele instante.

Com uma frequência não definida, são transmitidas ainda entrevistas sobre temas variados. Os convidados normalmente são os próprios artistas do bairro que comparecem à rádio para lançar músicas ou divulgar algum evento cultural. Passam pela emissora, também, agentes de saúde para esclarecer sobre como evitar doenças e acidentes domésticos, e divulgar campanhas realizadas no bairro e proximidades. Alguns cientistas políticos, geralmente personagens do próprio bairro, também já foram entrevistados nos estúdios da rádio.

Apesar de possuir uma programação definida, os conteúdos são bastante flexíveis principalmente às necessidades dos moradores, ou seja, a prioridade é a participação dos indivíduos mesmo que isso altere o conteúdo programático. O formato da programação também vem se modificando ao longo desses oito anos de existência da rádio, acompanhando as bruscas mudanças na realidade social.

Mesmo não sendo realidade a participação ativa das pessoas em todas as etapas de produção da rádio Alternativa 100% Mandacaru, a proximidade que vem sendo construída entre o veículo de comunicação com os moradores e os espaços para a participação aberta, vem cumprindo um papel importante e decisivo no reconhecimento dos indivíduos do seu lugar histórico-social e promovendo um chamamento para a mobilização em torno de causas comuns.

Quando o assunto são as manifestações culturais do bairro as mobilizações se intensificam. Muitos são os grupos e personagens ligados à cultura do bairro, sobretudo as atividades com música e teatro. O próprio Paulo Sérgio participa do maior grupo teatral de Mandacaru, o “Arte Povo”, e utiliza a rádio como a principal intermediação com o serviço público no sentido de cobrar apoio e financiamento para esses grupos.

Assim, é importante que se destaque que embora a participação não seja ampla dentro dos processos comunicativos, nem considerada ideal para as noções conceituais da comunicação comunitária, as formas de interação construídas pela rádio vem conseguindo promover uma das funções mais primordiais dos veículos comunitários: a vinculação dos indivíduos em torno de causas que estão diretamente ligados à sua condição de vida, e a conseqüente organização política em torno daquelas.

Além disso, os moradores reconhecem a rádio como sendo de caráter comunitário, justamente pelas lutas que engendra e por sua capacidade de organizar os moradores para o embate político. Muito mais do que o conteúdo veiculado é a forma pela qual

vem sendo construída a relação com os indivíduos que estabelece um ambiente de organicidade entre aqueles, o que aponta, por sua vez, para um agir comum.

E aqui nós não pretendemos reduzir a importância dos conteúdos para a organização dos indivíduos por um projeto comum, ao contrário, aqueles representam um dos passos fundamentais para a conquista de um veículo que seja tomado como comunitário. E no caso da rádio Alternativa 100% Mandacaru, apesar de o espaço ainda ser pouco aproveitado para a construção de mais conteúdos próprios e programas melhor elaborados, o que vem sendo veiculado já marca um deslocamento de discurso especialmente no que se refere às informações que são frequentemente divulgadas nos meios de comunicação de massa sobre a realidade em questão. Isso significa dizer que o espaço para que os indivíduos possam falar sobre sua própria realidade de vida, a escolha das notícias e o tratamento crítico dado a elas e a inversão dos valores que vem sendo constantemente construídos pelos meios hegemônicos sobre o bairro de Mandacaru, vem produzindo, entre os moradores, um novo olhar sobre si mesmo e o mundo ao redor.

Entretanto, cabe nesta altura da análise problematizar a centralidade que a questão da *forma* tem nos processos comunicativos e na construção de um processo vinculativo que promovem entre os indivíduos. Para além dos conteúdos veiculados, a maneira como o meio de comunicação se dirige aos moradores, isto é, o aspecto estético que envolve a organização da programação; a linguagem; o uso de determinados termos, tudo isso pode ser tomado por estratégias comunicativas de cunho estético ligado muito mais a forma, do que ao conteúdo desta forma.

A empatia com o público e a inserção deste num projeto político, ocorre quando o discurso vem amarrado a uma forma estética. Na verdade o próprio discurso já possui intrinsecamente um valor estético. Porém, nos referimos a estratégias comunicativas que afetam diretamente a dimensão sensível do humano. E são os sentimentos e as afetações dos indivíduos que os motiva para a luta política. Adolf Hitler valia-se de performances frenéticas durante seus discursos inflamados para atingir o plano emocional das plateias e mobilizá-las em direção a sua ordem de política.²⁹

Política é o abrigo das representações. E por isso também é o lugar por excelência das práticas de cunho estético. No entanto,

²⁹ SODRÉ, Muniz. As estratégias sensíveis: afeto, mídia e política. Rio de Janeiro: 2006, p. 73.

essa estética não deve ser entendida no sentido de captura perversa por uma vontade de arte, pelo pensamento do povo como obra de arte. Insistindo na analogia, pode-se entendê-la num sentido Kantiano – eventualmente revisitado por Foucault – como o sistema das formas a *priori* determinando o que se dá por sentir (RANCIÈRE, 2009, p. 16).

Com efeito, é na busca por uma afetação no plano do sensível que a rádio trabalha com estratégias de enunciação que se dirigem não apenas a informar os indivíduos sobre determinada notícia ou evento, mas que provoque antes uma sensação. Quando, por exemplo, o tom de voz do locutor se torna mais provocativo ao informar os moradores sobre algum problema vivenciado por eles, sem que as autoridades tomem providências, a respeito, ou quando os moradores são constantemente chamados pelo nome dentro da programação e dessa forma são trazidos para perto do veículo e do próprio ambiente onde vivem, ou ainda no momento em que uma determinada música surge dentro da programação após um discurso, com o intuito de provocar uma sensação, está sendo utilizado o aspecto estético com ênfase na forma comunicativa para atrair os moradores para dentro de um comum, de um agir em comum.

Foi essa a percepção que tivemos, por exemplo, ao presenciarmos a audição da rádio de alguns moradores que esperavam em pontos de ônibus próximos as caixinhas de som. A atenção ao que se ouvia parecia ser redobrada ao passo que as notícias vinham acompanhadas por músicas que entoavam uma sonoridade que embalava o tom da notícia transmitida. Os comentários entre eles se tornavam mais entusiasmados e o assunto parecia ganhar maior relevância para os ouvintes.

São esses “detalhes” que atraem os moradores em direção àquilo que se veicula e que pode contribuir para a mobilização. A forma, neste caso, parece ultrapassar as barreiras do discurso “por ele mesmo”, marcado, muitas vezes também, por uma ideologia. Como já dizia Deleuze (2008), as ideologias podem se tornar sistemas fechados quando sua determinação aprisiona a compreensão da realidade com suas singularidades.

A importância da forma, no entanto, não se resume aos modos enunciativos. Referimo-nos também, e principalmente, as maneiras de contato que a rádio promove com o público. E essa possibilidade de uma interação mais direta com as pessoas e de inserção mais profunda na realidade local, muito própria de veículos comunitários, faz com que a rádio seja capaz de construir uma relação mais intensa com e entre os

indivíduos. O veículo contribui dessa forma para colocar as pessoas em um comum, em uma relação.

É justamente a relação que se encontra nos limites da forma. É a relação, com seu imperativo de imprevisibilidade que faz da comunidade um ambiente de contornos flexíveis, sem um conteúdo que a enrijeça. Por outros termos, talvez comunidade possa ser exatamente entendida como o próprio limite, aquele espaço entre as coisas, o entre. Não um ente definido, mas o limiar, o contato. Assim como afirma Tarizzo (2007), compreender comunidade como um limite, é admiti-la como irrepresentável, ou seja, sem identidade. Para tanto, é a centralidade da relação na construção da comunidade como um ambiente de convivência singular que deve estar contida no entendimento conceitual da comunicação comunitária, pois é esta um dos principais instrumentos capazes de estabelecer a relação e organizar seus modos de ser.

Essa perspectiva põe em discussão algumas das questões mais fundamentais dentro dos conceitos da comunicação comunitária por serem tomadas como princípios norteadores da comunidade, conceito este basilar para esta forma de comunicação. São elas: a identidade, o sentimento de pertença e o vínculo. Essas três variáveis são costumeiramente reconhecidas como sendo próprias das noções de comunidade, mesmo após inúmeras atualizações pelas quais esta vem passando ao longo dos anos.

Para Peruzzo (2003) as características de comunidade que tem perdurado no tempo, apesar das inúmeras mudanças e interpretações que esse conceito vem sofrendo são o

sentimento de pertença; participação; interação, objetivos comuns; interesses coletivos acima dos individuais; identidades; cooperação; confiança, cultura comum etc. As noções clássicas de base territorial limitada e auto-suficiência, princípios muito importantes durante décadas, enquanto fundantes de comunidades não resistiram às transformações da sociedade nos últimos anos, pelo menos não enquanto conceito universal. O que significa dizer que tais princípios continuam válidos apenas para realidades específicas (p.6).

Quem também sustenta proposição semelhante é o pesquisador Marcos Palácios, em seu emblemático artigo ‘Sete teses equivocadas sobre comunidade e comunicação comunitária’ escrito há mais de 20 anos, mas que ainda hoje serve de referência para muitos estudiosos da área. Neste, o autor defende que os indivíduos podem pertencer à distância, isto é, que para a formação de uma comunidade não precisa necessariamente

do território, podendo assim se estabelecer, inclusive, no ambiente do ciberespaço, com as chamadas, comunidades virtuais.

Entretanto, apesar de ser uma tese radical, sobretudo, na época em que foi escrito o artigo, Palácios admite que mesmo aquelas comunidades que se constituem em ambientes virtuais devem conseguir provocar nos seus membros sentimentos de pertencimento, além de que as comunidades virtuais se valem da ideia de identidade como condição essencial para a sua existência, ou seja, elas se realizam em torno de uma identidade comum a todos os membros.

Nesse sentido a pesquisadora Cecília Peruzzo (2003) afirma que comunidade não pode ser confundida com qualquer localidade, bairro ou cidade, pois ela pressupõe a existência de laços mais profundos, “mediante uma interação baseada na proximidade não necessariamente de lugar, mas de interesses e identidades” (p. 7). Entretanto, o entendimento de identidade defendido pela autora não corresponde ao seu sentido natural, ou seja, de algo dado - como vem sendo atribuído à ideia de comunidade ao longo dos anos, que indica, como revela a perspectiva de Heidegger em ‘Identidade e diferença’³⁰ identidade como a representação de um idêntico, correspondendo a fórmula de que ‘A é A’, ou seja, o mesmo, e para ser o mesmo basta apenas um, não dois como seria em relação - mas sim de uma identidade construída em conformidade com os interesses coletivos.

Ela se utiliza da noção de identidade pensada por Manuel Castells que a define por três tipos: a) legitimadora, que estaria atrelada ao *status quo*. b) resistência, formada por indivíduos em desvantagem socialmente. c) projeto, quando os indivíduos criam uma nova identidade. Para Peruzzo (2002) uma comunidade organizada politicamente tenderia a passar de uma identidade de resistência para a de projeto (p.10).

Para tanto, é possível notar que apesar de se tornar cada dia mais discutível a concepção de uma comunidade fechada em um gueto, como uma estrutura societária distinta devido a sua formação identitária, ainda é muito comum a presença da ideia de identidade dentro das conceituações de comunicação comunitária, no sentido de que esta comunicação serviria como fortalecimento daquela ou como possibilidade de colaboração para a ruptura de uma identidade anterior que oprimia os indivíduos.

³⁰ HEIDEGGER, Martin. Identidade e diferença. Petrópolis: Vozes, São Paulo: Livrarias Duas Cidades, 2009.

É perceptível que a identidade a qual a pesquisadora Cecília Peruzzo se refere trata-se de uma identidade de classe. Daí o caráter de resistência defendido por ela. No entanto, é importante não perder de vista, sobretudo considerando a profunda fragmentação da sociedade atual, que a identidade se tornou uma política de diferenciação, muito mais do que um projeto que servisse como condição de luta.

A autora ressalta ainda que a comunicação comunitária deve trabalhar com a constituição de *algumas* identidades, sobretudo aquelas que dizem respeito ao desenvolvimento de “aptidões associativas em prol do interesse público” (PERUZZO, 2002, p. 9). Cecília reconhece com isso a existência da pluralidade e o abandono da ideia de fechamento próprio da noção de identidade no seu sentido unitário.

Porém, a proposta que queremos levantar aqui parte do pressuposto de que a construção do comum, enquanto abertura para a relação entre os indivíduos, só pode ser desenvolvida em um ambiente reconhecido em sua singularidade. Assim, antes de buscar identidades, os habitantes de Mandacaru parecem almejar perdê-la, afastar-se dela. Eles não apenas não se reconhecem em uma identidade atribuída de fora, como também em uma suposta identidade “autêntica”, própria do grupo.

“Há muito exagero quando se fala na violência em Mandacaru. Até tem jornalista que fica zombando e fica dizendo que não é mais Mandacaru, mas sim Mata-Mandacaru, e fica tripudiando. E Mandacaru tem muitas coisas boas. Tem mais de cem anos, e, além disso, tem muitos artistas aqui, tem o grupo ‘Arte e Povo’ que participa de muitas lutas, muitos do grupo tiveram que lutar muito para ter, por exemplo, essa, lombada aqui da nossa rua, pois morreram filhos dos nossos companheiros. O Arte Povo já projetou pessoas, como o deputado Luis Couto que criou o Arte Povo. Na época que ele era pároco daqui. O vereador Jorge Camilo e outras pessoas de nome começaram aqui no Bairro, e passou pelo Arte Povo. Mandacaru é um celeiro cultural. Muitas artistas começaram aqui. [...] Mas a mídia só mostra a violência porque é o que dá ibope. Coisas boas não mostram. Só vem a imprensa pra cá quando é coisa negativa. E eu não assisto nenhum, porque eu não concordo com isso não. E a gente mostra o outro lado do bairro, que todos nós vivemos aqui, e que é outra coisa [sic]”³¹.

Da mesma forma entendemos que a ideia de pertencimento está ligada a noção de identidade, por pressupor, em certa medida, uma forma de substancialidade e de representação. Isso significa dizer que pertencimento requer *algo* a que pertencer. No entanto, essa concepção afasta-se da perspectiva de comunidade que defendemos como inessencial e irrepresentável. Assim, antes de pensar uma comunicação comunitária que tenha como um dos princípios fundamentais a construção de um sentimento de

³¹ Reclama Paulo Sérgio

pertencimento, consideramos a ideia de uma comunicação capaz de por os indivíduos em coexistência, no sentido de que esta é “aquilo co-dividido por uma parte e pela outra do limite [...] *reunidos pelo mesmo limite*”. (TARIZZO, 2007, p.47).

Coexistir implica, portanto, na abertura para a relação entre indivíduos singulares, postos sobre um nada, um nada-em-comum. Nesta condição os indivíduos compartilham de uma mesma realidade, se reúnem pelo mesmo limite, mas não se diluem nela, não se perdem. Pela lógica do filósofo Jean-Luc Nancy citado por Tarizzo (2007) a coexistência pressupõe não o *ser-comum*, mas sim o *ser-em-comum*. Para isso o sujeito precisa ser tomado a partir da perspectiva de que é sem essência, que “é sempre localizado em um certo aqui e em um certo agora” (p.37).

Por esses termos até mesmo a ideia de vínculo ainda muito presente nas concepções mais atualizadas sobre a comunidade, ganha uma nova feição. Ela parece encontrar muito mais sentido quando entendida por vinculação, pois ao contrário do vínculo, ela parece abarcar o sentido de movimento, de um dever ser da relação, sobretudo quando se tem por comunidade uma ideia de abertura à pura experiência dos indivíduos, capaz de gerar algo novo, que não existia anteriormente. Já a própria palavra vínculo traz como significado a ideia de corrente, de algo que prende, que faz permanecer.

A ideia de comunicação também pressupõe a percepção de algo que está em movimento, e não porque a cada dia surgem as chamadas novas tecnologias da informação acelerando o processo de circulação de notícias, sons e imagens pelo globo, mas quando entendida em seu sentido mais amplo, nos remetendo a ideia de relação, e do sempre novo “estar-ai” que pode dela surgir.

E a comunicação comunitária – tida como mais orgânica por se valer da proximidade com os indivíduos e pretender, em última instância, a construção de um contexto comunitário com base nas relações – apresenta um papel fundamental na constituição da vinculação como um dos grandes facilitadores no estabelecimento das relações dentro da comunidade.

No caso da rádio Alternativa 100% Mandacaru, essa perspectiva de abertura ganha maiores proporções. Por não atuar no sentido de tentar submeter a localidade dentro de um único sentido, dentro de um discurso identitário, a rádio vem colaborando com a construção de uma ideia de comunidade para além de suas próprias fronteiras. Apesar de ser comunitária, e haver a comum percepção de que ela deva referir-se a um

público limitado por uma demarcação (física e simbólica) que a distingue das demais localidades, não é isso o que parece buscar aquela rádio.

O que os membros dessa comunidade desejam é que a direção do seu destino seja conduzido de um “dentro para fora, nunca de um fora para dentro”, pois a comunidade deve ser pensada como “a exteriorização do interno” (ESPOSITO, 2008, p. 39). E isso representa uma frontal oposição à ideia de uma interiorização, isto é, de uma tipificação inferida à comunidade, que é normalmente vinda de fora.

Mesmo não entrando em contato direto com outras rádios, até mesmo as que se encontram no próprio bairro, a rádio Alternativa 100% Mandacaru busca maior visibilidade e ampliação de um projeto comunitário pela interação que estabelece como os indivíduos e o incentivo a um processo vinculativo a partir da negação de uma identidade. Afinal, “comunidades não são apenas assuntos locais”³².

Em termos mais técnicos ainda, a emissora vem encontrando um espaço importante a partir dessa perspectiva nas redes sociais da internet, disponibilizando o trabalho da rádio para uma rede de amigos que escapa ao âmbito local, e não apenas promovendo a visibilidade pretendida, mas também interagindo com indivíduos que se encontram em outras situações de vida.

Ao final, o que se pretende é o reconhecimento dos moradores enquanto indivíduos e a inserção destes em uma realidade que os aceite em suas diferenças e semelhanças. O que essas pessoas buscam, para tanto, não é uma ideia de comunidade localizada dentro de uma definição segregada por fronteiras, mas sim um caminho que as leve até a uma *humanidade* que parece perdida por ter sido separada em diversas comunidades de identidades, sobretudo na contemporaneidade. Assim, talvez seja esse o propósito da ideia de uma comunidade que vem sendo defendida por Agamben: um projeto humanitário pela quebra de fronteiras.

E é esse um dos principais aspectos que vem sendo constantemente negligenciado pelos conceitos da comunicação comunitária, podendo assim reduzir seu escopo de atuação e até mesmo sua importância dentro de um projeto social de cunho mais transformador. Pensar essa forma de comunicar sob os fundamentos da comunidade não deve servir para torná-la mais restrita, mas antes o contrário.

³² EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura**. São Paulo: 2011.

Esse pensamento sobre uma comunidade mais aberta a diversidade, porém, não é unívoco. Afinal, estamos falando de realidade concreta cheia de contradições e diversidade de formas de vida e pensamento. Alguns dos entrevistados ainda se veem como grupo e se distinguem dos demais com base no critério identitário. Essa relação parece ficar mais evidente quando se trata da parte mais baixa de Mandacaru, ainda muito segregada dentro do próprio bairro. É a violência diretamente atribuída a essa região o que mais distancia as pessoas de manter uma convivência com ela.

4.1.3 Rádio evangélica (do Irmão Lucas)

Nesta região de Mandacaru também existe a atuação de uma rádio poste. Entretanto, essa emissora possui um conteúdo segmentado com o objetivo principal de evangelizar os moradores “e tirá-los da condição de violência”. São mais de 65 caixas de som espalhadas por áreas onde concentra a maior parte da população de baixa renda do bairro, ou seja, nas seis comunidades que compõe o bairro de Mandacaru: o Jardim Mangueira, onde se localiza a rádio, no Jardim Esther, Jardim Coqueiral, Alto do Céu, Beira Molhada e Porto de João Tota. A rádio veicula apenas músicas evangélicas, pronunciamento de trechos bíblicos e pregações religiosas, além da divulgação de eventos da Igreja, além de propagandas comerciais e publicidade institucional da Prefeitura de João Pessoa.

Com 13 anos de atuação, foi o senhor Lucas Ferreira, conhecido por ‘Irmão Lucas’ quem idealizou e gerencia a rádio até hoje. A transmissão é feita em sua própria residência e tanto a compra como a produção das caixas e a manutenção dos equipamentos são custeadas por ele mesmo. Servidor público e membro de uma das Igrejas evangélicas do bairro, o senhor Lucas ocupa grande parte do seu tempo com a rádio e com o propósito de “levar a palavra de Deus as pessoas que vivem nas áreas de risco do bairro”.

“A tranquilidade da nossa comunidade existe por causa da palavra de Deus. O povo aqui só vivia bebendo, com problemas. E posso dizer pra você, irmã, que essa é a diferença da igreja evangélica para católica: na nossa nós temos o pastor, e ele nos aconselha para tirar as pessoas desse sofrimento. E inclusive a nossa congregação foi feita aqui, no Jardim Mangueira, porque aqui era muito violento. Hoje as pessoas que convivem aqui estão saindo da bebedeira, da violência, do cigarro, tão mantendo as famílias. Isso tudo foi devido a palavra de deus. E a rádio tem esse objetivo [...] Então ela tá aqui para tranquilizar o pensamento e a vida do povo.

Aconselhando, fazendo o convite. E falamos que não importa qual a religião deles. Pois a palavra de deus é universal [sic]³³.

A rádio evangélica, ou do Irmão Lucas, como também é conhecida entre os moradores, transmite a mesma programação desde que foi criada. De segunda a quinta, das 08h00 às 12h00 a rádio divulga “a palavra dos irmãos da Igreja”, isto é, programas de pregação e ensinamentos bíblicos, além da divulgação de eventos e projetos da Prefeitura de João Pessoa entre os programas. “Eles vêm divulgar o trabalhos da Igreja deles, passando a palavra de Deus, também o louvor, também oração pelo povo de Mandacaru, pelas famílias, tudo isso que é muito importante pra comunidade aqui, né? [sic]”. Explica o senhor Lucas. Apenas na sexta-feira, o programa dos Irmãos é realizado também no turno da tarde, das 16h00 às 18h00.

Os irmãos da igreja colaboram financeiramente pelo espaço cedido na rádio, recurso esse que ajuda também a manter o veículo em funcionamento. Ao contrário das outras rádios analisadas neste trabalho, o senhor Lucas não interrompe a programação durante o horário do almoço.

Já partir das 12h00 entra no ar uma sequência de músicas, entremeadas por propagandas de estabelecimentos comerciais locais. Essa programação, por sua vez, só é interrompida às 18h00. O dinheiro arrecadado do comércio representa a maior parte do recurso destinado à manutenção da rádio. Aos sábados e domingos, a programação começa às 10h00 e termina às 17h00. Em alguns sábados, das 15h00 às 17h00, a programação dos irmãos é veiculada. Aos domingos, apenas músicas evangélicas são transmitidas.

Foi logo após torna-se integrante assíduo da Igreja evangélica que o Irmão Lucas decidiu criar a rádio. Apoiado por outros membros da Igreja que ajudaram a idealizar a programação junto com ele, e disponibilizaram CD's para a veiculação das músicas na emissora, ele afirma realizar um trabalho em nome da Igreja, mesmo sendo o único responsável a conduzir a rádio.

Embora seja uma atuação que não envolva diretamente a participação dos indivíduos, nem mesmo dos membros da Igreja em que atua, além de apresentar preferências e crenças religiosas individuais, o Irmão Lucas afirma fazer um trabalho comunitário pelo bairro. Ele atribui a isso o fato de não cobrar pelo “serviço” que presta

³³ Defende o senhor Lucas.

a população e por entender que é a palavra religiosa o principal instrumento capaz de construir um ambiente comunitário de vínculos e comunhão. Seu Lucas costuma dizer que recebe o reconhecimento dos moradores, não apenas dos fiéis da Igreja, pelo trabalho que vem realizando na comunidade. Segundo ele, em um lugar violento “às vezes só a palavra de Deus é capaz de causar a transformação interior nas pessoas”.

Porém, grande parte dos entrevistados dessa região do bairro não se refere à rádio como sendo comunitária. Eles veem como sendo de cunho eminentemente religiosa e alguns ainda acreditam que a rádio pertence a Igreja frequentada pelo senhor Lucas. “Mulher, só passa música evangélica aqui, como é que é comunitária? [sic]”, questiona dona Lucinei, de 40 anos, comerciante e moradora do bairro desde que nasceu. Além disso, com a presença de muitos católicos entre os entrevistados algumas críticas foram ouvidas. Para alguns, a presença de uma rádio em que só se ouve um único tipo de música se revela desrespeitosa com quem não comunga da mesma religião, ainda mais por ser uma rádio em que não se tem a oportunidade de simplesmente desligar quando não há o desejo da escuta. “Eles vêm aqui tentando converter, pregar, mas eu já disse que sou católica e vou ser sempre”, disse dona Lídia, de 52 anos, residente do bairro há 12. A moradora se refere ao trabalho que seu Lucas faz junto com outros membros da Igreja convocando as pessoas não apenas através da rádio, mas também ‘no corpo-a-corpo’, a participarem dos cultos e eventos realizados pela Congregação.

Outros, no entanto, acreditam que a presença da rádio no cotidiano dos indivíduos de forma constante e sem a possibilidade de escolha pode provocar nos moradores, especialmente nos jovens, pois seriam esses os mais violentos, uma mudança de comportamento. “Eu creio que a palavra de Deus é sempre boa ser ouvida, provoca coisa boas [sic]”, opinou Rosilda, de 34 anos. Entende-se, normalmente, que como o ambiente de convívio da maior parte dessas pessoas é a rua, a escuta da rádio acaba sendo inevitável. Sem contar que com o descaso do Estado na intervenção na realidade por melhores condições de vida, só restaria a muitas pessoas o apego religioso.

São os próprios moradores, ao contrário do que ocorre com outras rádios analisadas neste trabalho, que solicitam ao senhor Lucas a colocação de caixas de som nas proximidades de suas residências. Até mesmo os que não são fiéis da igreja da comunidade, costumam ouvir a rádio e acreditam que “quanto mais (caixinhas) melhor”, como frisou Rosilda, fazendo referência ao possível efeito pacificador que ela provocaria entre os moradores da localidade.

Portanto, mesmo sem ser considerado como comunitário pelos moradores dessa região, o veículo parece ter forte importância para a localidade ainda tão desassistida pelo poder público. Para parte dos moradores ele serve como uma espécie de “alento” para enfrentar as dificuldades, além de acreditarem que possa servir para a mudança de consciência dos indivíduos. Até mesmo aqueles que não têm como religião a evangélica considera essencial que seja transmitida em veículos de comunicação a palavra religiosa.

É possível compreender que essa relação de profunda intimidade com os temas religiosos, não apenas em veículos comunitários ou de bairro, mas também na mídia de massa que conta com uma expressiva audiência do público, liga-se diretamente às questões que o sociólogo Zygmunt Bauman vem chamando por insegurança no mundo. O crescimento de religiões mais fundamentalistas e ortodoxas por todo o globo – e a evangélica se encaixaria nesse rol, representa com clareza essa realidade. Para aquele autor, isso significa que em um contexto de grande fluidez, em que os laços sociais se desfazem com maior facilidade, as pessoas, sentindo-se sós e inseguras buscam muitas vezes na religião, algo em que se apegar, se apoiar, sentirem-se em segurança.

Entretanto, esse aspecto levanta também questionamentos acerca da apropriação indevida que instituições religiosas tradicionais, sobretudo a católica e evangélica no Brasil, vem fazendo dos meios de comunicação. É fácil perceber a grande inserção de programas religiosos em canais abertos de TV's educativas, universitárias e comunitárias, apesar de ser vedada, no caso desta última, pela legislação pertinente a veiculação de qualquer forma de expressão religiosa e o controle desses veículos por essas entidades.

Da mesma forma ocorre com o sistema radiofônico. A grande presença de instituições religiosas em posse de concessões de Radiodifusão Comunitária é uma realidade que parece crescer no país. Isso está associado diretamente ao problema da legislação brasileira encoberta de lacunas quanto ao aspecto das concessões e por ser profundamente restritiva, o que vem provocando distorções e controvérsias de compreensão quanto ao uso e finalidade dos meios comunitários. É o que ocorre com as rádios de cunho religioso, muitas delas atuando sem a preocupação com o desenvolvimento comunitário. Assim, valendo-se dessas imprecisões da Lei, muitas dessas emissoras praticam o proselitismo religioso, ou seja, buscam angariar adeptos às

igrejas, ocupando um espaço que deveria estar a serviço da população e da construção de uma comunicação e sociedade mais democráticas.

Venício Arthur de Lima e Cristiano Aguiar Lopes (2007) realizaram um mapeamento sobre os vínculos políticos e religiosos das rádios comunitárias no Brasil, e observaram que de um total de 2.205 veículos, 120 possuíam ligações religiosas. Em percentagem representa 5,4%. Destas 120 emissoras, 83 (69,2%) eram vinculadas às Igrejas católicas, 33 (27, 5%) as igrejas evangélicas, 2 (1,66%) a ambas, 1 à doutrina espírita (0,8%) e 1 (0,8%) ao umbandismo.

Porém, aquela mesma legislação não abarca as emissoras transmitidas por linha modulada como sendo rádios, fazendo com que suas normas, apesar de limitantes, sequer sirvam para esta forma de comunicar. São considerados sistemas de rádios aqueles veículos que apenas se utilizam do espectro eletromagnético para entrar em funcionamento.

Isso impõe uma problemática específica aos sistemas de rádio poste, pois muitos deles atuam sem regulamento, em especial no quesito conteúdo. Cabe aos municípios estabelecer regras de funcionamento para essas rádios, no entanto, muitas dessas normas preveem como prioridades os aspectos de cunho técnico, em detrimento dos princípios fundamentais para o exercício da comunicação. E são nessas aberturas da norma que as entidades religiosas se apoiam para se utilizarem das rádios-postes, com a finalidade de criar nicho de mercado, ou seja, de por em prática o proselitismo e a conquista da visibilidade local.

As igrejas, assim como os partidos políticos, possuem interesses de caráter partidários. Isso significa dizer que da mesma forma que estas buscam a conquista de espaços e públicos, a igreja também o faz no sentido de “arrebanhar fiéis”, se utilizando, para isso, de estratégias, sobretudo discursivas, o que remete diretamente a necessidade do uso de veículos de comunicação comunitária. A conquista de fiéis “envolve questões de representatividade social, econômica e política, ou seja, fatores que dão força para a sustentação e sobrevivência de uma igreja como qualquer outra instituição” (FERNANDES e CANDATEN, 2006, p.15).

De acordo com Fuser (2002), o uso dos veículos comunitários é tão importante para a conquista de fiéis, que muitas igrejas adotam como parte da formação de pastores, no caso das igrejas evangélicas, orientações básicas em sistemas radiofônicos. Dentre os ensinamentos das estratégias comunicativas, está a entrega de brindes para

atrair a população e até mesmo forjar uma participação do povo na rádio, além do eventual desenvolvimento de ações assistencialistas na localidade.

Em João Pessoa, a Lei que regulamenta a atividade de Radiodifusão Alternativa a Cabo, nº 7.928 de 2006, prevê nos seus 11 artigos apenas regras técnicas para a exploração do serviço. Ela estabelece também que para a obtenção da licença de operação deverá ser solicitado ao órgão ambiental do Estado o alvará de funcionamento e cadastro, através da APRAC – Associação Paraibana de Rádios Alternativas a Cabo.

A maior parte dos artigos trata sobre como e onde deve ser feita a colocação das caixas de som; como elas devem estar apresentadas, isto é, qual deve ser sua cor, tamanho e material; como deve ser realizada a forma de cobrança pelo uso de equipamento público, dentre outros critérios. Porém, não estabelece condições programáticas, o que deixa em aberto para os usos que não condizem com um trabalho de cunho comunitário.

Assim, devido à brecha que existe na legislação outras entidades podem se apropriarem do espaço para usos individuais, religiosos, como é o caso da rádio em questão, comercial (propriedades usadas por indivíduos interessados em ter, através delas, alguma fonte de renda) e até mesmo políticos e partidários (com finalidade político-eleitoreiro). Usos esses que afetam diretamente o cotidiano de vida das pessoas que são obrigadas a conviverem com a realidade sonora imposta, mesmo quando o conteúdo não as agrada e as atingem de forma negativa.

Com uma programação restrita a veiculação de músicas evangélicas e trechos bíblicos, a rádio acaba exercendo influência mínima na configuração simbólica e organizativa da localidade. Não há espaço para participação, nem para qualquer outra forma de diálogo com os ouvintes, ou seja, não estabelece nem cria relações na localidade. Além disso, não abre espaço para os debates sobre religiosidade na comunidade, o que daria condições para que todas as crenças e representações religiosas fossem respeitadas. Não por outro motivo, devido a essas distorções da prática da comunicação comunitária, que a Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (ABRAÇO) propôs uma série de diretrizes da definição de um veículo de cunho comunitário. Dentre elas, está a necessidade de que a comunicação comunitária seja laica (PERUZZO, 2010, p. 7).

A configuração dessa rádio retira, portanto, mais um espaço público das mãos de um grupo já tão excluído do direito a coisa pública. O que poderia servir como um

instrumento de conscientização e luta política para a mudança da realidade social, essa rádio poste acaba por funcionar apenas para a atuação de interesses particulares. O papel que esse veículo tenta exercer segue a lógica do amortecimento de conflitos, condição primordial para a transformação social.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante perceber diante deste quadro analisado que como afirma o sociólogo Michel Maffesoli (2006), o bairro trata-se – além de um conjunto de ruas delimitando um território – de “um espaço público que conjuga uma certa funcionalidade com uma inegável carga simbólica” (p.56). O que torna não apenas pertinente, como essencial o estudo sobre suas formas de organização e o papel dos veículos de comunicação nessas localidades.

Além disso, frente às formas totalizadoras da sociedade contemporânea, sobretudo no que se refere ao fenômeno de midiatização social com forte hegemonia dos veículos de comunicação de massa, avançar em pesquisas que se voltem para as realidades locais e para suas formas de produção de meios próprios de comunicação contra hegemônicos, parece crucial para a compreensão do campo comunicacional.

É, a princípio, a comunicação comunitária com sua inserção nas realidades locais que traz à tona aspectos que estão além da racionalidade técnica tão presente nesse contexto globalizador, a exemplo da construção de relações entre os indivíduos, dos processos de vinculação e a consequente possibilidade de resistência, capaz de impor uma nova ordem para a comunicação que seja menos informacional e mais humana.

E como afirma a pesquisadora Márcia Vidal Nunes (2007) a realidade do bairro, caso a rádio atue em conformidade com os interesses da localidade, é capaz de unir os moradores em suas próprias realidades, “na vida real”, construindo, assim, o que viemos denominando do comum. Para ela é a “cultura do cotidiano” que aproxima os indivíduos em uma comunidade, abrindo espaço para o agir comunicativo.

No entanto, entendemos que a comunicação comunitária conquista esse potencial quando entendida sob a ótica de uma comunidade pensada caso a caso, isto é, sem o estigma de uma substancialização que só tem servido ao longo dos anos para a prática de políticas conservadoras e opressoras. É a comunidade destituída de qualquer ideia ou valor que a qualifique e a imponha um destino acabado um dos grandes motivadores para o exercício de uma comunicação comunitária livre de amarras, com chances de ser pensada para além das suas próprias fronteiras e lançar-se para um projeto mais amplo de transformação da realidade. E é essa a perspectiva que propomos nesta pesquisa, especialmente a partir da análise de uma realidade concreta, plural e cheia de contradições.

Os conceitos da comunicação comunitária ainda apresentam-se profundamente carregados das noções de uma comunidade fechada em uma essência, em uma identidade. E isso, como vimos ao longo desta pesquisa, tem provocado um forte descompasso com a comunicação praticada no dia a dia das pessoas, a partir das suas reais condições de existência. E não só isso, ela tem servido como limitador para pesquisas na área, pois se trata de uma característica que parece impor-se à frente da realidade concreta.

Não pretendemos aqui rechaçar anos de trabalho de pesquisa na área, nem a construção de um conceito que vem servindo como um horizonte a ser buscado para a prática de uma comunicação comunitária democrática e cidadã. Porém, diante de uma realidade fragmentada – em que apesar da aparente quebra de fronteiras atribuída aos processos de globalização e expansão das tecnologias da informação, o que se percebe, ao contrário, é o erguimento de novas barreiras com base em identidades, segregando, sobretudo, aqueles que não podem participar do jogo do capital – nos pareceu pertinente a necessidade de problematizar a profunda inserção que as questões de identidade ainda têm na teorização da comunicação comunitária, especialmente no que diz respeito às noções de comunidade, conceito chave para a compreensão dessa forma de comunicar.

Considerando também que nossa análise partiu de uma realidade específica com seus modos próprios de organização e fazer comunicacional, não foi nossa intenção criar modelos de ser da comunicação comunitária, mas antes perceber o contrário: que alguns aspectos pensados para a construção de um modelo de comunicação comunitária, não se encaixam necessariamente em todas as realidades, e que para a pesquisa nesse campo, cabe, necessariamente, o estudo da realidade como prioridade.

Para tanto, na realidade em questão percebeu-se que a ideia de identidade e os aspectos que estão diretamente relacionados a ela, a respeito das noções de pertencimento e vínculo presentes nas principais conceituações sobre a comunicação comunitária, ganhou contornos mais flexíveis a partir da observação da realidade em questão. A identidade, percebida em seu caráter de fechamento e diferenciação – mais do que aproximação – acaba por enrijecer a perspectiva comunitária que entendemos como pura experiência dos indivíduos postos em uma realidade comum.

Na prática, o que os indivíduos buscam é um distanciamento dessa perspectiva e a inserção dentro de uma realidade que aceite a diferença e conviva com ela, sem a criação de fronteiras físicas e simbólicas, que vem restringindo que esses indivíduos

vivenciem de forma plena e democrática a cidade como um todo. A vida construída na realidade mais próxima, isto é, no bairro, não pode servir como condição limitadora, mas sim como um ambiente propício para a construção de um processo de vinculação entre os indivíduos capaz de agregar, inclusive, o diferente.

E é essa perspectiva que deve ser compreendida pelas conceituações da comunicação comunitária. Antes de pretender o fortalecimento ou construção de novas identidades, ela deve abrir espaço para a possibilidade de uma comunicação que tenha como finalidade a construção de uma convivência plural, com abertura para as relações entre os indivíduos e para aquilo que de criativo dela poderá surgir.

Sendo a relação entendida como coexistência, isto é, como ser-em-comum, o aspecto central para o entendimento conceitual da comunicação comunitária, a tendência é que ela abra seu escopo de abrangência para possibilidades de atuação política que ultrapasse o âmbito local e se estenda para ações em rede, sem público e audiência limitada, se propondo a servir como um projeto de transformação da realidade social.

É a partir da dinâmica interna dos grupos que se experimenta um arsenal de possibilidades para a luta, para a mudança. Assim, é possível a afirmação de que o caminho para uma comunicação de cunho popular, que parece perdida, se encontra na comunicação comunitária, isto é, na ambiência comunitária. Parece ser nesse limite comunitário, da experiência comum, a possibilidade de sobrepor uma materialidade ao comunicar outra forma de resistência.

6. REFERÊNCIAS

- ARBEX JR. José. Uma outra comunicação é possível (e necessária). In MORAES, D. (Org). **Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder**. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- AGAMBEM, Giorgio. **A comunidade que vem**. Lisboa: Presença, 1993.
- AMARAL FILHO, Nemézio C. As perigosas fronteiras da “comunidade”: um desafio à comunicação comunitária. In PAIVA, R. e SANTOS, C. H. R. (org.). **Comunidade e Contra-hegemonia: rotas de comunicação alternativa**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008
- APPADURAI, Arjuan. **O medo ao pequeno número**: ensaio sobre a geografia da raiva. São Paulo: Iluminuras: Itaú Cultural, 2009.
- BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003
- _____. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- BOTÃO, Paulo Roberto. **Mídia comunitária**: novas tecnologias e a emergência do local. [Trabalho apresentado no XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - 2002]. Bahia, 2002.
- BUCCI, Eugênio e KEHL, Maria Rita. **Videologias**: ensaios sobre televisão. São Paulo: Boitempo.
- CANDATEN, Rafael e FERNANDES, Mário Luiz. **Nas ondas da fé: as rádios religiosas no Vale do Itajaí** [Trabalho apresentado no Congresso Multidisciplinar de Comunicação para o desenvolvimento Regional – 2006] São Bernardo do Campo - SP, 2006.
- COUTINHO, Eduardo Granja. Apresentação. In _____. **Comunicação e Contra-hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.
- DELEUZE, Gilles. **Conversações**. São Paulo: Editora 34, 2008.
- EAGLETON, Terry. **A ideia de Cultura**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- ESPOSITO, Roberto. **Communitas**: origen y destino de la comunidad. Buenos Aires: Amorrortu, 2003.
- _____. Nihilismo y comunidade. In ESPOSITO, R., GALLI, C. e VITIELLO, V. (Org.) **Nihilismo y Política**. Buenos Aires: Manantial, 2008.
- FUSER, Bruno. **Rádios comunitárias em Campinas: a perda de espaço da alternativa popular**. [Trabalho apresentado no XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – 2002] Salvador - BA, 2002.
- HEIDEGGER, Martin. **Identidade e diferença**. Petrópolis: Vozes, São Paulo: Livrarias Duas Cidades, 2009.

KAPLÚN, Mário. **Processos educativos e canais de comunicação**. [Trabalho apresentado no I Congresso Internacional de Comunicação e Educação – 1998] São Paulo, 1998.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 1999.

LIMA, Venício A. e LOPES, Cristiano Aguiar. **Coronelismo Eletrônico de novo tipo (1999 – 2004): as autorizações de emissoras como moeda de troca de barganha política**. Brasília, 2007. Disponível em: http://www.observatoriodaimprensa.com.br/download/Coronelismo_eletronico_de_novo_tipo.pdf. Acesso em: março de 2010.

MALERBA, João Paulo. A comunicação comunitária no limite. In PAIVA, R. e SANTOS, C. H. R. (org.). **Comunidade e Contra-hegemonia: rotas de comunicação alternativa**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008

_____. **Rádios Comunitárias 2.0: propostas éticopolíticas de uma rede de redes**. Dissertação (Mestrado) – Escola de Comunicação / UFRJ, 2009.

MAFFESOLI, Michel. **O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

_____. **O Conhecimento Comum: introdução à sociologia compreensiva**. Porto Alegre: Sulinas, 2007.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Quem manipula quem? Poder e massas na indústria da cultura e da comunicação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. **Até que ponto, de fato, nos comunicamos?** São Paulo: Paulus, 2010.

MEDEIROS, Dérika Correia Virgulino de. **Representação de comunidade na mídia paraibana: análise do quadro “Calendário JPB”**. [Trabalho apresentado no IV Encontro Nacional da Ulepcc-Brasil - 2012] Rio de Janeiro - RJ, 2012.

_____. **Municipalização da Legislação de Radiodifusão Comunitária no Brasil: um debate e várias vozes**. [Trabalho apresentado no XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – 2012] Manaus – AM, 2013.

MORAES, Dênis de. O capital da mídia na lógica da globalização. In MORAES, D. (Org). **Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

MORIN, Edgar. **Uma mundialização plural**. In MORAES, D. (Org). **Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

NANCY, Jean-Luc. **La Comunidad Inoperante**. Santiago de Chile: Escuela de Filosofía Universidad ARCIS, 2000.

NUNES, Márcia Vidal. As rádios comunitárias nas campanhas eleitorais: exercício da cidadania ou instrumentalização (1998-2000). In **Revista Sociologia e Política**, n. 22, Curitiba, 2004, p. 59 -76.

_____. **Rádios comunitárias: exercício da cidadania na estruturação dos movimentos sociais**. In PAIVA, R. (org.). **O retorno da comunidade: os novos caminhos do social**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

_____. Novas tecnologias e cidadania: a internet como fator de politização ou de adequação das comunidades excluídas ao sistema produtivo? In **Passagens** Vol. 2, n.1, Ceará, 2011, p. 1 - 17.

_____. **Meu Bairro na TV: comunicação comunitária, de fato, ou apenas aparência?** [Trabalho apresentado no XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – 2012] Fortaleza – CE, 2012.

PAIVA, Raquel. Minorias Flutuantes: novos aspectos da contra-hegemonia. In **Animus** Vol. 1, n. 2, Santa Maria, 2002, p. 09 - 21.

_____. **O espírito Comum: comunidade, mídia e globalismo.** Rio de Janeiro. Mauad, 2003.

_____. Contra-mídia-hegemônica. In COUTINHO, E.G (Org). **Comunicação Contra-hegemônica.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

_____. Novas formas de comunitarismo no cenário da visibilidade total: a comunidade do afeto. In **Matrizes.** Ano 6, n. 1, São Paulo, 2012, p. 63-75.

_____. CUSTÓDIO, Leonardo, MALERBA, João Paulo. **Comunicação gerativa nos Brics: comunidade gerativa e comunidade do afeto como propostas conceituais** [Trabalho apresentado XXII Encontro Anual da Compós – 2013]. Bahia, 2013.

PALÁCIOS, Marcos. Sete teses equivocadas sobre comunidade e comunicação comunitária. In **Comunicação e Política.** Vol. 9, nº11, Salvador: FACOM-UFBA, 1990, p. 103-110.

PATIAS, Jaime Costa. **O espetáculo no telejornal sensacionalista.** In. COELHO, N.P e CASTRO, V.J. (Orgs). **Comunicação e Sociedade do espetáculo.** São Paulo: Paulus, 2006.

PERUZZO, Cecília Maria Krohling. **Comunidades em tempo de redes.** In PERUZZO, C.M.K.; COGO, Denise; KAPLÚN, Gabriel. (org.) **Comunicación y movimientos populares: ¿Quais redes?** São Paulo, 2002. Disponível em: http://www.ciciliaperuzzo.pro.br/artigos/comunidades_em_tempos_de_redes.pdf. Acesso em: março em 2010.

_____. **Mídia Local e suas interfaces com a mídia comunitária.** [Trabalho apresentado no XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – 2003] Belo Horizonte, 2003.

_____. **Revisitando conceitos de Comunicação Popular, Alternativa e Comunitária.** [Trabalho apresentado no XXIX Congresso Brasileiro de Ciência da Comunicação – 2006] Brasília, 2006.

_____. Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania. In. **LUMINA,** V. 1, n. 1, Juiz de Fora, 2007.

_____. Movimentos sociais, cidadania e o direito à comunicação comunitária nas políticas públicas. In. **Fronteiras – estudos midiáticos.** V.11, n.1, Unisinos: 2009.

_____. **Rádios comunitárias no Brasil: da desobediência civil e particularidades às propostas aprovadas na CONFECOM.** [Trabalho apresentado no Encontro Anual da Compós – 2010] Rio de Janeiro, 2010.

PETRINI, Enrica Lisciani. La pasión impolítica de la política. Merleau-Ponty entre “filosofía y no filosofía” (La “comunidad” em le tempo del nihilismo). In ESPOSITO, R., GALLI, C. e VITIELLO, V. (Org.) **Nihilismo y Política**. Buenos Aires: Manantial, 2008.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível: estética e política**. São Paulo: EXO experimental org.; Editora 34, 2009,

_____. **A comunidade como dissentimento**. In: Dias, Bruno Peixe & Neves, José (coord.) *A política dos muitos*. Lisboa: Fundação EDP e Edições Tinta da China, 2010.

RECUERO, Raquel da Cunha. **Comunidades virtuais: Uma abordagem teórica**. [Trabalho apresentado V Seminário Internacional de Comunicação – PUC/RS] Disponível em: <http://bocc.ubi.pt/pag/recuero-raquel-comunidades-virtuais.html>. Acesso em: março de 2001.

SODRÉ, Muniz. **As estratégias Sensíveis: afeto, mídia e política**. Petrópolis: Vozes, 2006.

_____. **Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede**. Petrópolis: Vozes, 2010.

_____. O jogo contra-hegemônico do diverso. . In COUTINHO, E.G (Org.) **Comunicação Contra-hegemônica**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008

TARIZZO, Davide. Filósofos em comunidade. Nancy, Esposito, Agamben. In: PAIVA, R. (org.). **O retorno da comunidade: os novos caminhos do social**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

YAMAMOTO, Eduardo Yuji. A experiência comunitária e a morte do sujeito. In. **Contracampo**. V. 24, n.1, Niterói: Contracampo, 2012.

WOLTON, Dominique. **Informar não é comunicar**. Porto Alegre: Sulinas, 2010

7. ANEXOS



Caixa de Som da Rádio E.C Som instalada em um Poste de eletricidade



Senhor Elias Cavalcante no Estúdio da E.C Som



Visão do estúdio da E.C. Som



Caixa de som da Rádio Alternativa 100% Mandacaru



Paulo Sérgio no Estúdio da Rádio Alternativa 100% Mandacaru



Espaços do Estúdio da Rádio



Área destinada a Associação de Moradores de Mandacaru, localizada no mesmo prédio da Rádio Alternativa 100% Mandacaru



Divulgação dos artistas do bairro na Rádio Alternativa 100% Mandacaru



Slogan da Rádio Alternativa 100% Mandacaru



Reunião do Partido dos Trabalhadores na Associação Comunitária de Mandacaru (na foto em destaque à esquerda está o presidente municipal do PT e irmã do atual prefeito de João Pessoa, Lucélio Cartaxo).



Moradores de Mandacaru e filiados do Partido dos Trabalhadores participando da reunião sobre as próximas eleições (Ao centro está Paulo Sérgio, vestindo camisa vermelha, da cor do partido)



Caixa de Som da Rádio Evangélica



Irmão Lucas no estúdio da Rádio Evangélica

